

**Priscilla Firmiano Valente**

**Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga,  
1800 - 1870.**

**Juiz de Fora**

**2016**

**Priscilla Firmiano Valente**

**Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga,  
1800 - 1870.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Valente, Priscilla Firmiano.

Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1800 - 1870 / Priscilla Firmiano Valente. -- 2016.  
117 f. : il.

Orientadora: Mônica Ribeiro de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2016.

1. História da Família. 2. Demografia Histórica. 3. Viúvas. 4. Solteiras. 5. Guarapiranga. I. Oliveira, Mônica Ribeiro de, orient. II. Título.

**Priscilla Firmiano Valente**

**Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga,  
1800 - 1870.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora  
2016

Banca Examinadora:

---

Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

---

Dra. Carla M. C. de Almeida (UFJF)

---

Dra. Ana Silvia Volpi Scott (UNICAMP)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo perdão, por me conduzir e me dar força para terminar essa etapa da minha vida, o tão sonhado Mestrado. Agradeço demasiadamente aos meus pais, Alair e Tereza, por terem caminhado junto a mim e me apoiarem nos dias mais difíceis. Ao meu irmão Vanderson por ter me acompanhado e apoiado em todas as decisões tomadas por esse caminho, nossa cumplicidade sempre faz a diferença. A Amanda por ser um dos meus grandes apoios, e compreender meus momentos de distancias e ansiedades mesmo não merecendo.

Aos amigos, Luciano, Fernanda, Gabriel, Rafael, Marcela, Thiago, Glauber, Paula Emília, Paula Fernandes, Lilian, Karol, Elaine, Robson, Nittina, Solange, Fernando e os “primos amigos” agradeço pelo companheirismo, inspiração e admiração. A minha avó Maria, por me surpreender a cada dia. Meus tios, primos pelo carinho de sempre. E aos colegas de trabalho.

Agradeço a minha orientadora Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, por me estimular, me ensinar e compreender muitas vezes minha rotina e minhas faltas. E por incentivar a todo o momento meu crescimento e a busca em ser uma boa professora.

Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora pela oportunidade de cursar o mestrado, colocando a minha disposição um capacitado corpo docente e uma infraestrutura que possibilitaram o pleno desenvolvimento da pesquisa e dos estudos para a elaboração desta dissertação. Aos funcionários do ICH, ao curso de História e aos professores, em especial a professora Dra. Maria Fernanda Vieira Martins.

Meus agradecimentos a CAPES que concedeu a bolsa de pesquisa, que possibilitou custear as viagens a Piranga, os materiais de trabalho e a participação em congressos e simpósios.

O meu muito obrigado ao professor Dr. Fábio Faria Mendes pelo passo inicial a esse estudo, por compartilhar informações de pesquisa, pela atenção de sempre e incentivo sem tamanho.

Aos amigos do Fórum de Piranga, pela receptividade que tiveram e tem com nosso trabalho, que procurou sempre fazer o melhor pela história de tanta gente que esta ali em seu rico acervo. Ao Carlos escrivão do Fórum e a todos os funcionários que fizeram de nossa estadia uma casa de portas abertas.

Não posso deixar de agradecer aos membros da banca, professoras Dra. Carla M. C. de Almeida e Dra. Ana Silvia Volpi Scott, pela disposição em ler, avaliar e comentar esse estudo.

Por fim, meu muito obrigado a todas as pessoas que me apoiaram e me auxiliaram de diversas formas durante essa caminhada.

## RESUMO

A dissertação que aqui se resume ilumina a dinâmica de mulheres Viúvas e Solteiras chefes de domicílio em uma região que disponibilizou grandes conquistas materiais e sociais a elas e a suas famílias. Buscamos mostrar a presença atuante da mulher no campo da família, bem como na gestão das atividades econômicas, e para nosso cenário escolhemos a Freguesia de Guarapiranga, que teve um grande destaque no desenvolvimento econômico mineiro durante o século XIX. Período que se destacou pelo crescimento do mercado interno, fator que pode ter auxiliado a formação de novas estruturas domiciliares independentes. No qual mulheres Viúvas e Solteiras encontraram formas de sobrevivência. Temos por objetivos inserir nossa pesquisa meio as contribuições sobre o estudo da família e da mulher na historiografia. Identificamos munidos de fontes essenciais para a região, o lugar social de viúvas e solteiras, levando em consideração gênero, idade, estado civil, cor, residência e ocupação. Analisamos alguns processos de sucessão e herança, distribuição e manutenção de seu patrimônio, e como o quadro de transformações econômicas, populacional e do trabalho contribuiu para essa dinâmica em Guarapiranga.

*Palavra-chave:* Viúvas. Solteiras. Família. Guarapiranga.

## RÉSUMÉ

Cette dissertation montre la dynamique des femmes veuves et célibataires chefs de foyer dans son pays qui a entraîné des grandes conquêtes matérielles et sociales pour elles et leur famille. On cherche à montrer l'importante présence de la femme dans la famille, bien que la gestion des activités économiques. Le scénario qu'on a choisi est la « Freguesia de Guarapiranga » qui a eu un rôle important pour le développement économique de Minas Gerais au XIX siècle. Période essentielle à la croissance du marché interne, fait qui a pu contribuer à la formation de nouvelles structures indépendantes de foyers dans lesquels les femmes veuves et célibataires ont trouvées formes de survie. Notre objectif est de contribuer aux recherches sur la famille et la femme dans l'Historiographie. On a identifié, selon es sources indispensables pour la région, la place dans la société des veuves et célibataires, considérant genre, âge, état civil, couleur, résidence et occupation. On a analysé quelques processus de succession et d'héritage, distribution et maintient du patrimoine et comme le cadre des transformations économiques, de la population et du travail a contribué à la dynamique de Guarapiranga.

Mots-clefs : Veuves. Célibataires. Famille. Guarapiranga.



## **Lista de Mapas**

Mapa 1- Freguesia de Guarapiranga no século XIX.....	41
Mapa 2 - Regionalização e níveis de desenvolvimento econômico das regiões da província de Minas Gerais .....	44
Mapa 3 – Freguesia de Guarapiranga, Distritos de Paz, Lista Nominativas de 1831.....	47

## Lista de tabelas

Tabela 1: População livre e escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-32 .....	48
Tabela 2: Estado conjugal do chefe de domicílio conforme o sexo na Freguesia de Guarapiranga, 1831-32 .....	52
Tabela 3: Número de domicílios chefiados por mulheres viúvas e solteiras, 1831-32.....	53
Tabela 4: Mulheres viúvas e solteiras e Homens chefes de família classificados pela cor, 1831-32 .....	54
Tabela 5: Composição dos domicílios de viúvas e solteiras chefes de família na freguesia de Guarapiranga, 1831-32 .....	56
Tabela 6: Domicílios de Mulheres viúvas e solteiras e Homens com a presença de escravos por arraial, 1831-32 .....	66
Tabela 7: Distribuição da propriedade de escravos de mulheres viúvas e solteiras na freguesia de Guarapiranga, 1831-32 .....	67
Tabela 8: Estrutura de posse de escravos de mulheres solteiras chefes de domicílio definidas pela cor. 1831-32 .....	68
Tabela 9: Estrutura de posse de escravos de mulheres viúvas chefes de domicílio definidas pela cor. 1831-32 .....	69
Tabela 10: Estrutura de posse de escravos de proprietários Homens chefes de domicilio definidos pela cor. 1831-32.....	70
Tabela 11: Distribuição das atividades produtivas de proprietárias viúvas e solteiras e proprietários homens – 1800 a 1879 .....	73

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: População livre masculina e feminina na freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	49
Gráfico 2: População escrava masculina e feminina na freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	50
Gráfico 3: Faixa etária em porcentagem de mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	55

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1- Mulheres chefes de família caminhos teóricos e metodológicos</b> .....	17
1.1 – A expansão de alguns temas históricos.....	18
1.2 – A retomada da História da Família e da Mulher.....	20
1.3 – A viúves e o celibato em Guarapiranga.....	25
1.4 –Metodologia e fontes – a riqueza material dos domicílios na freguesia de Guarapiranga.....	30
<b>Capítulo 2- O lugar social de Viúvas e Solteiras na Freguesia de Guarapiranga</b> .....	36
2.1 - Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, uma freguesia em transformação.....	38
2.2 – Qual é o perfil da população guarapiranguense?.....	46
2.3 – Viúvas e solteiras e suas disposições pela freguesia. ....	51
2.4 – Especialidades de viúvas e solteiras. ....	59
2.5 – A mão de obra escrava e a produção de alimentos nos domicílios de viúvas e solteiras.....	6
1	
<b>Capítulo 3 – Transformações no mundo rural: a trajetória de famílias na Freguesia de Guarapiranga</b> .....	78
3.1 – Casamento em Minas Gerais.....	80
3.2 – Transmissão patrimonial e o papel das herdeiras.....	84
3.3 – Estudos de famílias.....	88
3.3.1 – Trajetória de transmissão patrimonial familiar da viúva Francisca Dias da Conceição.....	88
3.3.2 – Trajetória de transmissão patrimonial familiar da Viúva Ana Maria Joaquina da Purificação.....	92
3.3.3 - Trajetória de transmissão patrimonial familiar da solteira Maria Eugênia do Nascimento.....	94
3.3.4 - Trajetória de transmissão patrimonial familiar da solteira Clara Maria Teodora.....	96
3.4 – Vivências e materialidade nas histórias de famílias em Guarapiranga.....	98
3.5 – Estratégias familiares sob a distribuição patrimonial em Guarapiranga – o exemplo da família Sande.....	101
<b>Considerações Finais</b> .....	107
<b>Fontes</b> .....	111
<b>Referencias bibliográficas</b> .....	114

## Introdução

Nosso trabalho se ocupa em pensar o papel social e econômico de mulheres viúvas e solteiras em Minas Gerais, ao longo do século XIX, utilizando-nos de um rico leque de fontes históricas tais como inventários *post-mortem* e listas nominativas, sustentados em autores da historiografia referente ao tema. Para isso ambientamos nossa pesquisa na freguesia de Guarapiranga, uma região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira, entre os anos de 1800 e 1870.

Sendo Guarapiranga uma região isolada entre os núcleos mineradores de Mariana e Ouro Preto e a Zona da Mata Mineira, a freguesia passou por um processo de grandes modificações devido ao aumento populacional ocorrido pela migração de pessoas em busca de ouro em Minas Gerais. A freguesia apresentou um crescimento muito significativo após a queda da economia mineradora devido ao seu dinamismo e sua expansão agrícola de caráter familiar, e contou com uma estrutura típica de pequenas, medias e grandes propriedades ao longo do século XIX.

Para dar conta desse processo, apresentaremos como as mulheres viúvas e solteiras estiveram presentes na freguesia como chefes de família. A mulher, chefe de família, em Guarapiranga impulsionou com seu trabalho o mercado produtor da região, com o seu acesso à propriedade, por parentesco, matrimônio, por seus mecanismos de sucessão e herança. Através do trabalho se fizeram presentes na dinâmica socioeconômica da freguesia, onde o mercado se apresentava em um campo de pretensões de “troca, de interesses e atores significativos para o desenvolvimento da economia e sociedade”<sup>1</sup>.

Selecionamos uma amostra de casos típicos, e buscaremos reconstruir um conjunto de trajetórias, cruzando os dados presentes em inventários/testamentos, listas nominativas, registros de terra a cerca da região de análise. Como resultados, analisaremos o quadro de transformação econômica, populacional e do trabalho na região rural de Guarapiranga (no qual abrangemos 11 arraiais pertencentes à freguesia, sendo eles: Santo Antônio do Bacalhau, Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires, Santo Antônio do Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre Campos, Nossa Senhora de Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera), e a dinâmica da sucessão e herança referente ao casamento e ao celibato nas Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> DELGADO, Ignacio. Poder, Mercado e Trabalho. In: ALMEIDA, Carla Maria C. de, OLIVEIRA, Monica Ribeiro (organizadoras). *Nomes e números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

Nossos principais objetivos são: Apresentar o trabalho como uma contribuição acerca dos estudos da história da família e da mulher junto à historiografia. Identificar o lugar social de viúvas e solteiras, considerando a variável gênero, idade, estado civil, cor, residência, ocupação; apresentar como a freguesia se encontrava em um mundo onde prevaleceram os núcleos familiares que possibilitaram o desenvolvimento de atividades produtivas; conhecer o quadro de transformação econômica, populacional e do trabalho na região de Guarapiranga em Minas Gerais observando os meios de sucessão e herança, o acesso e conservação de seu patrimônio.

Para a realização dessa dissertação dedicamos uma longa análise sobre as Listas Nominativas dos anos de 1831 e 1832 de onze distritos de paz pertencentes à freguesia de Guarapiranga e em inventários *post-mortem* de inventariados declarados moradores da freguesia.

As Listas Nominativas são fontes documentais de caráter demográfico, e contribuíram para o nosso trabalho por apresentarem a tipologia dos domicílios e dados significativos para pesquisarmos sobre períodos anteriores e posteriores a realização do recenseamento. Nessa documentação são listadas nominalmente todas as pessoas de uma região administrativa, e trazem uma variedade de informações relativa a esses habitantes, tais como nome, sexo, idade, condição social, cor e ocupação. Essas listas tiveram o objetivo de atender as demandas do Governo Provincial, que realizou um recenseamento geral da província.

Pesquisadores do CEDEPLAR/FACE/UFMG, realizaram grandes esforços de trabalho sobre essa documentação. As Listas Nominativas referentes ao período e região no qual estamos analisando, como para outras regiões da província, estão disponíveis no site: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>.

Outra fonte documental fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa é a documentação cartorial, exclusivamente os inventários e testamentos *post-mortem*, que serão utilizados para analisarmos algumas propriedades e trajetórias familiares específicas, para assim conhecer alguns modelos de organização familiar e padrões de herança.

Os inventários e testamentos presentes em nossa pesquisa estão disponíveis na Casa Setecentista de Mariana/IPHAN e no Fórum da Comarca de Piranga. O acervo da Casa Setecentista de Mariana esta disponível em uma base digitalizada no site do Laboratório Multimídia de Pesquisa em História da Universidade Federal de Viçosa: <http://www.lampeh.ufv.br/portal/>. Já a documentação presente no Fórum da Comarca de Piranga ainda está sendo trabalhada em um processo de digitalização, através dos projetos de

conservação preventiva, identificação e digitalização da Universidade Federal de Viçosa, mas grande parte do acervo ainda não está digitalizado.

No primeiro capítulo pretendemos discutir com autores da historiografia sobre a História da Família, História Social e Demográfica, a importância que os estudos sobre Família e os seus diferentes modelos trouxeram para o desenvolvimento dessa temática, destacando o papel social desempenhado pela mulher guarapiranguense em conduzir sua família. E para isso discorreremos a importância dos inventários e testamentos para o estudo da família e sua riqueza material.

No segundo capítulo passaremos a uma análise mais atenta as características populacionais e econômicas da Freguesia de Guarapiranga para o período em destaque, para traçarmos o perfil e o lugar social de mulheres Viúvas e Solteiras chefes de domicílio na freguesia. Para essa análise utilizaremos as Listas Nominativas para os anos de 1831-32 e 1838-39 referente aos 11 (onze) arraiais da freguesia, considerando a variável gênero, idade, estado civil, cor, residência, ocupação e acesso a mão de obra escrava. Apresentaremos como a os escravos estavam distribuídos entre os arraiais da freguesia e a quem eles pertenciam. Em seguida passaremos a analisar a atuação econômica dessas mulheres na freguesia, mostrando que não somente atividades de mineração garantiram a sobrevivência da capitania de Minas Gerais no período, mas também de atividades relacionadas à produção de alimentos e a criação de animais, responsável pelo aumento populacional da capitania, para isso faremos uma análise quantitativa acerca da produção de alimentos, acúmulo de terras e criação de animais referente à propriedade de viúvas e solteiras, retirando esses dados em uma amostra de 77 inventários de viúvas e solteiras e 50 inventários de homens casados, viúvos e solteiros, moradores do meio rural na região em destaque.

O terceiro e último capítulos se destina a analisar através dos dados presentes em inventários e testamentos *post mortem*, a origem e a trajetória de famílias que tiveram mulheres viúvas e solteiras como chefes de família. Observaremos através de estudos referentes à Historiografia sobre a região e através de análises de trajetórias familiares, se nossas mulheres obtiveram sucesso ou não na condução de seu patrimônio, e quais foram as estratégias utilizadas por essas famílias para sua manutenção, como por exemplo, as escolhas matrimoniais e a disponibilidade de crédito.

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos esforços de aperfeiçoamento teórico, coleta documental, análise das informações coletadas, que serão expostos a seguir a partir dos objetivos apresentados. O trabalho de pesquisa foi árduo, nos familiarizamos com os

problemas, teorias e fontes em estado de degradação, porém de caráter único, por apresentarem ricas informações daquelas populações que pretendemos estudar.

Não atribuiremos nosso trabalho somente à atuação masculina, mas sim com a presença atuante de mulheres viúvas e solteiras chefes de seu domicílio em Guarapiranga, que geriam seu patrimônio, poderiam ter escravos, contavam com a presença de agregados ou não em seus domicílios, atribuindo à região várias formas de organização familiar. Contudo, alimentamos a ideia de que a freguesia possivelmente é um mundo onde prevaleceram as atividades econômicas e as alianças, dentro do núcleo dos diferentes tipos de domicílios, e que mulheres viúvas e solteiras contribuíram para essa dinâmica.



**Capítulo 1- Mulheres chefes de família: caminhos teóricos e metodológicos.**

Grandes transformações ocorreram no cenário da nossa sociedade na segunda metade do século XX, mas a transformação que realmente nos importa, é a presença atuante e crescente da mulher na vida pública. Fato que faz surgir a necessidade de uma quebra de paradigmas e mudanças na perspectiva do pesquisador para novos temas, viabilidade de novas fontes, testemunhos e métodos, pesquisas de gênero, importantes tanto para a Historiografia quanto para as outras Ciências Humanas.

Ao longo desse primeiro capítulo pretendemos discutir com autores da História da Família, História Social e Demográfica, a respeito da importância que os estudos relacionados à família, e os seus diferentes modelos, trouxeram para o desenvolvimento dessa temática, destacando o papel social desempenhado pelas mulheres Viúvas e Solteiras moradoras da Freguesia de Guarapiranga em Minas Gerais de 1800 a 1870, em conduzir seu domicílio, formalizando assim a existência de um modelo familiar matrifocal. E para isso discorreremos sobre a importância das listas nominativas e dos inventários e testamentos para o estudo da família e sua riqueza material.

### ***1.1 - A expansão de alguns temas históricos.***

O movimento dos *Annales*, fundado por Bloch e Febvre na França em 1929, foi o responsável pela “constituição de uma nova História”<sup>2</sup> em oposição aos modelos positivistas e estruturalistas, conhecido como História Social. A História Social, com o passar dos anos, possibilitou a abertura da disciplina História a novas metodologias, temáticas de pesquisa e à utilização de novas fontes. Para Hebe Castro (1997):

A História Social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e as relações entre os diversos grupos sociais (...).

Do ponto de vista metodológico, a história social, nas décadas de 1960 e 1970, esteve fortemente marcada, como de resto toda a historiografia, por uma crescente sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas.<sup>3</sup>

A partir de 1960, a Demografia Histórica, método utilizado pela História Social, através dos trabalhos de Louis Henry, que procurou conhecer os aspectos demográficos na França através do estudo dos registros paroquiais, e de Peter Laslett, que analisou como se

---

<sup>2</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 76.

<sup>3</sup> *Ibidem*. p. 81-82

organizavam as unidades domésticas na Inglaterra<sup>4</sup>, destacaram temas importantes com relação à História da Família. Estes autores foram posteriormente muito criticados por suas análises quantitativas, mas possibilitaram através de sua metodologia estudos visando novos enfoques metodológicos destacados por Matos (1997), como:

As motivações culturais ou econômicas para o casamento tardio (...), a importância de se considerar o ciclo da vida familiar e as relações de parentescos no entendimento dos significados das unidades domésticas, as relações entre família e sexualidade entre outros.<sup>5</sup>

Chartier (1994), ao analisar os estudos tradicionais acerca das sociedades humanas, conclui que estes se davam através de modelos estruturalistas, nos quais não privilegiavam as percepções e intenções dos indivíduos. Fatores que foram se modificando a partir da década de 1970, nos quais valores da Historiografia tradicional foram dando lugar a novas perspectivas. Para o autor, os estudos relativos à “Micro-História” são um dos responsáveis por essas mudanças, pois trouxeram novos trabalhos sobre as sociedades.

Novas alternativas de pesquisa que dão prioridade ao papel que o indivíduo exerce e como constrói seus laços sociais através de suas transações, negociações, trocas, conflitos e outros<sup>6</sup>. As análises propostas pela História Social são de extrema relevância a nossas questões, pois nos ajudam a identificar o lugar social de nossas mulheres viúvas e solteiras e suas trajetórias e estratégias em meio à disposição do seu patrimônio através dos processos de sucessão.

A Historiografia recente reconhece a necessidade de novas questões teórico-metodológicas, para o estudo da História, envolvendo várias abordagens relativas à história social, política e às relações de poder<sup>7</sup>. Segundo Mafalda Soares da Cunha (2010), já existem trabalhos que procuram extrapolar os estudos quanto a sociedades ou grupos congelados na História, explorando “*a sua composição, dimensão e atributos – em prol de abordagens que captam a estrutura social e as articulações com os poderes a partir de laços e conexões*

---

<sup>4</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 82

<sup>5</sup> *Ibidem* p. 83

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger - A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas – in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, nº 13, 1994, pg. 102.

<sup>7</sup> GOUVÊA, Maria de Fatima Silva. *A História Política no Campo da História Cultural*. Revista Regional de História - UEPG, vol. 3, no. 1, 1998.

*interpessoais*<sup>8</sup>”. E os estudos sobre a família, o cotidiano, a história de gênero, vêm contribuir com essas questões pela diversidade de documentos, mas que pelo olhar e sensibilidade do pesquisador se tornam importantes fontes de pesquisa.

## ***1. 2 - A retomada da História da Família e da Mulher.***

Por meio dos estudos da Demografia Histórica, a História da Família ganhou novos questionamentos. Apesar de a Demografia ter sofrido muitas críticas por sua metodologia empírica, foi responsável por consolidar posteriormente temas ricos em detalhes e explicações com relação ao tema.

No decorrer das pesquisas pautadas no conceito de família, podemos observar que vários modelos familiares existiram no tempo e no espaço<sup>9</sup>. Inicialmente os estudos sobre Família se deram principalmente nas sociedades Francesas e Inglesas a partir do século XVI, como dissemos anteriormente<sup>10</sup>. Um rico acervo documental possibilitou a realização destes trabalhos, segundo Faria (1997):

No período moderno, prevaleceram as fontes escritas e seriadas resultando sem dúvida, de uma nova abordagem no registro dos fatos da vida cotidiana, já que a igreja tridentina passou a se preocupar insistentemente com as relações familiares e com a uniformização dos registros das alianças matrimoniais (...) de registros escritos de batizado, casamento e óbito.<sup>11</sup>

Atualmente, a produção historiográfica tem como foco a História da Família e sofre grande influência dos estudos da Demografia Histórica. De acordo com Ana Silvia Volpi Scott (2014), as temáticas se alargaram possibilitando o diálogo com outras disciplinas incluindo a Sociologia e a Antropologia. Em suas palavras:

Essa abertura a outras áreas se justifica pela complexidade do tema, pois a compreensão dos sistemas familiares do passado não pode limitar-se ao estudo das variáveis demográficas ou dos critérios de coresidência, por conta das múltiplas

---

<sup>8</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fatima (orgs). *Na trama das redes – política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2010.

<sup>9</sup> FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 350

<sup>10</sup> *Ibidem*. p. 352

<sup>11</sup> *Idem*.

situações de vida que são contempladas pela família, como instituição básica de praticamente todas as sociedades.<sup>12</sup>

As análises demográficas não perderam seu valor, pois forneceram importantes elementos para o estudo da História da Família no Brasil<sup>13</sup>. Apresentaram uma gama de trabalhos referentes ao tema, e, contribuindo para a expansão dos tipos de fontes, recursos técnicos, metodológicos e conceitos utilizados.

O avanço dos estudos da História Social trouxe para os estudos sobre família uma variação aos temas analisados até então. Em meio a eles, a família e sua relação com o Estado, uma sociedade marcada pela escravidão e pelo predomínio da família patriarcal<sup>14</sup>.

Os estudos na década de 1970 passaram a incorporar temáticas como “*a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato, a transmissão de fortunas (...), o estudo da família negra*”<sup>15</sup> dentre outros, que possuem significados centrais ao estudo da Antropologia com enfoque nas estruturas sociais.

Para elaborar uma História da Família, segundo Mariana Muaze (2011), é preciso entender as redes formadas entre as diferentes famílias, de caráter cultural e de poder. Pesquisar as diferentes formas de atuação e estratégias de sobrevivência, dentro e fora das famílias por parte de seus integrantes. E para alcançar estes objetivos a revolução do uso das fontes foi de caráter fundamental<sup>16</sup>. As densas análises documentais de registros paroquiais, listas nominativas, processos criminais, escrituras de dote, documento de matrículas de escravos e inventários e testamentos juntamente com a metodologia da microanálise, contribuíram muito, na medida do possível, para conhecermos as redes e estratégias nas quais diferentes grupos sociais se inserem<sup>17</sup>.

O debate referente à condição feminina está, em boa parte, vinculado às discussões relativas ao modelo familiar patriarcal, no campo que se convencionou denominar como História da Família<sup>18</sup>. No Brasil, foi a partir dos anos de 1970, que os estudos sobre a família foram retomados favorecendo uma história social da mulher e da família com diferentes e

---

<sup>12</sup> SCOTT, Ana Silvia. “Descobrimdo” as Famílias no Passado brasileiro: Uma reflexão historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia. et al. (Orgs) *História da Família no Brasil Meridional: Temas e perspectivas*. São Leopoldo. Oikos; Editora Unisinos, 2014. p. 14-15.

<sup>13</sup> *Ibidem*. p. 14-15.

<sup>14</sup> *Ibidem*. p. 18

<sup>15</sup> *Ibidem*. p. 20

<sup>16</sup> MUAZE, Mariana. *Por uma micro-história da família*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> LIMA, Lana L. da Gama. Penitentes e Solicitantes: Gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: NADER, M. B et al. *História Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.

recentes temáticas antes desconsideradas pela historiografia tradicional<sup>19</sup>. Ultrapassando seus limites de consanguinidade, abarcando todos os modelos de família em seus aspectos cotidianos, públicos e privados, histórias familiares se iniciam e se encontram<sup>20</sup>.

Preocupados com essas questões para caracterizar a estrutura familiar brasileira, críticas foram dirigidas a Gilberto Freyre e outros como Antônio Cândido, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, devido à ênfase dada ao domínio da família patriarcal<sup>21</sup>.

O antropólogo Ricardo Benzaquen (1997), em suas análises embasadas nas obras de Freyre, apresenta algumas mudanças nas características do patriarcalismo apresentadas pelo autor durante o processo de urbanização no Brasil, nos mostrando que toda e qualquer concepção pode ser revista diante de novas circunstâncias<sup>22</sup>.

A História das últimas décadas passou a privilegiar novas temáticas e grupos sociais que anteriormente eram excluídos das produções historiográficas. Segundo Rachel Soihet (1997), a “*história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais*”<sup>23</sup> contribuiu para o estudo das Mulheres.

A conquista de um novo espaço pelas mulheres, como a presença atuante no mercado de trabalho, nas universidades e nos movimentos sociais pela igualdade de direitos e liberdade, premissas do movimento feminista, motivou o interesse da Historiografia. A partir dos anos 60, investigadores desses novos temas, buscaram desvendar a temática sobre a “*invisibilidade feminina e o poder da mulher no passado*”<sup>24</sup>.

Diversos temas sobre a história da mulher vão surgindo com a ampliação do terreno da Historiografia, não somente análises referentes à mulher e ao trabalho, à política, à educação, mas temas relativos à família dentre outros. Temos alguns exemplos de trabalhos que se preocuparam com o estudo da dinâmica “Família e Mulher”.

Bibliografia de extrema importância, de nossa Historiografia e base para nosso estudo, é o livro de Eny de Mesquita Samara (1989), intitulado “*As mulheres, o poder e a família –*

<sup>19</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. p.07.

<sup>20</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> BENZAQUEN, Ricardo. *Apud*: AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: *Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Org: AGUIAR, Neuma – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997 p.181

<sup>23</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. . In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. . In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.10

*São Paulo, século XIX*”<sup>25</sup>, no qual a autora busca compreender o extenso cenário da família paulista, em um tempo de mudanças nos objetos de estudo da História, privilegiando a organização do ambiente doméstico e as estratégias familiares baseados na acumulação e na distribuição do patrimônio.

Eny de Mesquita Samara (2006) nos apresenta uma pesquisa referente a mulheres chefes de família (mulheres senhoras de engenho na região de Itu-SP) mostrando que é preciso entender a situação das mulheres em um determinado contexto, no qual “*poder, riqueza e espaço público*” era tido de domínio dos homens, mostrando a participação ativa das mulheres em atividades urbanas e no meio rural no período estudado. Elas que apareceram na liderança de famílias, e cuidaram de patrimônios foram representativas neste período, considerando também que as mulheres que participavam de atividades cotidianas diversificadas, contribuíram para a dinâmica da sociedade<sup>26</sup>.

Dora Isabel Paiva da Costa (1998) realizou suas pesquisas na região de Campinas-SP, examinando, igualmente, a presença massiva de mulheres na chefia de seus domicílios, em um trabalho intitulado “*As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*”. A autora observa as estratégias adotadas pelas famílias diante das transformações nas organizações produtivas da sociedade para sua sobrevivência. Ressaltando argumentos para o seu trabalho, como: a influência do status étnico e matrimonial influenciava dentro do seio familiar; a presença dos filhos e suas contribuições para com a família; a presença de moradores agregados junto ao domicílio. Estes elementos investigados por meio de estudos de casos específicos de famílias da região de Campinas no século XIX<sup>27</sup>. No trabalho abordou o fenômeno da chefia de domicílios por mulheres, os diferentes arranjos domésticos para Campinas-SP, levando em consideração vários autores sobre o tema e relacionando diversas localidades. A pesquisadora procurou destacar o modo de sobrevivência desta organização familiar e suas mudanças socioeconômicas. Costa (1998) relaciona seu trabalho com outros estudos feitos em Minas Gerais, e destaca uma importante informação a respeito da presença dos domicílios femininos na visão de Donald Ramos. Para o autor:

---

<sup>25</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989.

<sup>26</sup> SAMARA, Eny de Mesquita. Senhoras do açúcar: riqueza e vida material em Itu (1780 -1830). In: NADER, M. B et al. (orgs). *História Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.

<sup>27</sup> COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Foi apresentado no GT População e História, no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1998.

Em Minas Gerais, como no noroeste de Portugal, as mulheres formavam a base funcional para a sociedade. Elas chefiavam seus domicílios fora do matrimônio, ganhavam suas vidas o melhor que podiam para tocar seus lares e, frequentemente, tinham filhos. A predominância demográfica da mulher era talvez o mais importante aspecto notável no novo ambiente socioeconômico. Todas as classes e raças estavam sujeitas ao mesmo processo demográfico e respondiam semelhantemente, muito embora, não exatamente da mesma maneira.<sup>28</sup>

Autores como Ida Lewkowicz (2006) e Horácio Gutiérrez (2006), no trabalho intitulado “*Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX*” consideram as mulheres viúvas figuras comuns em Minas Gerais no século XIX. Uma sociedade em que a chefia de domicílio feminino era comum, pois o trabalho fazia parte da dinâmica da sociedade, na qual sua condição de viúva não a levaria a catástrofes financeiras<sup>29</sup>. Apesar de a viuvez ser um estado admitido pela constituição, fazia com que as viúvas ficassem a mercê de juízes de órfãos que talvez pudessem prejudicá-las. Mas, apesar de suas limitações jurídicas, a viuvez tornava as mulheres, de alguma maneira, independentes, passando a gerenciar os bens que foram deixados a elas e a seus filhos menores<sup>30</sup>.

Cristina Veigas de Andrade (2001), em seu texto intitulado “*Domicílios mineiros chefiados por mulheres em 1831/1832: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM)*”<sup>31</sup>, tem como objetivo analisar os diferentes arranjos familiares da população mineira. Utilizando um método denominado de *Grade of Membership* determinou o perfil dos domicílios através de suas características apresentadas pelas Listas Nominativas de 1831-32.

Romilda Oliveira Alves (2006) nos apresenta em seu texto: “*Mulheres Solteiras Chefes de Domicílio: Mariana C. 1807-C 1822*”<sup>32</sup>, diferentes perfis de mulheres solteiras chefes de domicílios. A autora, em sua tese, compara seus resultados de pesquisas feitos na Vila de Mariana, nos mostrando resultados expressivos no número de mulheres solteiras, ricas e pobres, com ou sem filhos na chefia de suas propriedades<sup>33</sup>. Elas que tiveram forte representatividade em áreas urbanas e rurais, receptoras e multiplicadoras de bens recebidos

<sup>28</sup> RAMOS, Donal. *Apud*. COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Foi apresentado no GT População e História, no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1998. p.61

<sup>29</sup> LEWKOWICZ, Ida, GUTIÉRREZ, Horacio. *Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX*. In: SILVA, G. V. da, NADER, M. B. FRANCO, S. P. (orgs). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. p. 292-296

<sup>30</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992. p. 259

<sup>31</sup> ANDRADE, Cristina Viegas de. “Domicílios mineiros chefiados por mulheres em 1831/1832”: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM). XXIV General Population Conference, Salvador, agosto/2001.

<sup>32</sup> *Ibidem*. p.103.

<sup>33</sup> ALVES, Romilda Oliveira. *Mulheres Solteiras Chefes de Domicílio: Mariana C. 1807-C 1822*. Universidade Federal de Ouro Preto, ICHS, 2006, p.100-101.



em herança, temos que a propriedade de celibatárias foi vista unida a difíceis modos de sobrevivência da mulher. A presença importante de filhos ilegítimos também era fator a se considerar, tanto para solteiras livres ou para as escravas.

Outro trabalho a que tivemos acesso sobre a presença das mulheres na dinâmica familiar e econômica, é o trabalho monográfico de Débora Casaes Gomes (2003), intitulado “*As Chefes de Domicílios: viuvez, economia e condição feminina em Mariana no século XIX*”<sup>34</sup>. Estudando os domicílios que não possuíam uma organização de família nuclear patriarcal, pai, mãe e filhos, mas sim, nos quais presença feminina de viúvas exercia papel central na organização da família, comparando à presença de viúvas chefes de domicílios no meio rural e no meio urbano no período de 1819 a 1822.

Um último trabalho que contribui muito para a temática feminina do nosso trabalho é a dissertação de mestrado de Jane de Jesus Soares (2009), intitulada “*Mulheres Chefes de Família – Família, Maternidade e Cor na Bahia do século XIX*”<sup>35</sup>. Os modelos de análise da autora contribuíram para que possamos desenvolver nossas próprias questões ao longo da pesquisa. A pesquisadora destaca os arranjos familiares na cidade de Salvador no século XIX que eram chefiados por mulheres. Analisando sua condição social, suas ocupações e suas estratégias de sobrevivência buscou dar visibilidade às mulheres chefes de família de cor, especialmente para a Freguesia da Sé entre 1850 a 1888.

A busca por novos temas e objetivos desempenhados pela História contribuiu para a diversificação de novas áreas e temas de pesquisa. Por este motivo é de extrema importância que possamos dialogar com a bibliografia de referência, destacada anteriormente, para analisar o papel de viúvas e solteiras na chefia dos domicílios na Freguesia de Guarapiranga, e qual a função desempenhada por elas nesse contexto. Visto que, nossas categorias, mulheres viúvas e solteiras, encontravam-se numa posição singular em uma sociedade de orientação eminentemente patriarcal.

### ***1.3 – A viúves e o celibato em Guarapiranga.***

Nossa unidade de análise é constituída pela freguesia de Guarapiranga, que segundo Waldemar Barbosa (1995) foi mais intensamente povoada entre os anos de 1753-1756 com

---

<sup>34</sup> GOMES, Debora Casaes. *As Chefes de Domicílios: viuvez, economia e condição feminina em Mariana no século XIX*. Monografia de bacharelado. Mariana, UFOP, 2003

<sup>35</sup> SOARES, Jane de Jesus. *Mulheres chefes de família: família, maternidade e cor na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/ Mestrado da UEFS. Feira de Santana, 2009.

inúmeras sesmarias concedidas nestes anos<sup>36</sup>. Situada na Zona da Mata mineira foi uma região de transição entre o distrito minerador e a Zona da Mata mineira. Em meados do século XIX, a freguesia veio alcançar um crescimento econômico e populacional após a queda da economia mineradora devido à expansão da produção de alimentos<sup>37</sup>.

As mulheres viúvas e solteiras chefes de família analisadas nesta pesquisa foram escolhidas por não possuírem ao seu lado a figura de um marido legítimo. Fator que nos leva a pensar no papel que estas mulheres tiveram dentro de nossa unidade de análise. Vamos perceber ao longo do trabalho que elas se organizaram de formas diferentes, devido a sua condição (posse de escravos, situação econômica), porém queremos destacar estas diferenças e observar que em meio a uma sociedade escravagista, que privilegia o trabalho como uma atividade masculina e na qual a figura masculina se faz presente na maioria das chefias de domicílio, os valores patriarcais sempre se fazem presentes nessa sociedade.

Para Silvia Maria Jardim Brugger (2002), é difícil questionar a ausência do patriarcalismo em Minas Gerais, pois: “*nas Gerais, foi à família o agente por excelência da colonização, sendo, portanto pertinente a atribuição do caráter patriarcal àquela sociedade*”<sup>38</sup>, porém não foram os únicos modelos de organização presentes.

As mulheres viúvas e solteiras, com ou sem filhos, escravos e agregados, se destacaram em meio a essa dinâmica colaborando para a presença de novos modelos familiares no interior da freguesia de Guarapiranga.

A viuvez é um fator sempre presente na história das sociedades ao longo da história, sendo um dos principais momentos críticos de mudanças nas organizações familiares<sup>39</sup>. Em uma sociedade com expectativas de vida relativamente restritas, e casamentos com idade tardia, a presença de viúvas e órfãos é uma constante na sociedade do antigo regime. As taxas elevadas de óbitos de mulheres ao parto equilibram o número de viúvos e viúvas. No entanto, parece ter sido uma regra geral o maior número de recasamentos de viúvos do que de viúvas<sup>40</sup>. Na falta do marido, as mulheres apoiadas pela lei, a autoridade do pai era estendida a

---

<sup>36</sup> BARBOSA, Waldemar. *Dic. Geográfico e Histórico de MG*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995, p.362-363

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade* ( São João Del Rei, séculos XVIII e XIX). Tese de doutorado - UFF, Niterói, 2002. p. 54

<sup>39</sup> FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. Marriage, Widowhood, and Divorce. In: Kertzer, D. & Barbagli, M. (ed.). *Family Life in Early Modern Times, 1500-1789*. New Haven: Yale University Press, 2001

<sup>40</sup> FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. To remarry or not: well-being, female property and widowhood in Early Modern France. In: Durães, M.; Fauve-Chamoux, A.; Ferrer, L.; Kok, J. (eds.). *The Transmission of Well-Being: Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Berlin: Peter Lang, 2010. P. 413-446.

mãe, sendo esta transformada em “cabeça do casal”, a chefe de domicílio.<sup>41</sup> Antônio Ribeiro nos esclarece esse direito:

(...) no direito político e administrativo o casamento e a viuvez acarretam certos direitos e isenções. No privado, o casamento importa na cessação do pátrio poder e da curatela dos menores e o gozo mais ou menos amplo dos direitos civis (...). Os cônjuges comunicam entre si os privilégios, e a viúva continua a gozar dos do marido depois da morte deste; perde-se, porém, se passar a segundas núpcias, e é então privada da tutela dos filhos ou netos. A que dilapida os bens, impõe-se curador’... A tutela dos filhos e administração dos bens, embora seja legal e praticamente automática na linha da sucessão, colocava a mulher viúva em uma posição bastante delicada perante a legislação.<sup>42</sup>

Apesar das mulheres viúvas estarem sujeitas a muitas limitações legais, a viuvez as tornava mulheres relativamente independentes. Nas palavras de Ida Lewkowics (1992):

A viuvez não significava autonomia completa, mas era praticamente, a única fase da vida em que as mulheres puderam estar a testa de um empreendimento financeiro. E claro, entretanto, que muitas mulheres solteiras, por necessidade tiveram que enfrentar essa situação.<sup>43</sup>

Tornavam-se chefes de domicílio, geriam os negócios deixados pelos maridos, e muitas vezes eram responsáveis pelos bens herdados pelos filhos menores. Recebendo metade dos bens pertencentes ao casal, tomavam uma nova posição, não mais sob a tutela de pais ou maridos<sup>44</sup>.

As estratégias sucessórias das famílias, para Margarida Durães (1992), condenavam também um grande número de homens e mulheres a nunca se casar, por vários fatores, sendo para manter a integridade da propriedade camponesa ou senhorial, ou para tomar conta dos pais na velhice<sup>45</sup>. Mulheres solteiras muitas vezes permaneciam nessa condição, pois muitas encontravam barreiras econômicas, burocracias e sofriam com a migração, na maioria das vezes masculinas em regiões de fronteira agrícola, como no caso de Guarapiranga<sup>46</sup>. Mateus Resende de Andrade (2014) nota que na freguesia de Guarapiranga havia um grande número mulheres solteiras com e sem filhos, fator que modifica o papel social desta categoria dentro

<sup>41</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. p. 108

<sup>42</sup> *Ibidem*. p. 108

<sup>43</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992. p. 260

<sup>44</sup> *Ibidem*. p. 259

<sup>45</sup> DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e do estatuto social.” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 10(3):125-141, 1992.

<sup>46</sup> RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: NADALIN, Sérgio Odilon e MARCÍLIO, Maria Luiza. (orgs). *Congresso sobre a história da população da América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de dados, 1990.

da freguesia, por terem muitas vezes a função de manter a unidade patrimonial e o equilíbrio familiar<sup>47</sup>. Cláudia Maia (2001) recorre ao trabalho de Ida Lewkowickz assegurando que:

A existência de lares chefiados por mulheres solteiras ou celibatárias nas Minas Gerais do século XIX. A autora conclui que a presença de filhos um fator que contribuiu para que muitas mulheres solteiras se tornassem chefes de domicílio evidenciando, portanto, que a sexualidade e a reprodução não estavam fatalmente ligadas ao casamento. Muitas mulheres se encontravam sozinhas na chefia de seus lares “por orfandade, celibato ou abandono do cônjuge; outras forras de condição, trazidas da África, separadas dos pais na infância, viram-se sós ao conquistar a liberdade”<sup>48</sup>.

Cláudia Maia (2001) ressalta que a mulher solteira não constituiu um papel relevante nas pesquisas históricas no Brasil, mas foi objeto de trabalhos, por parte de alguns historiadores, através de estudos isolados. Essas pesquisas buscaram identificar a presença e a atuação da solteira em vários aspectos sociais, alguns autores associaram seus trabalhos na temática da prostituição, como uma forma de sobrevivência para as mulheres solteiras mais pobres. Pesquisas referentes aos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais não dão ao conceito de mulher “solteira” uma forma específica de classificação. Contudo, ser sozinha neste período não apresentava desvio ou problema para as mulheres, sendo elas ricas ou pobres<sup>49</sup>.

Uma exceção apontada por Maia (2001) é o trabalho de Gilberto Freyre, “*Sobrados e Mucambos*”, no qual o autor dedica parte de seu texto para descrever a solteirona como vítima do patriarcalismo em declínio nos séculos XVIII e XIX. Essas mulheres eram abusadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres casadas, no entanto Freyre não apresenta a fonte utilizada<sup>50</sup>.

Ronaldo Vinfas, em estudos sobre o Brasil Colonial, busca definir e nomear mulheres não casadas. Para ele, o termo *celibatária* era uma forma de classificar a mulher que opta pela castidade sem ingressar em religião, já o termo *mulher solteira* seria sinônimo de meretriz<sup>51</sup>. A respeito deste assunto, a literatura brasileira produziu diversas personagens solteiras

<sup>47</sup> ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 49

<sup>48</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Apud: MAIA, Claudia. A invenção da solteirona – conjugalidade moderna e terror moral Minas Gerais (1890-1948)*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2001. p. 89-90

<sup>49</sup> MAIA, Claudia. *A invenção da solteirona – conjugalidade moderna e terror moral Minas Gerais (1890-1948)*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2001. p. 73

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> MAIA, Claudia. *A invenção da solteirona – conjugalidade moderna e terror moral Minas Gerais (1890-1948)*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2001. p. 74

durante o século XIX, construindo outra imagem da mulher solteira no imaginário das pessoas<sup>52</sup>.

Tendo em vista pesquisas realizadas por historiadores da família brasileira, Maia (2001) ressalta que em Minas Gerais era comum a chefia de família se dar por mulheres sozinhas, sendo elas solteiras, viúvas, divorciadas ou abandonadas, “*o estereótipo da solteirona não tinha lugar e não funcionava como uma forma de depreciação das solteiras que viviam só*”<sup>53</sup>.

Porém, com a reconfiguração da História pela busca e escolha de seus objetos, a partir dos anos de 1970, houve a necessidade da quebra de velhos paradigmas da historiografia tradicional que desacreditavam os estudos a respeito da mulher. E esta busca do pesquisador por novos temas e conceitos sobre da História da Mulher nos proporcionou uma grande porção de trabalhos interessantes e relevantes para a produção historiográfica.

Análises ensaísticas do período colonial brasileiro se debruçaram em uma História que privilegiava os estudos da família patriarcal, destacando temáticas relativas à “*nobreza da terra*” segundo Eni Mesquita Samara (2006)<sup>54</sup>. No entanto, para a autora, é preciso observar os estudos que destacam a presença atuante na mulher em meio a atividades anteriormente delegadas somente aos homens.

Através dos estudos sobre Freguesia de Guarapiranga, veremos como nossas categorias estarão distribuídas dentro da região de análise. Um elemento interessante a ser observado com relação à condição de vida de nossas categorias é que, segundo Silvia Maria Jardim Brugger (2002), é de fundamental importância perceber que as mulheres chefes de domicílio, sendo elas viúvas ou solteiras, muitas vezes encontravam na cidade melhores condições de sobrevivência, devido às diversas atividades que realizavam.

Mulheres Viúvas e Solteiras também realizavam trabalhos no campo. Eram mulheres de negócio, cuidavam da família e dos filhos, recebiam dotes e sua herança contribuiu muito para o desenvolvimento da freguesia, com sua participação nas atividades que geravam lucros tanto na produção para o mercado interno quanto para o mercado externo.

---

<sup>52</sup> MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona – conjugalidade moderna e terror moral Minas Gerais (1890-1948)*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2001. p. 75

<sup>53</sup> *Ibidem*. p. 84

<sup>54</sup> SAMARA, Eni de Mesquita Samara. *Senhoras do Açúcar: Riqueza e vida material em Itu (1780-1830)*. In: NADER, M. B *et al.* *História Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.

#### ***1.4 - Metodologia e fontes – a riqueza material dos domicílios na freguesia de Guarapiranga.***

Para a realização de nossa pesquisa consultamos minuciosamente o Recenseamento Nominativo de 1831-32, nos arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera.

As listas nominativas, segundo Clotilde Paiva (2013) e Mário Marcos Rodarte (2013), são uma documentação que vem atender às demandas do governo imperial que estava em fase de organização após a conquista de sua autonomia política. As listas teriam a função de mapear a situação nacional do Brasil e permitiriam ao império ter mais controle sobre o eleitorado, as convocações militares, maior controle na cobrança de impostos dentre outros.<sup>55</sup> O uso das Listas Nominativas tornou-se essencial para essas questões. Gustavo Lemos (2014) faz uma relevante descrição de como as Listas Nominativas eram organizadas:

As Listas Nominativas – um arrolamento nominal pré-censitário dos habitantes da freguesia e distritos – foram o primeiro produto desse esforço estatal. Diferente dos censos modernos, as Listas Nominativas normalmente traziam o nome de cada habitante em seus respectivos *fogos*, organizados segundo a hierarquia patriarcal-escravista. Há que ressaltar que a organização das Listas não era de todo padronizada, em função da subjetividade de seus censores. Juízes de Paz, capitães-mores, capitães de distrito e párocos formavam um corpo diversificado de censores, o que viabilizava a discrepância na coleta de informações. (...) nas Listas Nominativas encontramos importantes informações referentes às unidades domésticas dos proprietários rurais, tanto do Arraial quanto de alguns distritos da freguesia de Guarapiranga. As informações normalmente encontradas nas referidas Listas são: ocupação de cada indivíduo, cor/condição, nacionalidade, idade e estado civil.<sup>56</sup>

Douglas Libby (1988) nos chama a atenção para os recenseamentos que não são literalmente corretos em suas análises, e precisam ser analisados com muito cuidado, para que novas hipóteses possam ser devidamente trabalhadas<sup>57</sup>.

Outra fonte serial, que se mostrou de extrema importância para nossa pesquisa, foi os inventários/testamentos *post mortem*, referentes à região da Freguesia de Guarapiranga, que estão presentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo do Fórum da Comarca de Piranga. No qual estudamos algumas características das propriedades desses

<sup>55</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs). *História de Minas Gerais – A província de minas- vol 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

<sup>56</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2014. p. 33

<sup>57</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

domicílios e trajetórias familiares. A riqueza de informações é de extrema importância para nossas análises qualitativas e quantitativas das categorias em questão.

O trabalho de coleta dos inventários foi de grande dificuldade por não estarem organizados em um acervo por período, mas em meio à documentação do século XX e XXI. Algumas dificuldades encontradas se davam pelo português de difícil leitura, péssimo estado de conservação, inventários rasgados ou que já foram molhados, diferentes caligrafias, muitas vezes incompreensíveis e abreviaturas de difícil compreensão.

Mateus Andrade (2014) nos apresenta em detalhes como se estrutura o inventário *post-mortem*.

O inventário post-mortem era o resultado do processo que se abria com a morte de qualquer indivíduo que possuísse bens materiais. Divide-se em três partes principais: (1) Capa do processo e termo de abertura; (2) Avaliação dos bens; (3) Auto da partilha. Na primeira parte encontram-se as informações básicas do processo, como data de abertura, localidade jurídica onde se processou o mesmo, nome do inventariado, inventariante e herdeiros. Na avaliação dos bens, todos os pertences do falecido eram avaliados por dois indivíduos – indicados pelo inventariante e juiz de órfãos – e após esta, procedia-se o termo de avaliação e a aprovação pelo juiz das contas processuais e do trabalho realizado. Nesta parte também que se inseria o “termo de tutela”, caso houvesse herdeiros menores de idade. No auto da partilha, se faz a soma dos bens avaliados, constituindo-se o “monte-mor”. Subtrai-se deste as dívidas e os custos de processo. Do montante que resta, é retirada a meação, metade designada ao cônjuge do inventariado, e a outra metade é dividida entre os herdeiros.<sup>58</sup>

Dentre as fontes judiciárias, os inventários e os testamentos, são uma das fontes de pesquisa mais utilizadas pelos pesquisadores para os estudos da família. Os testamentos possibilitam conhecer as vontades particulares e as crenças dos indivíduos<sup>59</sup>. Para Sheila de Castro Faria (1998), os inventários *post-mortem* descrevem o conjunto de bens, objetos, dívidas ativas e passivas, esclarecendo aspectos da vida material e do cotidiano de homens e mulheres. Evidentemente, os inventários são uma documentação destinada a pessoas que possuem bens a legar, e acabam excluindo outras que nada tem. Os inventários possibilitaram conhecer a forma como o patrimônio da família seria transmitido às gerações<sup>60</sup>.

Segundo o trabalho de Júnia Ferreira Furtado (2009), o testamento é uma declaração na qual o testador indica suas últimas vontades e dispõe de seus bens seguindo os limites

<sup>58</sup> ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>59</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: Org: PINSKY, Carla B (org). *Fontes históricas*. 2 edição. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>60</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

estabelecidos pela legislação das *Ordenações Filipinas*<sup>61</sup>. Nem a todas as pessoas o direito de fazer um testamento era delegado, como para homens menores de 14 anos, mulheres menores de 12 anos, pessoas com problemas mentais, hereges e pessoas que possuem alguma interdição judicial<sup>62</sup>. De acordo com as *Ordenações Filipinas*, pessoas sem herdeiros poderiam dispor livremente de seus bens, filhos herdeiros legítimos podiam ser deserdados e filhos ilegítimos poderiam ser legitimados pelos pais no testamento sempre dentro dos limites da lei. Filhos que de algum modo não permitissem aos pais fazer um testamento poderiam ser privados, por pena da lei, de herdar sua parte na herança, legitimando assim o direito de se fazer livremente um testamento<sup>63</sup>. Parte do testamento chamada “*codicilos*” ou disposições finais, muitas vezes eram delegadas a pedidos de como seria o funeral ou a distribuição de esmolas. Havia pedidos de realização de missas, doações a irmandades, eram ações, segundo a autora, “*importantes para a elevação da alma ao Paraíso segundo a concepção católica*”<sup>64</sup>, pois as doações eram de alto valor.

O uso das fontes seriais, atualmente no Brasil, passou por um processo de abertura, mostrando como é possível explicar e cruzar os dados com tipologias documentais diferentes, como “*trabalhos que procuram conectar envelhecimento e trajetória de vida, ocupação, matrimônio, fecundidade, mobilidade social, migração e outros*”<sup>65</sup>. Para Tarcísio Botelho (2004), estudar o cotidiano da família brasileira a partir de estudos demográficos, proporciona uma gama de perspectivas acerca da constituição da família brasileira, no qual a demografia histórica, a história social, a história econômica e a história política teriam muito a ganhar, mas ainda é uma dinâmica pouco explorada no Brasil<sup>66</sup>.

Quando os estudos sobre os inventários e testamentos são feitos de forma serial, é necessário estabelecer alguns cuidados com as generalizações, pois trazem elementos de uma parcela da sociedade: a que tem bens a deixar. Por isso deixamos claro que o trabalho traz possibilidades a serem estudadas sobre a freguesia de Guarapiranga.

Através da riqueza de fontes (listas nominativas, inventários e testamentos) que encontramos referentes à freguesia (na Casa Setecentista de Mariana e no Fórum da Comarca de Piranga) e embasadas em estudos de caso ou trajetórias familiares, nos foi permitido

---

<sup>61</sup> FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tania Regina de. (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 96

<sup>62</sup> *Ibidem*. p. 97

<sup>63</sup> *Ibidem*.. p. 99

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 101.

<sup>65</sup> BOTELHO, T. R. *História demográfica e História Social: convergências e perspectivas*. Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004.

<sup>66</sup> *Ibidem*.



conhecer as localidades, a classificação de cor, as ocupações, algumas famílias e o seu modo de transmissão de herança. Conseqüentemente, as atividades produtivas e comerciais que elas realizavam no interior de seus lares contribuindo para a dinâmica da produção de alimentos, a criação de animais e até mesmo em atividades de mineração, permitindo levantar hipóteses sobre a cultura material da região.

Pensar na diversificação econômica, através da criação de animais e na produção de alimentos, que Minas Gerais possuiu no decorrer do século XVIII acarretou grande importância para a economia da capitania. A Freguesia de Guarapiranga, como dito anteriormente, foi uma região que passou por um valioso momento de reconfiguração e crescimento de sua economia a partir da segunda metade do século XVIII. Poderemos, dentro de nossos limites, com as fontes devidamente trabalhadas, construir estudos de famílias e observarmos como se deram os processos de sucessão e herança após a partilha quando havia mulheres Viúvas ou Solteiras na condição de herdeiras de patrimônios relevantes. Observaremos também (no capítulo 3 de nosso trabalho) através de trajetórias isoladas e familiares, as diferentes estratégias adotadas por nossas famílias guarapiranguenses para a conservação de seu patrimônio, fato que levou muitas destas mulheres ao casamento e posteriormente à viuvez ou a permanecerem na condição de solteira.

Dois exemplos sobre a riqueza material apresentada pelos inventários *post-mortem* são evidenciados pela descrição de bens da viúva *Ana Rosa de Pereira Queiróz* e da solteira *Flavia Luiza de Miranda*.

Em um primeiro exemplo temos o estudo de caso da propriedade avaliada no inventário de *Dona Ana Rosa de Pereira Queiróz*<sup>67</sup>, moradora da Freguesia de Guarapiranga, na região na zona rural de Piranga. Falecida no ano de 1832, viúva do Sargento Mor Antônio Rodrigues dos Santos, filha legítima de Luiz Antônio de Queiroz e Ana Maria da Encarnação, ambos já falecidos na data da morte da filha.

O patrimônio deixado após sua morte foi visto e avaliado pelos louvados em uma quantia de 9:557\$530 (nove contos, quinhentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e trinta reis), valor a ser dividido entre seus herdeiros: sua filha Cândida Flora de Queiróz, casada com Francisco José Pereira; a filha Maria Isabel do Carmo casada que foi com o capitão José Gonçalves Braga, já falecido deixando os seguintes filhos: Maria, Luis, Mariana casada com José Caetano, Agostinho Maximiliano, Francisca, Ana, Inocência (estes sete eram netos de Dona Ana Queiroz), moradores em Mar de Hespanha. Seguindo a listagem dos filhos

---

<sup>67</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Ana Rosa de Pereira Queiróz, códice 72. Auto 1533, Ano 1832.

herdeiros de *Dona Ana Queiroz* temos: Francisco Antônio Rodrigues; Ana Francisca de Assis, casada com o Coronel Mariano de Oliveira Belo; Luis Antônio de Queiroz; Antônia Augusta Queiroz, casada com o Alferes Jose Narciso de Almeida Cardoso; Francisca Cândida de Queiroz; Luciana Guilhermina de Queiroz, casada com Jose Bento Pereira e Ângelo do Vale.

Sua propriedade era dividida em várias atividades produtivas, dentre elas a produção de tecido, a agricultura, a pecuária, a mineração, contando também com a mão de obra escrava. Para termos um panorama dessa produção diversificada podemos analisar a descrição de bens deixados por essa viúva, na qual veremos uma propriedade expressiva administrada por uma viúva, não dispensando a ajuda dos filhos e genros para essa administração.

Na descrição de seus bens encontramos aparelhos de jantar em prata, ouro e topázio; joias de prata, ouro e topázio; esporas de prata; libras de cobre; ferramentas para as atividades de mineração como o almocafre, machados e enxadas. A produção de tecidos com a presença de dois “teares aparelhados”. Encontramos também benfeitorias como casas de sobrado, capela, paiol de telhas, milheiro de telhas, moinho (possivelmente para a produção do fubá) e monjolo (possivelmente para a produção de farinha), pois havia uma porção de terras de cultivo e mineração avaliada em 360\$000 reis (trezentos e sessenta mil reis), outra porção de terra de cultivo e mineração avaliada em 1:024\$000 (Um conto e vinte quatro mil reis), uma junta de boi vista e avaliada em 40.000 reis (quarenta mil reis). Essa produção apoiada na mão de obra escrava, pois vemos um plantel de 15 escravos africanos e crioulos vistos e avaliados em torno de 2:880\$000 reis (dois contos e oitocentos e oitenta mil reis). E casas no arraial de Piranga avaliadas em 150.000 (cento e cinquenta mil reis).<sup>68</sup>

Um segundo estudo caso é o de *Dona Flavia Luiza de Miranda*<sup>69</sup>, moradora do Ribeirão de São domingos, arraial de Mestre Campos da Freguesia de Guarapiranga e falecida em 07 de abril de 1789. Sempre viveu na condição de solteira, não deixando descendentes próprios. Mas, em seu testamento, declara como seus herdeiros, seu irmão e testamenteiro Claudio José Miranda, sua irmã Ana e suas sobrinhas filhas de seu irmão falecido Antônio Miranda.

Sua propriedade também era dividida em várias atividades produtivas, como a produção de tecido, agricultura, mineração e a participação de mão de obra escrava também se fez presente.

<sup>68</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Ana Rosa de Pereira Queiróz, código 72. Auto 1533, Ano 1832.

<sup>69</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Flavia Luiza de Miranda, código 144. Auto 3016, Ano 1789

Em sua descrição de bens encontramos elementos que colaboram, para nossas análises, em apresentar essa diversidade de atividades. Como utensílios domésticos, como aparelhos de jantar de prata, utensílios de cobre; joias em ouro e prata; ferramentas utilizadas em atividades na lavoura e na mineração, como almocafre, machados, enxadas, balança; a produção de tecido contava com um “tear aparelhado”, benfeitorias como casas de vivenda e moinho; terras de culturas, avaliadas em 260\$000 (duzentos e sessenta mil reis) com plantações de milho e bananas; e terras minerais no valor de 329\$000 (trezentos e vinte nove mil reis). E também se fez presente um numero de 15 cativos avaliados em aproximadamente 700\$000 (setecentos mil reis).

No decorrer dos estudos de casos colhidos nos inventários da viúva *Ana Rosa de Pereira Queiróz* e da solteira *Flavia Luiza de Miranda* foi possível observar a intensificação e a variedade das atividades produtivas de nossas mulheres acima descritas. Através da análise de seus patrimônios nota-se a associação de diversas atividades produtivas como agricultura, pecuária, mineração e mão de obra escrava. Quanto à produção agrícola e pecuária, sua maior atividade era a cultura do milho e a criação de porcos e gado. Podemos notar a presença da mineração, mas sempre atrelada a outros tipos de atividades produção de tecido e agricultura.

Análises como estas, sendo produzidas com uma rica fonte de dados, podem nos trazer relevantes resultados sobre a dinâmica econômica e a participação da freguesia na produção para o mercado interno e possivelmente externo do período. Elementos esses que podem confrontar a historiografia tradicional que apresentou Minas Gerais em forte decadência após a queda da mineração.

Portanto, temos que as Listas Nominativas e os inventários estiveram lado a lado para o estudo da história. Essa documentação se complementa, pois unidas puderam fornecer dados extremamente importantes e minuciosos referentes à família e seu domicílio, “posto que, no passado, as relações entre economia e os domicílios eram diferentes das atuais - e de certo modo, mais estreitas, já que os domicílios assumiam a função de agentes produtivos – era imprescindível tratar a economia nas Minas Gerais Oitocentistas”<sup>70</sup>. E nosso trabalho busca por essas informações para refletir sobre a organização familiar e a estrutura de posse, principalmente, de mulheres viúvas e solteiras chefe de domicílio.

---

<sup>70</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 24

**Capítulo 2- O lugar social de Viúvas e Solteiras na Freguesia de  
Guarapiranga.**

A região de Guarapiranga possui poucos estudos historiográficos relativos ao recorte de gênero. Apesar disso, pretendemos pesquisar o cenário socioeconômico da região e analisá-lo sob a luz da presença de mulheres viúvas e solteiras. E será extremamente importante definir a região a ser estudada para um melhor desenvolvimento da pesquisa.

Neste segundo capítulo analisaremos de forma detalhada as características populacionais e econômicas da Freguesia de Guarapiranga para o período em destaque, para podermos traçar o perfil e o lugar de mulheres viúvas e solteiras chefe de domicílio na sociedade desta região. Para nos auxiliar na análise utilizaremos as Listas Nominativas dos anos de 1831-32, referindo-nos aos 11 arraiais da freguesia, considerando as variáveis: gênero, idade, estado civil, cor, residência, ocupação e propriedade. Com o resultado destes dados vamos conhecer o perfil dos domicílios chefiados por mulheres em meados do século XIX. Obteremos informações como: se eram mulheres predominantemente viúvas ou solteiras frente à chefia masculina; como estavam distribuídas pela freguesia; quais especialidades desempenhavam e como se deu o acesso à mão de obra escrava entre as mulheres viúvas e solteiras. Não se trata de uma análise completa das listas, mas de uma seleção de informações que nos ajudará a compreender o comportamento demográfico dos domicílios chefiados por viúvas e solteiras.

Em seguida analisaremos a atuação econômica destas mulheres na freguesia, comprovando que não somente atividades de mineração garantiram a sobrevivência da capitania de Minas Gerais no período, mas também atividades relacionadas à produção de alimentos e à criação de animais, responsável pelo aumento populacional da capitania. Faremos uma análise quantitativa observando a produção de alimentos, o acúmulo de terras e a criação de animais nas propriedades de viúvas e solteiras. As informações serão obtidas nos inventários *post-mortem* da região pesquisada e discorreremos sobre a presença da mão de obra escrava que auxiliava na produção.

## 2.1 – Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga: uma freguesia em transformação.

No final no século XVII, o Império Português enfrentava uma séria crise econômica provocada por uma forte concorrência na produção açucareira. Porém, as expedições de Fernão Dias Paes Leme e seus companheiros pelo interior do Brasil em busca de riquezas minerais, fizeram com que mesmo após sua morte seus descendentes continuariam sua empreitada e encontrariam o tão cobiçado ouro, na região que posteriormente ficaria conhecida como Minas Gerais.<sup>71</sup>

A descoberta do ouro numa região encravada nos sertões hostis e insalubres atraía uma multidão desmedida dos mais variados cantos da colônia, deixando para trás um rastro de abandono, com engenhos desmantelados, lavouras perdidas e fábricas desamparadas. Era a aura sacra fames que instigava cobiças e torpezas com promessa de riqueza imediata. Com isso, vinham também a preocupação da coroa lusa, que temia pelo descontrolo da ocupação pela desordem da exploração aurífera e pela tomada por assalto da região por nações inimigas. Era imediatamente necessário o estado português fazer-se presente aos olhos da população, e assim apossar-se da sua joia mais rara em um momento de tão grave crise.<sup>72</sup>

Nos primeiros anos de exploração, a fome foi uma das piores inimigas dos exploradores. Deste modo deu-se início ao povoamento de regiões próximas às minas para o cultivo de alimento em terras mais férteis como nos caminhos para as minas e nas beiras dos rios. Houve também a abertura do Caminho Novo da estrada real, facilitando o abastecimento da região mineradora e interligando-a as principais áreas do império<sup>73</sup>. Sobre o povoamento da região mineradora, Luiz Fernando R. Lopes (2014) destaca o surgimento do povoado de Guarapiranga. Segundo o autor:

Ao sul do arraial do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana) que, juntamente com Vila Rica (atual Ouro Preto) formava o principal núcleo de exploração do ouro em Minas, um lugarejo inicia sua ocupação. Guarapiranga foi um dos primeiros povoados a surgir em meio à mata virgem e densa dos sertões da então capitania do Rio de Janeiro, quando as minas ainda não existiam juridicamente como capitania autônoma.<sup>74</sup>

A diminuição da produção de ouro nos últimos anos do século XVIII e início do XIX provocou muitas perdas populacionais nas vilas do ouro, ocorrendo uma mudança no eixo

<sup>71</sup> LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos poderes locais no sertão das minas setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014. p. 45

<sup>72</sup> *Ibidem*. p. 45

<sup>73</sup> *Ibidem*. p. 46

<sup>74</sup> *Ibidem*. p. 46

dinâmico da economia. As atividades agropecuárias foram intensificadas, por diversos fatores, como a vinda da Família Real em 1808<sup>75</sup>. No entanto, novos núcleos urbanos começam a surgir devido a este processo de “ruralização”, que, para Alexandre Cunha (2009): “A função principal dessas nucleações que vão surgindo ou se dinamizando é a de ser entreposto para essa produção rural, o que bem se corrobora com os testemunhos da época”<sup>76</sup>. Em virtude de sua dinamização e à sua organização com características socioeconômicas próprias, Guarapiranga torna-se uma localidade, onde, a sociedade urbana, no final do século XVIII e ao longo do século XIX, passa a se estabelecer como uma região rural com características socioeconômicas que vão se consolidando.<sup>77</sup>

A região de Guarapiranga corresponde, resumidamente, à bacia do rio Piranga e seus afluentes ao sul de Mariana, com seus limites demarcados pela Serra da Mantiqueira ao leste e pela Serra do Espinhaço no sudeste. A malha fluvial organizou o espaço e os caminhos da expansão das atividades econômicas, como principal meio de transporte e comunicação. Descendo o rio Guarapiranga estabeleceram-se os arraiais de Calambau, Tapera e Barra do Bacalhau, com suas roças e engenhos de aguardente. Rio acima, às margens dos rios Pirapetinga, Bacalhau, Turvo, Embrajaúbas e Xopotó foram instalados os pequenos arraiais e capelas de Bacalhau, Pinheiro, Oliveira, Espera, São Caetano do Xopotó, São José do Xopotó, Brás Pires e Dores do Turvo. Quando o arraial se transformou em vila em 1841, seu território contemplava as freguesias de Piranga, Barra do Bacalhau e São José do Xopotó, e os distritos do Pinheiro, Conceição e Dores do Turvo, com a serra servindo de limite com os municípios de Presídio e Pomba. No complexo vai-e-vem das mudanças jurisdicionais, o município foi suprimido em 1865 e seus distritos divididos entre Mariana e as Vilas de Queluz, Ubá e Barbacena, para ser restaurado novamente três anos depois<sup>78</sup>. Em 1870, a vila é elevada à categoria de cidade<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX*. Cad. Esc. Legis., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 66, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/16/alexandre\\_mendes.pdf](http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/16/alexandre_mendes.pdf)

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 36-37

<sup>78</sup> Coleção das Leis Mineiras, Lei Provincial 1.249, de 17 de novembro de 1865, Lei Provincial 1.537, de 20 de julho de 1868.

<sup>79</sup> Coleção das Leis Mineiras, Lei Provincial 1.729, de 5 de outubro de 1870.

A freguesia de Guarapiranga foi fortemente povoada entre os anos de 1753-1756, uma consequência das sesmarias concedidas nestes anos<sup>80</sup>. Situada na zona da mata mineira era uma região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira. As atividades mineradoras foram a causa inicial da ocupação no século XVIII, levando milhares de pessoas a desbravarem terrenos desconhecidos e obscuros. Com uma agricultura para subsistência, Guarapiranga, acabou se tornando uma região de sólida atividade agropastoril e mineradora. No século seguinte, houve queda na mineração nas primeiras décadas do século XIX<sup>81</sup>. Segundo Andrade (2014):

Com o declínio da extração aurífera, uma rearticulação econômica foi vivenciada, dando-se início a um processo de “acomodação evolutiva”, no qual o setor agrícola foi o que mais se destacou. Assim, Minas Gerais passou por uma “ruralização” de sua economia, sendo a freguesia de Guarapiranga um espaço privilegiado para o seu estudo e compreensão, pois, devido às suas particularidades socioeconômicas, caracterizou-se como um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> BARBOSA, Waldemar. *Dic. Geográfico e Histórico de MG*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995, p.362-363

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Luís. *Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa*. Anais do I colóquio de LAHES, Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. p.02. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0609.pdf>.

<sup>82</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850). 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas



Mapa 1- Freguesia de Guarapiranga no século XIX



FONTE: Reprodução parcial de “Karte der Brasilian Provinz Minas Gerais (1855)” In: HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. A Província Brasileira de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

O mapa 1 representa um recorte do mapa original, digitalizado e cedido pelo professor Fábio Faria Mendes aos membros de seus grupos de pesquisa sobre o tema. O mapa apresenta a região da freguesia de Guarapiranga e seus arredores. E como observou Luis Fernando Lopes (2014) em seu livro “*Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos poderes locais no sertão das minas setecentistas*”, analisando a imagem, podemos observar as novas vilas que vão surgindo posteriormente na segunda metade do século XVIII<sup>83</sup>. Para definir essa região abrangente pela freguesia, consultamos alguns autores da historiografia de Minas Gerais com foco na freguesia de Guarapiranga.

Guarapiranga se tornou uma região mineradora, porém não só de atividades de mineração sobreviveu a região, mas também de atividades voltadas para a produção de alimentos e criação de animais, achando-se ocupada paulatinamente<sup>84</sup>. No século XIX, com a queda da mineração e a intensificação das atividades agropastoris, a região vai se transformando e se ampliando. De acordo com Mateus Resende de Andrade (2014):

<sup>83</sup> LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos poderes locais no sertão das minas setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014. p. 61

<sup>84</sup> *Ibidem*. p. 52

Devido à sua localização geográfica, no limite entre a urbe e o sertão, o arraial de Piranga tornou-se uma porta de entrada para as incursões de conquista e povoamento das zonas fronteiriças a leste do centro minerador. Deste modo, teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. Esta proeminência lhe conferiu a elevação à condição de freguesia e vigaria com título colativo, conforme consta em carta régia de 1724.<sup>22</sup> A matriz de Piranga teve diversas capelas filiais que foram essenciais no delineamento do espaço pesquisado. Eram capelas os seguintes distritos de paz que posteriormente foram citados nas listas nominativas de 1831: Santo Antônio do Bacalhau, Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires, Santo Antônio do Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre Campos, Nossa Senhora da Oliveira, Pinheiro e Tapera.<sup>85</sup>

Devemos ficar atentos à delimitação do espaço a ser trabalhado, para que seja compreensível e adequado ao nosso estudo. Marcos Ferreira Andrade (2015) reforça a ideia de que não se deve “*esquecer que toda delimitação geográfica não deixa de simplificar uma realidade mais complexa, além de a relação entre homem e espaço estar em contínua transformação*”<sup>86</sup>. Silva (2014) nos remete ao alerta de Graça Filho, no qual o autor destaca que a política administrativa de Minas Gerais, que, por ser muito maleável, acabou permitindo a desagregação, a extinção e a fundação de vilas, distritos e comarcas.<sup>87</sup>

Minas Gerais possuía uma diversidade regional que refletia diretamente no desenvolvimento da economia mineira, segundo Clotilde Paiva Andrade (2011) e Marcelo Magalhães Godoy (2011), alguns autores da Historiografia do século XIX, não trouxeram em seus estudos a ideia da diversidade regional em Minas Gerais para o século XIX, atribuindo-lhe procedimentos “*excessivamente simplificadores*”<sup>88</sup>. Para os autores,

Neste cenário, a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas

---

<sup>85</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. p. 34. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>86</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014

<sup>87</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014

<sup>88</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html>. Acessado em: 19/10/2011. p. 11.

enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço foram procedimentos recorrentes.<sup>89</sup>

A partir de suas constatações Paiva (2011) e Godoy (2011) vão recorrer aos estudos dos relatos de viajantes e traçarão uma divisão de Minas Gerais em 18 regiões, levando em consideração,

“fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos (...). Embora os aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais são resultantes de combinações específicas de múltiplos aspectos”<sup>90</sup>

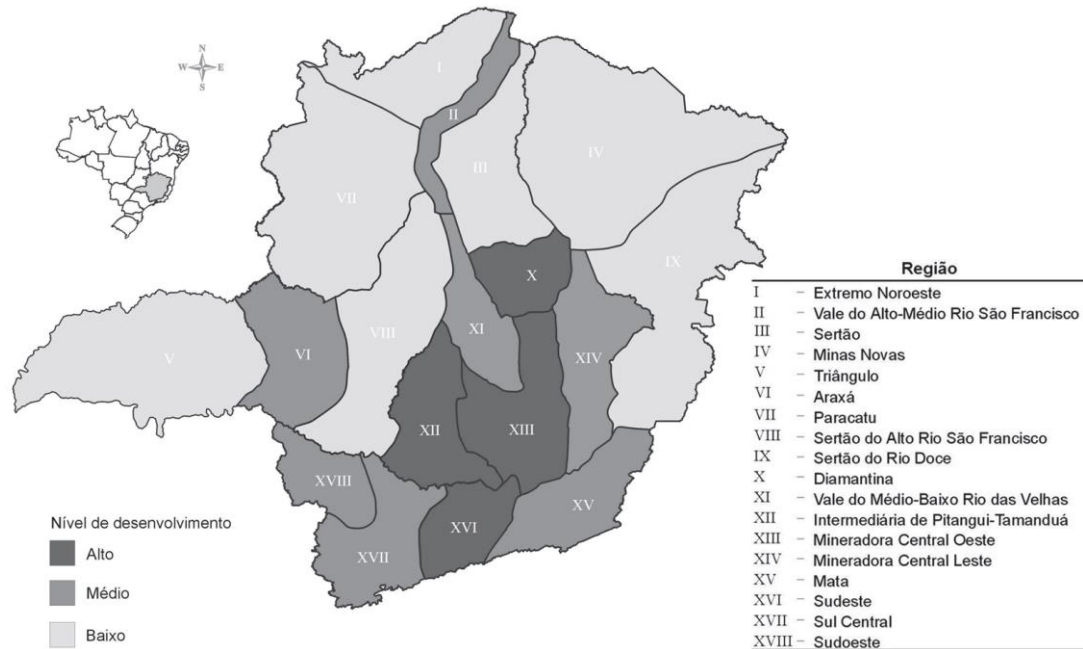
Ao examinarmos o Mapa 2 será possível observar como os autores traçaram essa divisão.

---

<sup>89</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html>. Acessado em: 19/10/2011. p. 11.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

## Mapa 2 - Regionalização e níveis de desenvolvimento econômico das regiões da província de Minas Gerais.



**FONTE:** PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1 p. 161-191, 2010.

A freguesia de Guarapiranga, segundo Paiva (2010) e Godoy (2010), está localizada na região da Mineradora Central Oeste – XIII<sup>91</sup>. Para os autores, esta região apresentou o desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura, pecuária, transformação de gêneros agropecuários, extrativismo mineral, siderurgia e manufatura<sup>92</sup>. Alexandre Cunha (2014) e Marcelo Godoy (2014) observaram que “*estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram atividades centrais*”<sup>93</sup>.

A definição da região de Guarapiranga é complexa e possui muitas incertezas. De acordo com Guilherme Augusto Nascimento e Silva (2014) devemos levar diversos fatores em consideração. Observando o estudo de Douglas Libby, que analisou as características

<sup>91</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais*. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 169, jan./jun. 2010

<sup>92</sup> *Ibidem*. p. 19

<sup>93</sup> CUNHA, Alexandre Mendes, Godoy, Marcelo Magalhães. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p.28

socioeconômicas da província de Minas Gerais sob a divisão territorial em 9 regiões distintas (Metalúrgica-Mantiqueira, Mata, Sul, Oeste, Triângulo, Alto Parnaíba, São Francisco-Montes Claros, Paracatu, Jequitinhonha-Mucuri-Doce); Silva (2014) nota que a freguesia de Guarapiranga foi atribuída como pertencente à região da Zona da Mata, destacando a importância da produção cafeeira para a economia da província durante a segunda metade do século XIX. Porém, Silva (2014) nos lembra que, a freguesia de Guarapiranga concentrou suas atividades predominantemente no abastecimento interno da província e não atuou como uma freguesia agroexportadora, em um processo iniciado anteriormente ao século XIX.<sup>94</sup>

O autor Ângelo Alves Carrara adotou a divisão regional para a Zona da Mata mineira de Elza de Souza, dividida em três sub-regiões: Norte, Central e Sul. Para Carrara, a freguesia de Guarapiranga era localizada entre as regiões Mineradora Central e Mata Norte, ficando na Mata Norte a área de expansão agrícola e exploração aurífera no século XVIII. No século seguinte se destacou pela agricultura de subsistência e produção de cana-de-açúcar.<sup>95</sup>

Observando o trabalho de Patrício Carneiro, a região em análise não pertenceria à região Mineradora Central Oeste e, sim, à Zona da Mata, mas cuidados devem ser tomados para a produção de conhecimento sobre a região, como o de não generalizar os estudos para todas as regiões da Zona da Mata<sup>96</sup>. Segundo Mateus Rezende de Andrade (ano), alguns autores atestam que o povoamento da região mineradora leste de Minas Gerais ocorreu nas primeiras décadas do século XIX, graças ao cultivo do café. Rezende (2014) também retoma a opinião de Carneiro, em que considera estes estudos incorretos por desconsiderarem o papel e as atividades desempenhadas pelos desbravadores e vilas da região no período colonial.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> LIBBY, Douglas. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888.* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 29

<sup>95</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888.* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 30

<sup>96</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888.* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 30

<sup>97</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Apud: ANDRADE, Mateus Rezende. Redes de Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850).* 2014. p. 33. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

## 2.2 - Qual é o perfil da população guarapiranguense?

Os relatos de viajantes estrangeiros, para Tarcísio Botelho (2013), foram por muito tempo uma fonte essencial aos estudos de família no Brasil, pois nos permitiam conhecer as diferentes práticas familiares, mas acabaram se mostrando uma fonte carregada de preconceitos e limitações<sup>98</sup>. O pesquisador nos propõe alternativas para responder às muitas questões relativas à História da Família, como o uso de fontes seriais. O uso das fontes seriais, atualmente no Brasil, sofreu uma abertura no uso dos dados, mostrando como é possível explicar e cruzar os dados com tipologias documentais diferentes, como “*trabalhos que procuram conectar envelhecimento e trajetória de vida, ocupação, matrimônio, fecundidade, mobilidade social, migração e outros*”.<sup>99</sup> Estudar o cotidiano da família brasileira a partir de estudos demográficos, proporciona uma gama de perspectivas quanto à constituição da família brasileira, no qual a Demografia Histórica, a História Social, a História Econômica e a História Política teriam muito a ganhar, mas ainda é uma dinâmica pouco explorada no Brasil<sup>100</sup>.

Como ponto de partida para nossos estudos, parece-me adequado começarmos a classificar, por uma amostra, a população na freguesia de Guarapiranga. Para isso iremos utilizar as Listas Nominativas dos habitantes da freguesia, para os anos de 1831 e 1832. Analisaremos o Recenseamento de 1831-32<sup>101</sup> para os 11 arraiais pertencentes à freguesia de Guarapiranga, que são: Santo Antônio do Bacalhau, Nossa Senhora Do Rosário de Brás Pires, Santo Antônio do Calambau, Conceição do Turvo, Dolores do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre de Campos, Nossa Senhora de Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Utilizando os estudos sobre as listas nominativas da década de 1830 de Minas Gerais, levantaremos algumas considerações sobre a relação de gênero e os variados papéis que as mulheres assumiram em seu domicílio de acordo a sua posição econômica.

Ao observarmos o Mapa 3, poderemos verificar a disposição dos 11 arraiais da freguesia de Guarapiranga.

<sup>98</sup> BOTELHO, Tarcísio R. A família mineira no século XIX. In: *História de Minas Gerais – A província de minas- vol 2*. Org: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. Belo Horizonte: Autentica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

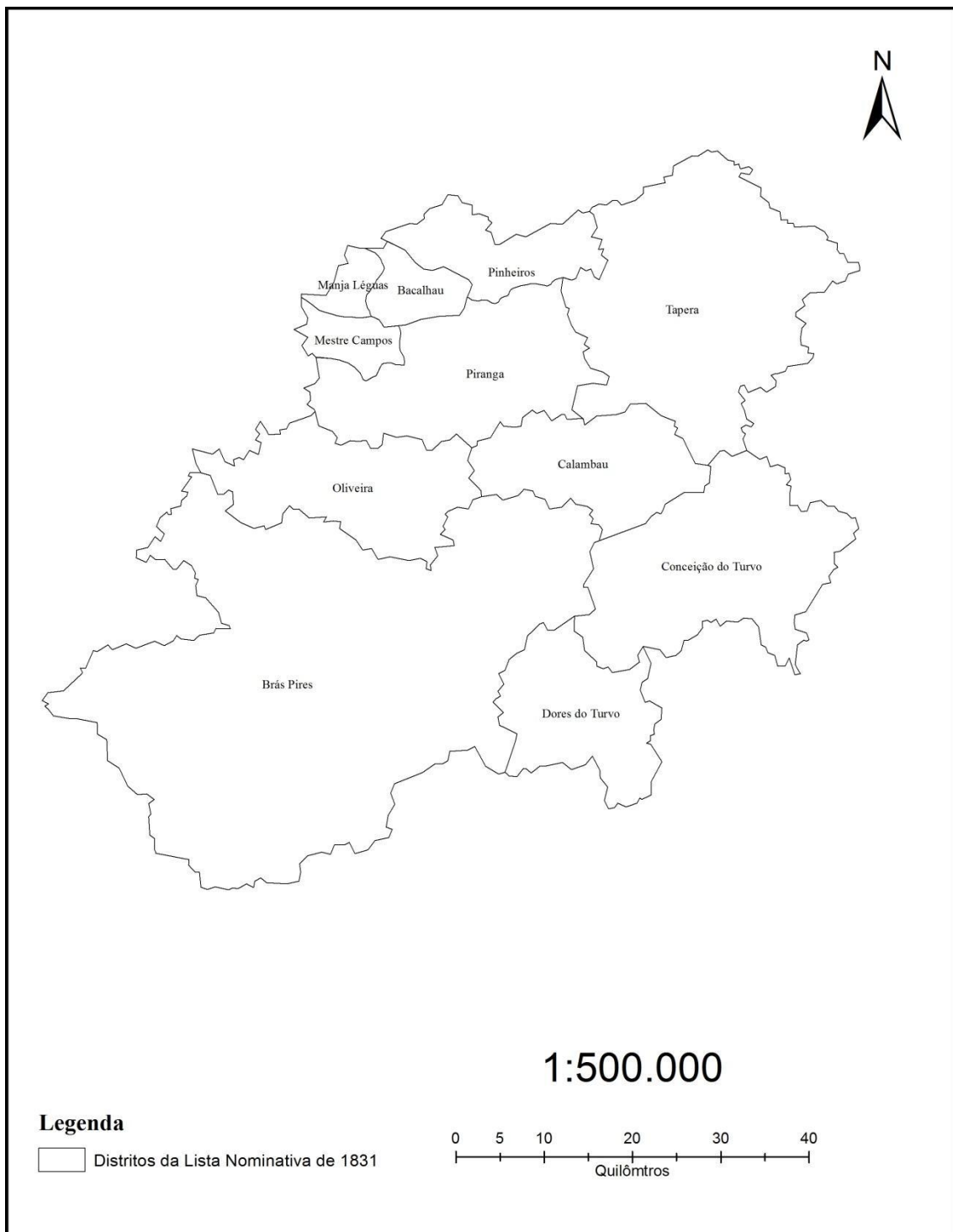
<sup>99</sup> BOTELHO, T. R. *História demográfica e História Social: convergências e perspectivas*. Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

<sup>101</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dolores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “*Redes Sociais, sucessão e herança*”.



**Mapa 3 – Freguesia de Guarapiranga, Distritos de Paz, Lista Nominativas de 1831e 1832.**



Fonte: IBGE e Cartas Topográficas do Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais. ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850). 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Mario Marcos Sampaio Rodarte (2008) estima que a população da Província de Minas Gerais para a década de 1830 era de aproximadamente 756.657 habitantes. A população recenseada concentrava-se nas regiões centrais da província, por ser uma localidade de povoamento mais antigo e possuir um alto nível de desenvolvimento econômico.<sup>102</sup>

A ocupação dos territórios mineiros, ao longo do século XVIII se deu devido ao trabalho de comerciantes, ultrapassando os limites dos núcleos mineradores principais.<sup>103</sup> Rodarte (2008) faz referência aos estudos elaborados por Paula, que durante o período de 1789 a 1814, Minas Gerais foi marcada pelo surgimento de vilas com vocação agrária.<sup>104</sup>

Com relação à composição populacional de nossa freguesia, localizada próxima à região mineradora, Guarapiranga é marcada pela ação de valiosos sujeitos classificados por diferentes condições, ou seja, os livres e os escravos. Para melhor estudá-la utilizamos as Listas Nominativas dos anos de 1830 e 1832. Observe a tabela abaixo.

**Tabela 1: População livre e escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-1832<sup>105</sup>**

	Livre	Escrava
Santo Antônio do Bacalhau	323	117
Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires	524	318
Santo Antônio do Calambau	871	536
Conceição do Turvo	741	254
Dores do Turvo	940	286
Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas	240	120
Mestre de Campos	346	156
Nossa Senhora de Oliveira	472	367
Pinheiro	991	122
Piranga	1375	626

<sup>102</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 84

<sup>103</sup> *Ibidem*. p. 54

<sup>104</sup> PAULA, Abud: RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 54

<sup>105</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

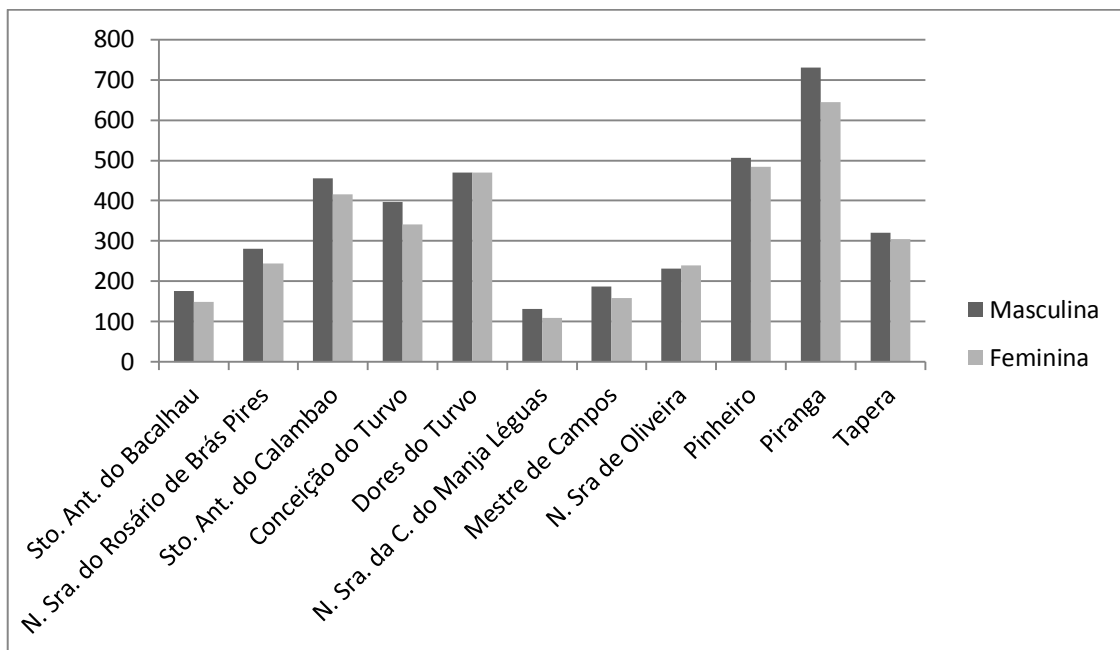


Tapera	624	615
TOTAL	7.447	3.517

Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

A freguesia apresenta, para os anos de 1831-32, uma população de 10.964 pessoas, sendo que sua maioria, 7.447 (68%) é classificada como livre, forra ou liberta, e 3.517 pessoas (32%) são consideradas escravas. Segundo Douglas Cole Libby (2013), a província de Minas Gerais no século XIX passa por um crescimento econômico seguido pelo aumento populacional de homens livres e cativos. Os cativos seriam fruto tanto do tráfico negreiro internacional quanto da reprodução natural. Contestando a ideia de crise “*pós-aurífera*”, na qual esse fator não poderia proporcionar o crescimento populacional observado para Minas Gerais.<sup>106</sup>

**Gráfico 1: População livre masculina e feminina na freguesia de Guarapiranga, 1831-32<sup>107</sup>**



Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

<sup>106</sup> LIBBY, Douglas Cole. O “grande plantel mineiro” do século XIX: origens e posses. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – A província de Minas. Vol 1*. Belo Horizonte, Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 171-178

<sup>107</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dolores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “*Redes Sociais, sucessão e herança*”.

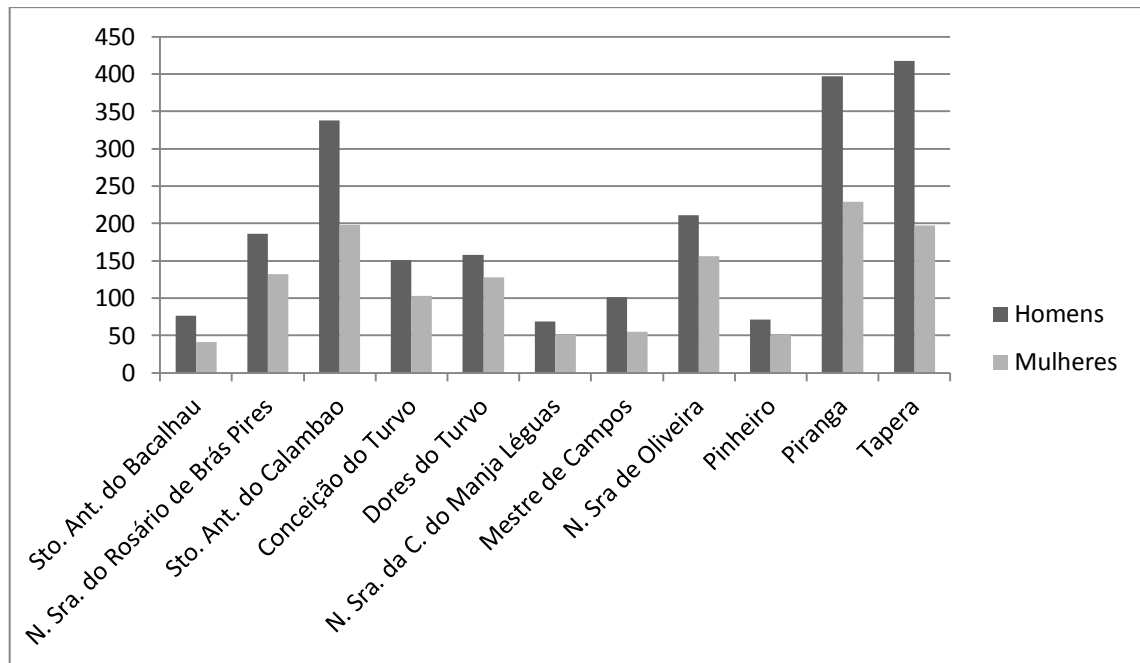
Observando o Gráfico 1, com relação à população livre, notamos que apesar da presença masculina estar em maioria com 52% à frente da presença feminina com 48%, há um certo equilíbrio na distribuição de homens e mulheres nos 11 arraiais da freguesia.

Outro aspecto interessante a observarmos a respeito da população livre de Guarapiranga é sua classificação pela cor. Temos um número de brancos correspondendo a 33,8%, 12,8 % de crioulos, 50,3% de pardos, 0,1% de cabras, 2,87% de africanos e 0,02% de índios. Nota-se que a maioria das pessoas livres eram pessoas consideradas de cor. Contudo, a maior expressividade da população livre se deu entre as pessoas consideradas “livres de cor”, correspondendo a, aproximadamente, 62,2%, distribuídas entre as vilas urbanas e o campo.

A presença da população cativa na freguesia de Guarapiranga nos ajuda a compreender como esta mão de obra é de extrema importância para se refletir a respeito da dinâmica econômica e a social dessa região. Observemos o Gráfico 2.

**Gráfico 2: População escrava masculina e feminina na freguesia de Guarapiranga, 1831-**

**32.**<sup>108</sup>



Fonte: Listas Nominativas, 1831 e 1832.

Observando o Gráfico 2, percebemos que grande parte da população cativa distribuídas entre os arraiais era masculina se comparada à população feminina. Todos os escravos foram classificados em quatro categorias: crioulos (47,8% - 862 homens e 863

<sup>108</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dolores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

mulheres), africanos (37,5% - 1.059 homens e 260 mulheres), pardos (14% - 236 homens e 206 mulheres) e cabras (0,7% - 10 homens e 13 mulheres).

A maioria da população escrava masculina é africana, demonstrando que para o período da elaboração da Lista Nominativa, o tráfico negreiro se fez presente na disposição de cativos entre os domicílios escravistas. Mas não podemos desconsiderar o equilíbrio entre homens e mulheres escravos nascidos no Brasil, que para Libby (2013) “*pode sugerir um núcleo nativo estável e plenamente reprodutivo [...] e que muitos desses escravos nasceram de mães africanas, o que ao mesmo tempo, reforça e faz mais complexo o argumento a favor da reprodução natural*”<sup>109</sup>. A composição da escravaria da freguesia de Guarapiranga reforça a ideia defendida por Douglas Libby (2013), de que em Minas Gerais a constituição do plantel de escravos se deu pela presença da reprodução natural e pela atuação do tráfico internacional de escravos.<sup>110</sup>

Porém, nossa pesquisa não se restringirá apenas aos anos de 1831-32. As informações que encontramos sobre esse período são de extremo valor para caracterizar a população e o meio em que nossas mulheres viúvas e solteiras estavam inseridas, e sua dinâmica socioeconômica. Em uma sociedade marcada pela escravidão, podemos notar que a freguesia de Guarapiranga abrigava uma sociedade com efetivas diferenças sociais, diferentes modos de vida e ocupações distintas.

### **2.3 – Viúvas e solteiras e suas disposições pela freguesia.**

A freguesia de Guarapiranga durante o século XIX passou por uma diversificação interna em sua produção de alimentos, criação de animais e com a forte presença da mão de obra escrava dentro das unidades produtivas familiares da região<sup>111</sup>. A freguesia se encontra em um mundo onde prevaleceram os núcleos familiares, por isso se torna tão importante observar a divisão e a organização das famílias em domicílios. A família em Guarapiranga é para Lemos (2014):

(...) a base sobre o qual se assentava o modo de organização desse mundo rural; era o eixo em torno do qual orbitavam as esferas da vida. A família não era apenas a

<sup>109</sup> LIBBY, Douglas Cole. O “grande plantel mineiro” do século XIX: origens e posses. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – A província de Minas. Vol 1*. Belo Horizonte, Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 178. Grifo meu.

<sup>110</sup> *Ibidem*. p. 178

<sup>111</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014. p. 33

unidade básica majoritária da vida social: era também a unidade primária da vida econômica.<sup>112</sup>

Em Guarapiranga havia uma forte presença de mulheres conduzindo seus lares e por consequência suas famílias. As mulheres chefes de família se apresentam em um número de 533 domicílios em um total de 1661. No entanto, assumiam a chefia dos domicílios **majoritariamente** em duas circunstâncias: viúvas, ou quando não contraíam matrimônio, no caso das solteiras. As mulheres se faziam presentes na administração de seus domicílios na freguesia em destaque, contando com a presença filhos, parentes, escravos e agregados.

Observando as Listas Nominativas procuramos analisar estatisticamente, os padrões de trajetória destas mulheres chefes de domicílio, considerando a variável mulher e domicílio, idade, estado civil, cor, ocupação e propriedade de escravos. Através da análise dos dados censitários, procuraremos descrever alguns traços da sociedade guarapiranguense, na qual mulheres viúvas e solteiras estavam presentes.

Observe as Tabelas 2 e 3:

**Tabela 2: Estado conjugal do chefe de domicílio conforme o sexo na Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.**<sup>113</sup>

Estado Conjugal	Homens		Mulheres		Total	
	n/t*	%	n/t	%	n/t	%
Solteiros	171	15	296	56	467	28
Casados	897	80	44	8	941	57
Viúvo	60	5	196	36	256	15
Total	1.128	68	533	32	1.661	100

Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

\*n/t = números totais.

<sup>112</sup> LEMOS, Gusthavo. *Op. Cit.* p. 37

<sup>113</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

**Tabela 3: Número de domicílios chefiados por mulheres viúvas e solteiras, 1831-32<sup>114</sup>.**

Arraiais	Viúvas n/t*	Solteiras n/t	Total de domicílios femininos n/t	Total de domicílio nos arraiais n/t
Santo Antônio do Bacalhau	12	20	32	75
N. Sra. do Rosário de Brás Pires	15	18	33	132
Santo Antônio do Calambau	21	20	41	153
Conceição do Turvo	10	24	34	176
Dores do Turvo	30	22	52	219
N. Sra. da Conceição do Manja Léguas	05	14	19	66
Mestre de Campos	12	05	17	69
Nossa Senhora de Oliveira	06	07	13	87
Pinheiro	19	55	74	217
Piranga	52	107	159	373
Tapera	14	04	18	94

**Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.**

\*n/t = números totais.

Os onze Arrais da Freguesia de Guarapiranga somam um total de 1.661 domicílios, como poderemos observar na Tabela 2. Apesar de os domicílios, em Guarapiranga, a maioria ser de chefia masculina, em um total de 68%, em sua maior parte casados, apresentou em 80% dos 1.128 domicílios a chefia masculina. Os domicílios femininos se apresentam em um número de 533: as viúvas aparecem em um número de 196 fogos (33% de 533), e as solteiras em um número de 296 domicílios (56% de 296). Os domicílios em Guarapiranga eram majoritariamente chefiados por homens, porém havia um relevante número chefiado por mulheres. Mas esta não é só uma característica de Guarapiranga.

Em seu trabalho referente à família mineira no século XIX, Tarcísio Botelho (2013) faz uma análise da composição dos domicílios conforme o sexo em Minas Gerais utilizando as Listas Nominativas de 1831e 1832 de distintas regiões, em um total de 40.012 domicílios. Em Minas Gerais, 76,8% dos domicílios eram chefiados por homens. Em um total de 9.283

<sup>114</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

domicílios femininos, 42,2% eram chefiados por mulheres viúvas e 48,8% por mulheres solteiras<sup>115</sup>.

Na Tabela 3, podemos ver a disposição destes domicílios pela freguesia, e destacamos a vila de Piranga e Santo Antônio do Bacalhau como os arraiais que possuíam o maior número de domicílios femininos distribuídos entre a cidade e o campo, em torno de 42% dos fogos em comparação ao número total de domicílios das respectivas vilas.

Observando as Listas Nominativas de 1831-32 notamos que mulheres chefes de família casadas, em sua maioria eram consideradas de cor. Mulheres casadas com homens chefes de família, em sua maioria, também eram classificadas como mulheres pardas, crioulas ou negras africanas. Nossas categorias de análise, as viúvas e solteiras também se enquadram nesse padrão. Observemos a Tabela 4.

**Tabela 4: Mulheres viúvas e solteiras e Homens chefes de família classificados pela cor, 1831-1832<sup>116</sup>.**

	Branços		Pardos		Crioulos		Negro Africano		Cabra		Total	
	n/t*	%	n/t	%	n/t	%	n/t	%	n/t	%	n/t	%
Viúvas	72	37	98	50,5	25	12	1	0,5	0	0	196	100
Solteiras	61	21	152	51	71	24	12	4	0	0	296	100
Homens	454	40	524	46	120	10	29	2,9	1	0,1	1128	100

**Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.**

\*n/t = números totais.

A maioria de nossas viúvas e solteiras eram mulheres de cor (classificadas como pardas, crioulas ou negras africanas) e compunham um total de 359 mulheres entre viúvas e solteiras. A maioria foi classificada como pardas, as viúvas representando 50,5% do total e as solteiras 51%. As senhoras chefes de domicílio classificadas como brancas apresentavam-se da seguinte maneira: 37% das viúvas e 21% das solteiras. Mulheres consideradas crioulas também se enquadram em nossa análise, em que 12% eram viúvas e 24% solteiras. Negras africanas também aparecem como chefe no recenseamento apresentado, no qual 0,5% eram

<sup>115</sup> BOTELHO, Tarcísio R. A Família Mineira no Século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – A província de Minas. Vol 2*. Belo Horizonte, Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 269

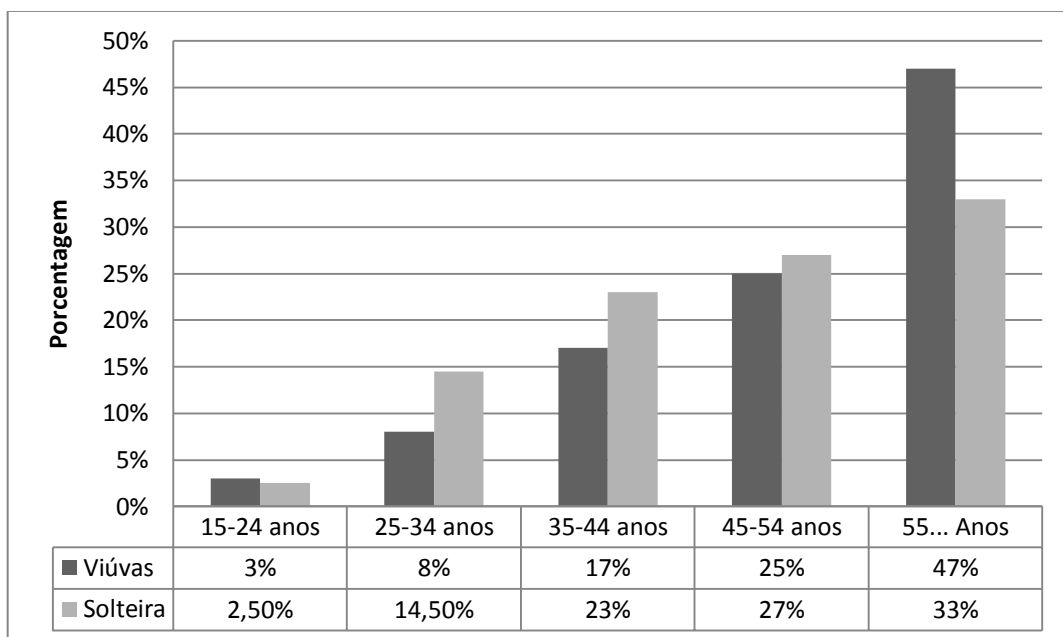
<sup>116</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

viúvas e 4% solteiras. As mulheres brancas aparecem em maioria na categoria das viúvas, 37%, e as brancas solteiras em um total de 21%.

A chefia masculina (homens casados, viúvos e solteiros) apresenta-se em um número total de 1.128 domicílios, ou seja, maior que a chefia feminina. Os homens de cor compunham a maioria da chefia de domicílio, cerca de 60%. A chefia de domicílio direcionada por homens brancos estava presente em 40% dos casos totais.

Percebemos que a classificação pela cor presente em Guarapiranga, criou uma hierarquia social (baseada na cor), com relação à posse de escravos nos domicílios de chefia feminina. Uma hierarquia que organizou o grupo das mulheres livres e, sobretudo, tornou mais claras as diferenças no interior da freguesia com relação à posse de escravos por mulheres chefes de família brancas e por mulheres chefes de família de cor.

**Gráfico 3: Faixa etária em porcentagem de mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1831-32<sup>117</sup>.**



Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

Observando o Gráfico 3, notamos que mulheres solteiras, em um total de 292 domicílios, assumiam a chefia de seus lares em um número de 16 domicílios (14,5%), a partir dos 25 anos. A porcentagem das mulheres entre 35 e 55 anos é próxima, 23% de mulheres entre 35 e 44 anos; 26,5% de mulheres entre 45 e 54 anos e 33% com idade igual ou superior

<sup>117</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

a 55 anos. Ao longo dos anos, muitas mulheres solteiras podem ter se casado. As mulheres viúvas assumiam a chefia de seu domicílio, majoritariamente, após os 55 anos de idade. Em um total de 196 viúvas distribuídas pela freguesia, temos que 93 dessas mulheres tinham idade superior ou igual a 55 anos, em um total de 47% para os 11 arraiais. Contudo, a chefia feminina ocorreu para mulheres de faixa etária mais elevada.

Outro aspecto interessante a observarmos é a composição destes domicílios femininos. Notamos que viúvas e solteiras moravam sozinhas ou na companhia de familiares, escravos e agregados. Observe a Tabela 5.

**Tabela 5: Composição dos domicílios de viúvas e solteiras chefes de família na freguesia de Guarapiranga, 1831-32.<sup>118</sup>**

Domicílios	Mulheres Viúvas		Mulheres Solteiras		Total de domicílios	
	n/t*	%	n/t	%	n/t	%
<b>Unipessoal</b>	17	8,5%	53	18%	70	14%
<b>2 pessoas</b>	17	8,5%	76	26%	93	19%
<b>3 a 5 pessoas</b>	65	33%	113	38%	178	36%
<b>6 a 12 pessoas</b>	64	32,5%	44	15%	108	22%
<b>13 a 20 pessoas</b>	18	9%	6	2%	24	5%
<b>21 ou mais pessoas</b>	15	8%	4	1%	19	4%
<b>Total</b>	196	100%	296	100%	492	100%

Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

\*n/t = números totais.

Com relação ao perfil das famílias de mulheres viúvas e solteiras, notamos que os domicílios eram compostos por pessoas que moravam sozinhas ou na presença de outras, como filhos, escravos ou agregados. Notamos que as mulheres solteiras, com relação ao número total de domicílios, 18% delas moravam sozinhas se comparadas às viúvas que se apresentam em 8,5% dos domicílios unipessoais. Os domicílios unipessoais eram compostos, nesse período, por 14% dos domicílios totais chefiados por viúvas e solteiras.

Os domicílios compostos por duas pessoas eram em sua maioria por solteiras (26%) e as viúvas se apresentavam em um número menor (8,5%). As duas categorias unidas representam 19% dos 492 domicílios com até dois habitantes.

<sup>118</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.



Notamos certo equilíbrio entre os domicílios compostos de 3 a 5 pessoas, as viúvas chefe de família se apresentam em 33% dos 196 domicílios, já as solteiras aparecem com 38% do total para essa categoria. Ambas se apresentam em um total de 178 domicílios, 36% do total.

Um número de 22% dessas mulheres constituem domicílios com mais de 6 pessoas, podemos considerar a presença de filhos, escravos e agregados dentro desses lares. Contudo, notamos que, no total de domicílios das mulheres viúvas, 49% dos fogos, eram compostos por mais de 6 habitantes. Um dos fatores que justificam essa porcentagem, pode remeter à presença de escravos que é maior nos domicílios de mulheres viúvas. Para Rodarte (2008), os domicílios escravistas eram maiores, pois se identificavam com o papel produtivo daqueles domicílios, uma vez que os escravos não possuíam vínculos de parentesco com o chefe<sup>119</sup>. Domicílios com este número ou com mais habitantes já aparecem em menor número nos fogos chefiados por mulheres solteiras, somente 19% do total referente a elas.

As mulheres chefes de família na condição de solteiras se apresentam sozinhas ou com um número menor de habitantes em seus fogos. Com relação às mulheres viúvas, notamos que uma parte significativa de seus domicílios era composta por mais de 6 habitantes. O que nos leva a pensar que, as mulheres viúvas poderiam contar com a maior presença de filhos, familiares e de mais escravos em seus domicílios.

O tipo de agregação estabelecido neste censo é um ponto interessante que gostaria de tratar. Havia também domicílios compostos por mais de 13 habitantes, observando a Lista Nominativa, 33 domicílios chefiados por mulheres viúvas e solteiras contavam com a presença dessa quantia de habitantes em seus fogos. Havia possivelmente a presença de filhos, genros, irmãos, netos, agregados, escravos e escravos libertos. Podemos observar alguns exemplos.

O domicílio de Dona Ana Martins, uma senhora de 90 anos, parda, sitiante e solteira. Seu domicílio era situado no distrito de Santo Antônio do Calambau, e era composto de 14 habitantes. Além de Ana Martins, faziam-se presentes: Mariana, parda, livre e fiadeira; os escravos Antônio, Manoel e Agostinho (carpinteiro), os três solteiros; Domingos e Ana, pardos, casados e livres; Antônio (jornaleiro), José (jornaleiro), Manoel (jornaleiro), Caetano

---

<sup>119</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 198

(jornaleiro), Maria (fiadeira), Rita (fiadeira), Carlota (fiadeira), todos estes eram solteiros e livres.

Dona Antônia Teresa de Jesus, uma senhora solteira de 64 anos, branca e agricultora, morava no distrito de Tapera. Em seu domicílio moravam: o solteiro de 42 anos Antonio Curry Cabral; os escravos Antonio (solteiro), Paulo, Manoel, Prudente, José, Cristovão, todos casados; os escravos Tomé, Domingos, Francisco, todos solteiros; Manoel, escravo, viúvo; João, Xisto, Vicente, Felix, Paulo, Jacinto, Inácio, Agostinho, Sérgio, escravos solteiros; as escravas Maria, Constância, Francisca Juliana, Emereciana, Ana, Eva, todas elas classificadas como casadas; Juliana, Luciana, Justa, Rosa, Isabel, Helena, Sofia, Arcangela, Sabina e Luzia todas senhoritas solteiras; os agregados: a viúva, Clara Luiza, Estulano, Manoel, Ana Clara, Marcelino, todos solteiros e Francisco, solteiro e forro.

A viúva, Dona Clara Rosa Emereciana, uma senhora de 44 anos, branca e viúva, moradora também do distrito de Tapera, contava com 26 indivíduos morando em seu domicílio como: José Justino Pais Maciel, branco, solteiro e capelão de sua casa; Maria José com 19 anos e viúva; Manoel de 4 anos; os escravos Vitorino e Silvério, ambos classificados como casados; Manoel, Luis, Antônio, Joaquim, Francisco, Cassimiro, Domingos, Luis, Vicente, todos esses casados; os agregados: Caetano, casado e livre; José, Ângela, Mariana e Benta, todos solteiros e livres.

Nas Listas Nominativas relativas a Guarapiranga não há referência quanto aos laços de parentescos que unem essas pessoas ao chefe do fogo. Mas pensemos que apesar do número de domicílios chefiados por viúvas e solteiras, com 13 ou mais pessoas se apresentarem em um número menor, apenas 43 domicílios, a freguesia se mostrou como uma sociedade em que o acesso a escravos era dado entre poucos domicílios, entretanto, se fez presente a necessidade de inserir pessoas livres às propriedades escravistas, como observamos em nossos exemplos.

Para Cacilda Machado (2006), a presença de agregados dentro dos domicílios pode conter diversos significados, como por exemplo, quando o número de cativos se reduz dentro da freguesia, fazendo com que os donos das terras englobem agregados à propriedade, podendo este agregado fazer parte da mão de obra complementar do fazendeiro além da mão de obra escrava. Fazendeiros não escravistas também podem manter agregados em seus domicílios, muitas vezes pela dificuldade em adquirir escravos, preferindo então a mão de

obra dos agregados, e construir possíveis relações de dependência<sup>120</sup>. Muitas vezes, a ausência de agregados poder ser compensada pela maior presença de filhos nos domicílios.

Notamos um equilíbrio entre nossas categorias quando os domicílios são compostos de 3 a 5 pessoas. Contudo, Tarcísio Botelho (2013) nota que para essa configuração familiar, seriam “*raros os domicílios caracterizados pelo convívio de várias gerações sobre o mesmo teto*”<sup>121</sup>, constituindo um modelo familiar diferente do modelo de família extensa ou complexa.<sup>122</sup>

#### **2.4 – Especialidades de viúvas e solteiras.**

Vimos anteriormente que mulheres viúvas e solteiras se fazem presentes na freguesia de Guarapiranga na chefia de muitos domicílios. Essas mulheres possuíam também as mais diversificadas ocupações.

A maior parte das mulheres viúvas e solteiras arroladas pelo recenseamento de 1831-32, da freguesia de Guarapiranga, possuíam uma ocupação, ou seja, exerciam algum tipo de trabalho, seja no meio rural ou urbano. Dentre as ocupações que mais aparecem destacamos as seguintes atividades exercidas por essas viúvas temos: **Agricultora; produtora de engenho; roceira** (podemos definir o termo roceiro, como indivíduo que praticava atividades agropecuárias); **fiadeira, tecedeira, costureira** (três atividades relacionadas à produção têxtil); **mineira** (atividades de mineração), **lavadeira; cozinheira; parteira; negociantes e mulheres que vivem de esmolas**<sup>123</sup>.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a população da freguesia de Guarapiranga, mantinha como principais atividades ocupacionais, a produção de alimentos e a criação de animais. A freguesia voltava sua produção ao cultivo do milho, a criação de porcos, a produção de cachaça, a atividades mineradoras e também se faz presente a fabricação de tecido.

<sup>120</sup> MACHADO, Cacilda. A trama das vontades. negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006. p. 78-83

<sup>121</sup> BOTELHO, Tarcísio R. A Família Mineira no Século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – A província de Minas. Vol 2.* Belo Horizonte, Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 270.

<sup>122</sup> *Ibidem.* p. 270.

<sup>123</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “*Redes Sociais, sucessão e herança*”.

Douglas Libby (1988) aponta que, para Minas Gerais no século XIX, há uma ampla dispersão da produção de algodão para a produção doméstica no setor da fiação e da tecelagem, sugerindo uma protoindustrialização nas Minas Gerais, advinda do cultivo do algodão<sup>124</sup>. Utilizando, predominantemente, a mão de obra da população feminina<sup>125</sup>.

Libby (1988) observa que a produção têxtil em Minas Gerais se fez presente na maioria dos domicílios recenseados, atividade que desconhece a distinção de classe social, condição financeira, idade entre a mão de obra preferencialmente feminina no período. Tanto as mulheres que moravam nas vilas quanto as que viviam nas fazendas, livres ou escravas se dedicaram à produção de fios e tecidos, para o autoconsumo, conquistando aos poucos o mercado local e possivelmente o nacional.<sup>126</sup> Para o autor:

...a difusão, em todos os sentidos, da indústria têxtil doméstica poderia ser considerada como o grande nivelador da sociedade mineira da primeira metade do século passado, pelo menos no que diz respeito a população feminina.<sup>127</sup>

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (2008), as mulheres brancas no fim do período colonial, no século XIX, se apresentaram muito mais “*numerosas e socialmente mais diversificadas*”<sup>128</sup> do que no início desse período. Sobre essas mulheres a autora diz:

Ao lado da “Dona”, ou seja, da mulher de condição nobre, surge uma grande variedade de plebeias que exercem múltiplas atividades, desde a fiação e a tecelagem do algodão, à agricultura de roças de mantimentos, ao pequeno comércio, à costura e feitura de rendas.<sup>129</sup>

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e a abertura dos portos aos países estrangeiros, Silva (2008) apresenta uma diversificação e intensificação nas atividades femininas dentro da colônia. Como por exemplo, a abertura de aulas de música, dança, desenho, costura, bordado, ler e escrever. O aumento populacional faz surgir novas atividades, como lavadeira de roupas, criadas, amas de leite, parteira, nas quais mulheres brancas, de cor ou escravas realizavam tais trabalhos.<sup>130</sup>

<sup>124</sup> ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 48

<sup>125</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 197-198

<sup>126</sup> *Idem*.

<sup>127</sup> *Ibidem*. p. 198

<sup>128</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres brancas no fim do período colonial*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, jan. 2008. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763> p. 76

<sup>129</sup> *Ibidem*. p.76

<sup>130</sup> *Ibidem*. p.80-81

Em virtude da diversidade de ocupações e das diferentes hierarquias sociais, mulheres brancas e de cor realizavam diversas atividades, como o trabalho com a terra: cuidavam de sua produção, administravam seus engenhos e seus empregados. Muitas mulheres trabalhavam como comerciantes, cuidavam dos estabelecimentos mercantis após a morte ou durante viagens dos maridos. Exerciam atividades de “fiar e tecer algodão, fazer colchas, rendas, costurar, preparar quitandas para a venda e só em último caso viviam de esmolas”<sup>131</sup>. Outras preferiam arrendar suas propriedades ou mesmo vendê-las.<sup>132</sup>

Silva (2008) procurou desmistificar o fato de que as atividades ocupacionais e as diferentes formas de trabalho ficavam a cargo de mulheres de cor, escravas ou forras, aquilo que ela denominou como “O mito da branca ociosa”.<sup>133</sup>

A diversificação das ocupações contribuiu para nossa observação do papel que as mulheres viúvas e solteiras realizavam dentro da freguesia. Através das diversas atividades, dos diferentes trabalhos por elas realizados, observaremos como nossas categorias administravam sua propriedade no âmbito rural, quais atividades elas realizavam e como se dava o acesso à mão de obra escrava para auxiliar na produção. Para isso contamos com a ajuda fundamental dos dados presentes nas Listas Nominativas de 1831-32 e nos inventários *post-mortem* de nossa região de análise.

## 2.5 – A mão de obra escrava e a produção de alimentos nos domicílios de viúvas e solteiras.

Ao nos explicar o “sentido da mineração” em Minas Gerais, Ângelo Carrara (2007) recorre à Historiografia Tradicional Nacional para essa interpretação econômica, no qual cada autor se alicerça e se inspira pela Historiografia do seu tempo<sup>134</sup>. Para Celso Furtado e Caio Prado Júnior, a atividade da mineração em Minas Gerais teria o mesmo objetivo econômico com relação às atividades agropecuárias: “ambas ter-se-iam constituindo como forma de exploração econômica voltada para a exportação, a qual organizava e mantinha a exploração”<sup>135</sup>. A sociedade mineradora que passava por mudanças na produção econômica,

<sup>131</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres brancas no fim do período colonial*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, jan. 2008. Disponível em: <http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763> p.79

<sup>132</sup> *Ibidem* p.76-79

<sup>133</sup> *Ibidem*. p.76

<sup>134</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais – Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007. p, 16

<sup>135</sup> FURTADO, Celso e PRADO, Caio. *Apud*: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais – Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007. p, 17

devido a suas necessidades, teve na mineração um exemplo de: “*prosperidade e ruína (...) atingindo sua dimensão mais catastrófica*”.<sup>136</sup>

Caio Prado Júnior caracteriza a sociedade mineradora brasileira como uma sociedade desorganizada obrigada a dar o quinto ao rei de Portugal, um rei que primava o desperdício, uma corte aproveitadora, e homens que viam na mineração um caráter de aventura. Quase toda produção de ouro foi levada para fora do Brasil em meio a uma grande destruição da natureza e a uma sociedade “*caótica*”, que esperaria “*a sua ruína ou seu desastre*”.<sup>137</sup>

Celso Furtado aponta o caráter da mobilidade das empresas mineradoras perante o esgotamento de uma lavra, mas sendo a mineração uma atividade de altos lucros, fazia com que esse setor recebesse a maioria dos investimentos e grande especialização<sup>138</sup>. Com a concentração dos recursos na mineração e o difícil abastecimento de alimento nas minas, a grande riqueza contrastava-se à fome nas regiões do ouro pelo alto preço dos alimentos e a compra de animais de cargas vindas da região sul do país, mostrando a importância das atividades agropecuárias, com isso ia se dispersando os lucros da mineração. A criação de gado seria extremamente favorável na região Sul do Brasil, com sua valorização junto ao crescimento da atividade mineradora, e o gado Nordestino, que se desloca da produção açucareira para as atividades mineiras.<sup>139</sup>

Carrara (2007) nos lembra do trabalho de Simonsen, para quem este deslocamento de mercado permitiu ao setor agropecuário a possibilidade de uma “*acumulação interna de capital*”<sup>140</sup>. Já a economia mineradora, com a transferência de dinheiro para a metrópole através de impostos ou contrabando, não teria a capacidade de uma significativa “*acumulação de capital*”, mas possibilitou a criação de um “*mercado interno abastecedor*”.<sup>141</sup>

Em oposição às concepções tradicionais de nossa historiografia, temos uma visão diferenciada sobre o setor produtivo de Minas Gerais, destacado pelos autores Carlos Magno Guimarães (2007) e Flávia Maria da Mata Reis (2007). Essa perspectiva da Historiografia Tradicional sobre o século XVIII caracterizava a atividade mineradora como a mais importante do setor econômico mineiro, desde a ocupação do território das minas. Perspectiva essa que defendia a extrema dependência do Brasil para com a metrópole Portugal, de uma

<sup>136</sup> *Ibidem.* FURTADO, Celso e PRADO, Caio. *Apud:* CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais – Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007. p. 17

<sup>137</sup> *Idem.*

<sup>138</sup> *Idem.*

<sup>139</sup> *Ibidem.* p. 18

<sup>140</sup> SIMONSEN. *Apud:* CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais – Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007. P. 18.

<sup>141</sup> *Ibidem.*

monarquia que só se interessava pela extração de pedras e metais preciosos, sendo negligente aos problemas de abastecimento das regiões mineradoras.<sup>142</sup>

Mas para Carlos Guimarães (2007) e Flávia Reis (2007) não somente as atividades de mineração garantiram a sobrevivência da capitania de Minas Gerais, mas também de atividades relacionadas à produção de alimentos e criação de animais, responsável pelo aumento populacional da capitania<sup>143</sup>. A coroa não negligenciava as atividades agropecuárias, pois precisava delas para manter e continuar a extração do ouro. As crises de fome no período inicial da mineração, fizeram com que a coroa tomasse medidas com relação a isso:

(...) criando uma retaguarda de produção alimentar através da concessão de sesmarias (terras destinadas ao cultivo) e impondo ao sesmeiro a obrigatoriedade de ocupar com gados e cultivar a terra no período máximo de até três anos, já que, caso contrário, perderia a posse dela.<sup>144</sup>

As atividades agropecuárias eram um meio de manter a crescente população e manter da escravidão, com a produção voltada para o mercado interno<sup>145</sup>. Muitos que chegavam às minas não tinham diretamente interesse na mineração, mas também na agricultura e na pecuária que diversificaram o mercado brasileiro<sup>146</sup>. Nas palavras de Rodarte (2008):

Assim como a mineração, as outras atividades econômicas que foram surgindo com a ação do capital mercantil, com a convivência da Coroa, também tinham como fim não uma economia de subsistência, mas sim o mercado externo à região de produção, a princípio para o abastecimento das vilas mineradoras e, na sequência, para outros mercados, como o do Rio de Janeiro.<sup>147</sup>

O comércio também era uma forte e crescente atividade econômica para a distribuição e o abastecimento das vilas mineradoras, primeiramente por comerciantes de outras localidades, “*vizinhas da região mineradora*”<sup>148</sup> e em um segundo momento por “*produtores da região*”<sup>149</sup>. Vinham por três caminhos: o primeiro denominado como “*Caminho do*

<sup>142</sup> GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 321.

<sup>143</sup> *Ibidem*. p. 322.

<sup>144</sup> *Ibidem*. p. 323

<sup>145</sup> GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 323

<sup>146</sup> *Ibidem*. p. 324

<sup>147</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 58

<sup>148</sup> *Ibidem*. p. 325

<sup>149</sup> *Ibidem*. p. 325

*Sertão*”, vindo da Bahia, o “*Caminho Velho*”, que ligava a cidade de Santos no estado de São Paulo a Minas Gerais e o “*Caminho Novo*”, que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais<sup>150</sup>. Por esses caminhos não circulavam somente os comerciantes.

Além dos comerciantes, circulavam viajantes, comissários régios, tropas de soldados, de tal forma que era necessário estabelecer, nos principais caminhos, pontos de apoio conhecidos como “paragens”, para viabilizar os deslocamentos desses passageiros. Portanto, os caminhos nas Minas setecentistas devem ser analisados num contexto mais amplo, destacando-se a sua importância tanto para aqueles que deles se utilizavam para deslocamentos quanto para os sesmeiros que exploravam as terras contíguas... Para os sesmeiros que ocupavam as terras ao longo dos caminhos, era fundamental garantir a circulação, disponibilizando condições aos viajantes, o que se constituía em uma possibilidade de renda através de prestação de serviços, mas sobre tudo, de escoamento de sua produção agropastoril.<sup>151</sup>

Com isso Guimarães (2007) e Reis (2007) explicam que as vilas eram um lugar de grande crescimento para os comerciantes, que por sua vez eram donos de grandes fortunas.

Juntamente com a mineração, a freguesia de Guarapiranga se fortificou graças a presença da pequena propriedade agrícola que se desenvolveu ao longo do século XIX. A província de Minas Gerais, segundo Afonso de Alencastro Graça Filho (2014), se destacou na produção mercantil de alimentos e posse de escravos, de outras províncias produtoras do Brasil.<sup>152</sup>

Para Guilherme Silva (2014), “*a crise da mineração acarretou a desintegração de muitos domicílios, ampliando as possibilidades de mobilidade econômica e exigindo um papel mais ativo das mulheres como chefes de domicílios*”<sup>153</sup>. As mulheres participavam da vida econômica da Freguesia de Guarapiranga, devido a suas diversas ocupações e contavam com a assessoria de uma mão de obra adicional na freguesia de Guarapiranga, os *escravos*.

Não podemos desconsiderar a importância da produção agrícola e pecuária para manter o regime escravista em Minas Gerais. Mas, onde não havia mão de obra escrava, havia uma

---

<sup>150</sup> *Ibidem*. p, 325

<sup>151</sup> GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 p, 326

<sup>152</sup> GRAÇA FILHO, A. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: *História de Minas Gerais: a província de Minas*. Org: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA Luiz Carlos. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2014. p. 303.

<sup>153</sup> SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 67



atividade familiar, existindo na província, dois tipos de unidades produtivas, a “*escrava*” e a “*camponesa*”, desenvolvendo atividades para consumo próprio e/ou para o mercado.<sup>154</sup>

Durante o período de 1831-40, Graça Filho (2014), nos apresenta um cenário de crescimento da mão de obra escrava para a região da Zona da Mata em Minas Gerais, região na qual se encontra a Freguesia de Guarapiranga<sup>155</sup>. O autor afirma que a economia mineira do século XIX possibilitou o desenvolvimento de atividades de abastecimento para o mercado interno, gerando acúmulo de capitais, “*sustentando a aquisição e reposição de cativos em níveis idênticos aos dos principais sistemas escravistas nordestinos, particularmente na primeira metade do século XIX*”.<sup>156</sup>

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva (2014) analisou a estrutura de posse de escravos na freguesia de Guarapiranga. O autor nos remete às análises de Douglas Libby, que por sua vez caracteriza a posse de escravos na província de Minas Gerais classificando-a como “*democrática*”, ou seja, a maioria dos domicílios mineiros não possuía escravos, porém os escravos estavam distribuídos em sua maioria dentro de pequenas propriedades.<sup>157</sup>

Silva (2014) aponta em sua pesquisa que, na freguesia de Guarapiranga, 65% dos domicílios, arrolados na Lista Nominativa de 1831-32, contavam com a mão de obra escrava. Contudo, a freguesia rompe com os modelos historiográficos que caracterizavam “*a grande lavoura escravista como modelo do sistema no Brasil*”<sup>158</sup> e rompe com os estudos que apontam a “*predominância das grandes posses de escravos.*”<sup>159</sup>

Como podemos observar na Tabela 6, a quantidade de escravos presente nos domicílios referente aos 11 arraiais da freguesia totalizavam uma quantia de 856 escravos, em domicílios femininos, distribuídos pela freguesia para o período.

<sup>154</sup> GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Eugênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 326

<sup>155</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs). *História de Minas Gerais – A província de minas- vol I*. Belo Horizonte: Autentica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 296

<sup>156</sup> *Ibidem*. p. 299

<sup>157</sup> LIBBY, Douglas. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 67

<sup>158</sup> SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 67

<sup>159</sup> SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 67

**Tabela 6: Domicílios de Mulheres viúvas e solteiras e Homens com a presença de escravos por arraial, 1831-32<sup>160</sup>.**

	Domicílios com Escravos		Domicílios sem Escravos		Total de Domicílios	Total de Escravos
	n/t*	%	n/t	%	n/t	n/t
Viúvas	84	43	112	57	196	571
Solteiras	53	18	243	82	296	285
Homens	407	36	721	64	1128	2552
Total	544		1076		1620	3408

**Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.**

n/t\* = números totais

A propriedade de escravos entre as mulheres viúvas e solteiras para o período em destaque, era de, em média, 6 escravos por domicílio de chefia feminina. Entre os domicílios masculinos, a média da propriedade de escravos era de em torno de 6 escravos por domicílio, resultados semelhantes. No entanto, percebemos que a possibilidade de acesso à mão de obra escrava na Freguesia de Guarapiranga possivelmente se deu da mesma maneira tanto para os homens quanto para as mulheres, isto é, por meio da compra ou de herança.

Com relação às mulheres, o acesso à mão de obra escrava estava presente em 137 domicílios femininos, apenas 28% contavam com a mão de obra cativa na produção. A grande maioria dos domicílios, 355 (72%) dos fogos chefiados por mulheres viúvas e solteiras não contavam com a presença de escravos.

A propriedade de escravos se dava primordialmente entre as mulheres viúvas, em um número de 571 cativos, estes estavam divididos entre os 84 domicílios de viúvas escravistas, dando em média 6,8 cativos por domicílio. As mulheres solteiras contavam com a presença de 285 cativos, distribuídos entre os 53 domicílios chefiados por mulheres solteiras, dando em média 5,3 cativos por domicílio.

Mesmo existindo um número grande de mulheres não-proprietárias de escravos, podemos observar que a escravidão está presente na sociedade mineira, como na

<sup>160</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

guarapiranguense, que segundo Silva (2014), “*tem como base a exploração da propriedade escrava*”.<sup>161</sup>

**Tabela 7: Distribuição da propriedade de escravos de mulheres viúvas e solteiras na freguesia de Guarapiranga, 1831-32.**<sup>162</sup>

Número de escravos	Número de domicílios de senhoras de escravos
1 a 5	91
6 a 10	25
11 a 20	14
Mais de 20	7

Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.

Segundo a Lista Nominativa, observando a Tabela 7, a maioria dos escravos de propriedade de mulheres viúvas e solteiras estavam distribuídos em pequenas propriedades. O número de domicílios vai diminuindo de acordo com o aumento do número de escravos. Dessa maneira podemos notar uma grande desconcentração da propriedade escrava entre os domicílios femininos.

Mas não paramos por aqui, uma questão se fez presente em nossa pesquisa. Como vimos anteriormente, nossas categorias de análise estão inseridas em uma sociedade escravista, e em sua maioria eram consideradas, de acordo com a Lista Nominativa como mulheres de cor. Anteriormente apresentamos 71 viúvas classificadas como brancas e 124 classificadas como viúvas de cor e 61 mulheres solteiras brancas e 235 mulheres solteiras de cor. Temos que 73% de nossas categorias de análise são consideradas mulheres de cor. Mas a questão é a seguinte: a classificação pela cor de mulheres viúvas e solteiras interferia na possibilidade dessas categorias possuírem escravos? Vamos observar as Tabelas 8, 9 e 10 para discorreremos a respeito.

<sup>161</sup> SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014. p. 67

<sup>162</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “*Redes Sociais, sucessão e herança*”.

**Tabela 8: Estrutura de posse de escravos de mulheres solteiras chefes de domicílio definidas pela cor. 1831-32<sup>163</sup>**

	Solteiras							
	Branca		Parda		Crioulo		Negra/Africana	
	n/d*	n/e**	n/d	n/e	n/d	n/e	n/d	n/e
Arraiais da Freguesia de Guarapiranga	n/d*	n/e**	n/d	n/e	n/d	n/e	n/d	n/e
Sto. Antônio do Bacalhau	-	-	3	6	-	-	-	-
N. Sra. do Rosário de Brás Pires	4	15	1	6	-	-	-	-
Sto. Antônio do Calambau	3	45	1	3	-	-	-	-
Conceição do Turvo	2	8	2	3	-	-	-	-
Dores do Turvo	-	-	1	2	-	-	-	-
N. Sra. da C. do Manja Léguas	3	24	1	3	1	2	-	-
Mestre de Campos	1	7	-	-	-	-	-	-
N. Sra de Oliveira	3	73	-	-	1	1	-	-
Pinheiro	4	8	1	2	1	1	-	-
Piranga	9	42	6	8	3	4	1	1
Tapera	1	35	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>243</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.**

\*n/d = número de domicílios

\*\*n/e= número de escravos

<sup>163</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

**Tabela 9: Estrutura de posse de escravos de mulheres viúvas chefes de domicílio definidas pela cor. 1831-32<sup>164</sup>**

	Viúvas							
	Branca		Parda		Crioulo		Negra/Africana	
Arraiais da Freguesia de Guarapiranga	n/d*	n/e**	n/d	n/e	n/d	n/e	n/d	n/e
Sto. Ant. do Bacalhau	5	38	1	5	-	-	-	-
N. Sra. do Rosário de Brás Pires	5	65	1	4	-	-	-	-
Sto. Ant. do Calambau	7	126	1	4	-	-	-	-
Conceição do Turvo	1	7	1	19	-	-	-	-
Dores do Turvo	4	15	8	25	-	-	-	-
N. Sra. da C. do Manja Léguas	2	22	1	6	-	-	-	-
Mestre de Campos	4	14	3	10	1	1	-	-
N. Sra de Oliveira	5	38	-	-	-	-	-	-
Pinheiro	5	17	1	1	-	-	-	-
Piranga	11	78	7	11	-	-	-	-
Tapera	8	52	1	9	-	-	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>472</b>	<b>25</b>	<b>94</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

**Fonte: Lista Nominativa, 1831 – 1832.**

\*n/d = número de domicílios

\*\*n/e= número de escravos

<sup>164</sup> Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

**Tabela 10: Estrutura de posse de escravos de proprietários Homens chefes de domicílio definidos pela cor. 1831-32<sup>165</sup>**

	Homens							
	Branco		Pardo		Crioulo		Negro/Africano	
	n/d*	n/e**	n/d	n/e	n/d	n/e	n/d	n/e
Arraiais da Freguesia de Guarapiranga								
Sto. Ant. do Bacalhau	8	79	5	7	1	1	-	-
N. Sra. do Rosário de Brás Pires	21	219	7	12	-	-	-	-
Sto. Ant. do Calambau	39	340	3	17	-	-	-	-
Conceição do Turvo	46	183	5	10	-	-	-	-
Dores do Turvo	24	79	45	162	-	-	1	3
N. Sra. da C. do Manja Léguas	17	41	2	2	-	-	-	-
Mestre de Campos	10	94	13	35	1	1	-	-
N. Sra de Oliveira	20	146	9	63	2	3	-	-
Pinheiro	13	58	12	51	-	-	-	-
Piranga	41	355	17	130	2	2	-	-
Tapera	27	332	15	142	1	1	-	-
TOTAL	266	1910	133	631	7	8	1	3

**Fonte:** Lista Nominativa, 1831 – 1832.

\*n/d = número de domicílios

Observando a Tabela 8, com relação à estrutura de posse de escravos de mulheres solteiras, notamos que o maior acesso à mão de obra escrava dava-se entre as mulheres solteiras brancas. Em um número de 30 domicílios, contamos com a presença de 243 cativos

<sup>165</sup> Recenseamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança”.

em comparação a 23 domicílios de mulheres solteiras de cor, nos quais habitavam apenas 42 escravos. Os escravos eram possivelmente frutos de heranças familiares ou de compra.

A Tabela 9 apresenta a estrutura de posse de escravos de mulheres viúvas. O acesso à mão de obra cativa se dava, em sua maioria, por mulheres viúvas brancas. Um número de 472 escravos se fazia presente entre 57 domicílios de viúvas brancas. Apenas 99 cativos estavam divididos entre os 27 domicílios de viúvas de cor. A propriedade de escravos, além de ser fruto de compras, recebimento de heranças familiares, em sua maior parte se dava pela herança dos maridos falecidos.

Com relação à estrutura de posse em domicílios de chefia masculina, observada na Tabela 10, o número maior de domicílios a possuírem escravos se deu em domicílios chefiados por homens brancos. Entre os homens brancos 266 domicílios possuíam cativos, enquanto os homens de cor 141 domicílios possuíam cativos.

Observando os dados das Tabelas 8 e 9, notamos que há entre as mulheres viúvas e as solteiras uma grande diferença entre o acesso a mão de obra escrava, apesar de domicílios de mulheres solteiras serem mais numerosos, presumivelmente há maior predominância de cativos dentro dos domicílios de mulheres viúvas.

Além disso, notamos que entre nossas categorias existe uma hierarquia social com relação à posse de escravos, segundo Cacilda Machado (2006), “quanto menor a proporção de escravos dentro da freguesia, mais marcada ficava a hierarquia que organizava o grupo dos livres”<sup>166</sup>, em nosso caso mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílio. As mulheres brancas, presentes em 87 domicílios tiveram acesso a 83,5% do número total dos escravos arrolados na Lista Nominativa, e as mulheres de cor possuem 16,5% do total de escravos que estão distribuídos entre 50 domicílios.

Há um número representativo de domicílios, porém poucos possuem escravos. As mulheres viúvas e solteiras brancas possuem o maior número de escravos, fator que as diferenciam socialmente das demais mulheres de cor, caracterizando um processo de hierarquização social dos livres, marcado pela diferença da cor do indivíduo, fator que possibilitava ou não o acesso à mão de obra cativa.

Além da mão de obra escrava, outro fator levou a freguesia de Guarapiranga ao seu momento de expansão: a produção de alimentos. Havia na província de Minas Gerais uma produção interna dividida em suas diversas unidades produtivas, e não podemos negligenciar

---

<sup>166</sup> MACHADO, Cacilda. A trama das vontades. negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006. p. 75

a atividade comercial vinda de outras regiões, como o gado do Sul e do Nordeste, impulsionando as atividades econômicas que garantiam a existência de um mercado consumidor mineiro e colocando Minas Gerais em um cenário econômico muito maior.<sup>167</sup>

Esse fator contribuiu para que Minas Gerais não entrasse nessa dita “*crise geral e profunda*” da produção aurífera, mas sim uma crise que ocasionou uma forte transformação nas atividades agropecuárias, que por consequência teve “*o desenvolvimento de uma elite residente, autônoma ante o mercado externo*”.<sup>168</sup>

Em nossa unidade de análise, a Freguesia de Guarapiranga, vimos a sólida representação das atividades mineradoras, causa inicial da ocupação no século XVIII, fator que trouxe para a capitania uma atividade voltada para a agricultura de subsistência que a tornaria uma região de grande atividade agropastoril.<sup>169</sup>

O meio rural da freguesia de Guarapiranga se destacava pela sua capacidade de produzir em propriedades de médio ou grande porte, diversos tipos de alimentos e produtos, se destacando como uma freguesia autossuficiente. Gustavo Lemos (2014) destaca essa variedade de atividades, segundo o autor:

Suportados pelo labor de um braço escravo versátil e polivalente, essas fazendas desenvolviam culturas paralelas à cana de açúcar, responsáveis pelo seu suprimento interno e passíveis de serem comercializadas no mercado local; além disso, essas fazendas criavam gado vacum e mular para o pesado trabalho de tração e carga; comportavam as ferramentas para o trato dos cultivos e das lavras e as benfeitorias necessárias para a transformação da cana (em aguardente, açúcar e/ou rapadura) e da mandioca, bem como algumas aparelhagens para a confecção das rudes vestimentas da escravaria; possuíam, ainda finalmente, tendas de ferreiro e as estruturas de armazenamento das safras.<sup>170</sup>

Observar a propriedade de mulheres viúvas e solteiras é parte importante para a análise com relação à autossuficiência das propriedades. Em um conjunto de 77 inventários *post-mortem* de Viúvas e Solteiras moradoras da Freguesia de Guarapiranga e 50 inventários de homens moradores da mesma, no meio rural, para o período de 1800 a 1879, construímos uma tabela que pode nos mostrar. Porém em uma análise demonstrativa para um período de

<sup>167</sup> GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 331

<sup>168</sup> *Ibidem*. p. 332

<sup>169</sup> OLIVEIRA, Luís. *Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa*. Anais do I colóquio de LAHES, Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. p.02. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0609.pdf>.

<sup>170</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014. p. 33



79 anos, a diversificação das atividades produtivas de domicílios masculinos e femininos dentro da freguesia, ao longo do século XIX, contribuíram para a dinamização na economia local. Enfoque dado pela descrição de bens de cada inventariado. Devemos destacar que nossa coleta de dados, devido ao grande trabalho em recolher as fontes deixou de destacar alguns anos e outros se repetiram algumas vezes. Mas observamos importantes questões nesse conjunto de inventários.

**Tabela 11: Distribuição das atividades produtivas de proprietárias viúvas e solteiras e proprietários homens – 1800 a 1879<sup>171</sup>**

Atividades produtivas	Número de inventariadas (Mulheres viúvas e solteiras)	Total em porcentagem	Número de Inventariados (Homens casados, viúvos e solteiros)	Total em porcentagem
Somente Agricultura	16	22%	8	16%
Somente Mineração	2	2%	3	6%
Somente Pecuária	13	15,5%	7	14%
Somente Agricultura e Pecuária	20	29,5%	13	26%
Somente Agricultura e Mineração	10	12%	7	14%
Somente Pecuária e Mineração	1	1%	4	8%
Agricultura, Pecuária e Mineração	15	18%	8	16%
Total de inventários de mulheres viúvas e solteiras	77	100%	50	100%

Fonte: ACSM e AFP: Inventários e testamentos post-mortem de 1800 a 1879.

A freguesia de Guarapiranga é uma região de atividades voltadas para agricultura, pecuária, mineração e alambique. Suas maiores atividades econômicas estão relacionadas à

<sup>171</sup> Inventários *post-mortem* referentes ao período de 1800 a 1879 presentes no Arquivo do Fórum de Piranga e no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

produção agrícola, em sua maioria a cultura do milho e da cana de açúcar, e a pecuária tinha como principais atividades a criação de porcos e gado. Observamos que 67% de nossas viúvas e solteiras se dedicavam a atividades voltadas para a agricultura e a pecuária. Podemos notar a presença da mineração, na maioria das vezes atrelada a outros tipos de atividades. Em nossa pesquisa junto aos inventários encontramos somente 2 mulheres que praticam em sua propriedade somente a atividade de mineração. A freguesia ainda praticava atividades de mineração, mas as unidades produtoras não sobreviveriam somente dessa atividade. Notamos que 64% de nossas categorias praticaram mais de uma atividade produtiva em suas unidades. Francisco Andrade classificou as unidades produtivas com mais de uma atividade em “*unidades de propriedades mistas*”.<sup>172</sup>

Nos estudos de casos masculinos, encontramos uma dinâmica de atividades produtivas muito parecidas. Em 56% das propriedades analisadas, realizavam primordialmente atividades relacionadas à agricultura e à pecuária. As atividades de mineração se fazem mais presentes nos inventários masculinos, porém, as atividades também se apresentaram unidas a outras atividades como o cultivo de alimentos e a criação de animais.

Destacamos aqui a diversificação da base exportadora dentro do período destacado, pois as atividades econômicas exercidas em Guarapiranga geravam excedentes comercializáveis fora da região<sup>173</sup>. Para Rodarte (2008), as atividades agropecuárias eram onipresentes nas diferentes regiões mineiras. Em muitos lugares se apresentavam como atividades para o consumo, outras que produziam em maior volume geravam excedentes para o comércio com as demais regiões do Brasil e com o exterior.<sup>174</sup>

Uma boa forma de observarmos a diversificação nas atividades produtivas no interior de propriedades femininas em Guarapiranga é através da análise do patrimônio de mulheres. Estudo possibilitado pela pesquisa em inventários e testamentos *post-mortem*.

O exemplo de uma propriedade rural mista, ou seja, de atividades diversificadas que se desenvolvem ao longo do século XIX, é a descrição patrimonial da viúva Ana Dorotéia da

---

<sup>172</sup> ANDRADE, Eduardo. *Apud*: OLIVEIRA, Luís. *Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa*. Anais do I colóquio de LAHES, Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. p.03. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0609.pdf>

<sup>173</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 61

<sup>174</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 61

Conceição<sup>175</sup>, viúva de Antônio Teixeira Carvalho, moradora da Freguesia de Guarapiranga, na região de Piranga, falecida em 1842, dez anos após nosso exemplo anterior. Seus filhos e herdeiros eram: Francisco Teixeira de Carvalho; Manoel Teixeira de Carvalho; Luiz Teixeira; os doze filhos do falecido Antônio Teixeira: Antônio, Cândida, Manoel, Jose, João, Maria, Luiz, Fortunato, Honório, Anna Maria e Francisca; a viúva Maria Joaquina e os sete filhos do falecido Joaquim Teixeira de Carvalho sendo os sete: Joaquim Teixeira, Maria, Luis Teixeira de Carvalho, Francisco Teixeira, Francisca Joaquina, Antônio e Anna; a única filha Maria casada com Joaquim Gonçalves e o viúvo Antônio Bernardes de Anna Leocádia.

Esta viúva apresenta uma peculiaridade interessante, com um pecúlio de 4:793\$880 (quatro contos e setecentos e noventa e três mil e oitocentos e oitenta réis), vimos que seu patrimônio era oriundo de atividades diversificadas. Ana Dorotéia da Conceição possuía uma variada produção agrícola, com duas fazendas de cultura de café avaliada em 800\$000 réis, quatrocentos alqueires de milho avaliados em 192\$000 réis, plantação de fumo avaliado em 64\$000, dezesseis alqueires de arroz avaliado em 16\$000 réis e oito alqueires de feijão. As atividades pecuárias também eram diversificadas, uma junta de bois avaliada em 48\$000 réis, no qual podemos relacionar a atividades de arado da terra e transporte de alimentos com a presença de carro de boi e arado, uma junta de vacas avaliada em 38\$000, um bezerro avaliado em 3\$000 e quarenta e nove porcos avaliados em 107\$400 réis. Atividades essas também apoiadas na mão de obra escrava com um plantel de oito escravos avaliados em 2:990\$000 réis.

Nossas análises foram apoiadas na ideia de uma intensificação e diversificação econômica no século XIX após o auge da mineração do século XVIII, a viúva Ana Dorotéia da Conceição se torna um possível exemplo para essa dinâmica. A queda da produção mineradora ocasionou uma forte transformação nas atividades produtivas agropecuárias em Minas Gerais, que se tornaram mais diversificadas e fortificadas voltadas para o consumo próprio e/ou para o mercado externo.

Com relação aos argumentos apresentados, refletir sobre o lugar social de Viúvas e Solteiras na freguesia de Guarapiranga é uma tarefa muito interessante por permitir levantar questões relativas à presença feminina em um espaço muitas vezes delegado aos homens, segundo a historiografia.

Observamos a disposição de nossas mulheres pela freguesia através de estudos dos recenseamentos de 1831-32. Destacamos a presença de mulheres viúvas e solteiras na

---

<sup>175</sup> AFP, Inventário *post-mortem* de Ana Dorotéia da Conceição. Códice A006, auto: 73, ano: 1842

gerência de seus domicílios, a composição dos lares e suas diversas ocupações, que vão desmistificar a mulher como ociosa, e o acesso destas categorias à mão de obra escrava, um fator que as distinguia socialmente entre os domicílios. Para concretizar esses feitos, a mão de obra cativa se fez presente, de maneira desigual, no interior dos domicílios femininos.

A produção de alimentos é observada mais atentamente, através da análise dos inventários, contribuindo para a ideia de que a freguesia de Guarapiranga se dedicava à produção para o mercado em meio a atividades de mineração. Com o aumento populacional na Freguesia de Guarapiranga, uma região de densa floresta de mata atlântica, terreno muito propício a atividades agropecuárias, houve uma intensificação e variação das atividades produtivas, que podemos visualizar dentro das propriedades de nossas viúvas e solteiras analisadas. Podemos constatar “*o caráter misto da produção econômica*”<sup>176</sup>, ou seja, associar diversas atividades produtivas como agricultura, pecuária e mineração. Segundo José Newton Coelho Meneses (2007), “*o escravismo e a presença abundante de mão de obra escrava nos diferentes setores de atividades como na agricultura se tornou fundamental alternativa econômica ao lado da mineração e comércio*”<sup>177</sup>, foi um momento em que homens pobres e escravos procuraram melhorar sua condição de vida; “*a estabilidade do mercado de produtos que compunham a alimentação dos habitantes*”<sup>178</sup>, por consequência, permitia-se a aquisição de escravos para uma constante mão de obra para o trabalho dentro de Minas Gerais e no interior da freguesia de Guarapiranga.

Vale ainda destacar, como nota Rodarte (2008), que os domicílios escravistas se faziam presentes nos três setores da economia em Minas Gerais: o comércio, a agropecuária e a mineração. Por sua vez eram domicílios de grande extensão, muitos possuíam plantéis de escravos e contavam com a presença de agregados. Dentro dos domicílios que, por vezes, possuíam mais de um núcleo familiar dentro da propriedade, entre pais, filhos e parentes, chefiados em sua maioria por homens, mas a mulher também se faz presente. Contamos também com a elevada taxa de chefes de família multirraciais. Havia domicílios mais diretamente ligados à pequena propriedade camponesa e possuíam um número menor de habitantes, sendo em sua maioria compostos pelo chefe, esposa e filhos, ressaltando que nem sempre isso pode ser considerado uma pequena propriedade. A pequena propriedade não tinha

---

<sup>176</sup> MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lava e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 341-342

<sup>177</sup> *Ibidem*. p. 341-342 (grifo meu)

<sup>178</sup> *Ibidem*. p. 341-342.

o caráter multirracial, pois predominavam domicílios formados por pessoas pardas, seguidos pelos domicílios formados por brancos.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 270 – 271.

**Capítulo 3 – Transformações no mundo rural: a trajetória de famílias na Freguesia de Guarapiranga.**

Neste capítulo me atendo majoritariamente a uma análise qualitativa de um conjunto de inventários *post mortem* de algumas famílias proprietárias de terras guarapiranguenses, visando apresentar o processo de transmissão patrimonial dessas famílias, a partir de variadas possibilidades. Observando a transmissão patrimonial destes estudos de casos, podemos analisar as diferentes trajetórias de mulheres viúvas e solteiras chefes de família da região de Guarapiranga.

Por meio do exame de casos concretos visualizaremos como se deu a disposição de seu patrimônio e o acesso à propriedade por nossas mulheres, bem como sua ação na freguesia. Observaremos também através de estudos referentes à História da Família e de análises de trajetórias familiares, desde a formação do casal base da família até sua transmissão patrimonial, quais foram as estratégias utilizadas por estas famílias para sua manutenção, como por exemplo, suas escolhas matrimoniais e a disponibilidade de crédito.

Primeiramente, quem são os sujeitos históricos que estudaremos nessa pesquisa? Famílias de homens e mulheres moradores da freguesia de Guarapiranga proprietários de terras entre os séculos XVIII e XIX. A amostra dos casos que utilizamos não pertence a um grupo homogêneo, mas sim a diferentes famílias com disposições de propriedade e origem distintas, mas que nos permitirão conhecer a variedade de atividades que realizavam.

O trabalho envolveu uma exaustiva investigação indiciária dos inventários *post-mortem*. Houve dificuldade em localizar os diferentes estudos de casos que compunham as famílias que serão descritas neste capítulo, consumindo um tempo elevado. O acervo do Fórum da cidade de Piranga, no qual abriga nossa documentação, não está organizado, fato que dificultou encontrar inventários dos membros das famílias de mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílio. Devido a essa dificuldade, fez-se necessário escolhermos uma amostra de 04 (quatro) estudos de casos de famílias distintas que destaquem os meios de transmissão de bens e o estudo de caso da família Sande, no qual analisaremos as estratégias da família para manter a unidade do patrimônio, posição social e sucesso econômico. Os estudos de casos que apresentaremos foram escolhidos por apresentarem um conjunto de bens significativo para o período. Além disso, foi preciso negligenciar algumas informações presentes nos inventários, muitas vezes sobre a descrição de bens, pois algumas partes do documento estavam ilegíveis.

Alguns documentos presentes neste capítulo extrapolam o limite temporal proposto inicialmente, pois as trajetórias familiares trazem atores que viveram e morreram no século XVIII, viveram em parte no século XVIII e morreram no século XIX. Entendemos que estes indivíduos devem ser considerados chave para a criação do estudo de caso das famílias que vamos descrever, pois seu patrimônio será herdado por nossas mulheres analisadas. Suas

vontades e ações são de extrema importância para a análise concreta reativa à disposição de bens, à manutenção e à transmissão aos herdeiros. A família se mostra de extrema importância para análise e compreensão de nossa temática de pesquisa formalizada nesse terceiro capítulo.

### 3.1 – Casamento em Minas Gerais.

A família é peça fundamental para coordenar a vida econômica, social e os vínculos estabelecidos pelos membros pertencentes a ela, como veremos em nosso estudo de casos, pois o procedimento de transmissão patrimonial contribuiu para a organização da vida em Guarapiranga, sempre ligado à vida familiar ou ao *cabeça de casal*, responsável em administrar as posses da família<sup>180</sup>. Para Lemos (2014): “*Sob o auspício de um casal ou de um cônjuge remanescente, o patrimônio familiar passava por certos períodos, seguindo o ciclo de vida do casal e definidos de acordo com as especificidades de cada caso*”.<sup>181</sup>

Uma rica contribuição para nossos estudos sobre o casamento em Minas Gerais é o trabalho de Ida Lewkowicz (1992), que apresenta uma sociedade mineira propícia a uniões de concubinato, mas que tinha por ideal as uniões legítimas<sup>182</sup>. Contudo, a Igreja se posicionava a favor do casamento, para Jean-Louis Flandrin:

(...) a Igreja posicionou-se favoravelmente ao casamento, considerando-o como um remédio providenciado por Deus para evitar que os homens cometessem pecados maiores, em face de sua natureza incontinente.<sup>183</sup>

A Igreja, por este motivo, era forte incentivadora das uniões legítimas. E o Estado português também apoiava o surgimento de famílias para garantir a segurança e o controle do crescimento populacional. Deste modo, o Estado e a Igreja, unidos, batalharam para incentivar as uniões legítimas.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2014. p. 56

<sup>181</sup> *Ibidem*. p. 56

<sup>182</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992. p. 144-145.

<sup>183</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. Apud: LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992. p. 145.

<sup>184</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992. p. 146



Através do Concílio de Trento em 1563, a Igreja Católica produziu um documento chamado “*Doutrina do Sacramento do Matrimônio*”, estabelecendo regras para o casamento, condenando a poligamia e estabelecendo o celibato sacerdotal. Este documento também dava à Igreja Católica poderes para cancelar casamentos, e impedir uniões fora dos padrões estabelecidos pela Igreja, tais como casamento entre parentes consanguíneos ou afinidade espiritual. Essa normatização foi estabelecida visando dar um caráter sacramental ao casamento, tentando coibir as uniões ilegítimas e os adultérios.<sup>185</sup>

Débora Cristina Alves (2013) apresentou um trecho do título LXIII número 265 das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que estabelecem as normas de concessão para os casamentos no Brasil Colonial. Sendo:

Exortamos e mandamos aos esposos de futuro, que, antes de serem recebidos em face da Igreja, não (12) coabitem com suas esposas vivendo ou conversando, sós em casa, nem tenham copula entre si: e fazendo o contrário pagará cada um sendo nobre pela primeira vez dez mil réis, e sendo menos qualidade cinco mil réis para o Meirinho, e acusador, e sendo parente (13) haverão as mais penas de incesto, segundo a prova, e escândalo, que houver. E encarregamos a seus pais (14) e mais os não consistam estar de portas adentro sob a pena de um marco de prata. E os nossos visitantes (15) terão cuidado particular de inquirirem, se os coabitantes tem deliquido contra o que aqui ordenamos: e o mesmo foram os mais Ministros nossos para se proceder contra os culpados.<sup>186</sup>

Uma vez que a Igreja tenta reprimir práticas de uniões sucessivas e disciplinar práticas matrimoniais costumeiras como os casamentos clandestinos ou de juras, trazendo-as para domínio da Igreja. Fazendo referência a Goody, Cacilda Machado (2006) ressalta que a Igreja defendia seus interesses, mas alimentava movimentos de resistência:

O embate social deflagrado pela Igreja a partir da instituição da doutrina do sacramento do matrimônio teve, para Jack Goody, profundo significado. Mais que um projeto moralizante, doutrinal ou teológico, para este autor as normas da Igreja expressavam principalmente interesses políticos e econômicos. A resistência e oposição a elas, na forma de crença e práticas alternativas, representavam interesses e ideologias em aberta contradição com o “outro” sistema. Segundo Goody, na Europa, a ideologia da Igreja e a prática do povo diferiam com frequência. Cada classe ou estamento tinha suas próprias práticas, e por vezes as diferentes ordens se uniam em sua resistência às normas da Igreja, quando estas impediam que os

<sup>185</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006. p. 226

<sup>186</sup> CONCILIO ECUMENICO DE TRENTO – Sessão XXIV. ALVES, Débora Cristina. *Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 51

indivíduos fizessem o que consideravam que iriam a benefício de si mesmos e de suas famílias.<sup>187</sup>

O matrimônio constitui um vínculo indissolúvel para a Igreja. Motivo de certos impasses, o divórcio era muito difícil de conseguir, se casar novamente na condição de divorciado era praticamente impossível aos olhos da Igreja Católica. Novas núpcias ocorriam muitas vezes devido a morte precoce de um dos cônjuges. Segundo Machado (2006) isso era comum devido às altas taxas de mortalidade, se tornando práticas habituais, porém se as novas núpcias fossem por motivo de viuvez ou adultério e concubinato com pessoa desigual em riqueza poderia haver reclamações na comunidade.<sup>188</sup>

Outra proibição da Igreja eram os casamentos entre parentes próximos, mas que não deixavam de acontecer e em um número elevado de casos, através das dispensas matrimoniais. Havia inúmeros pedidos de dispensas, por ser uma prática comum entre as famílias, mas que a Igreja tentava impor sua proibição. Indicando que possivelmente as famílias tinham interesses comuns na realização desses matrimônios, sendo um recurso para a ascensão social ou preservação da unidade patrimonial.<sup>189</sup>

A indissolubilidade do matrimônio, pleiteada pela Igreja no período colonial, era o principal argumento para escolher um bom casamento ao futuro cônjuge. O principal objetivo era a realização de um casamento baseado na igualdade, de acordo com Antônio Delicado: *“Se queres casar bem, casa com teu igual”*<sup>190</sup>. Beatriz Silva (1984) questiona: qual igualdade se permite na escolha do cônjuge? E obtém a resposta dada por Padre Manuel Bernardes: *“Casem-se primeiro as idades, as condições, as saúdes e as qualidades, e então casarão bem as pessoas; de outro modo, já de antemão casarão bem as pessoas; de outro modo, já de antemão levam o divórcio meio feito”*, tratando-se de uma igualdade etária, moral, social e física.<sup>191</sup>

Apesar de a Igreja Católica determinar normas de igualdade para a realização dos casamentos entre pessoas iguais (livres com livres, preto forro com preto forro, escravos com escravos), Cacilda Machado (2006) em suas pesquisas para a região de São Paulo, encontrou dados significativos de uniões que não seguiam as normas de igualdade estabelecidas pela

<sup>187</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006. p. 225

<sup>188</sup> *Ibidem*. p. 226

<sup>189</sup> *Ibidem*. p. 226

<sup>190</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984. p. 66.

<sup>191</sup> *Ibidem*. p. 66.

Igreja, nos quais casamentos entre escravos e livre, escravos e forros eram situações rotineiras.<sup>192</sup>

Débora Cristina Alves (2013) levanta algumas questões sobre a importância do casamento para o desenvolvimento da família no período colonial brasileiro, baseada nos trabalhos de Nuno Monteiro e Muriel Nazzari. De acordo com Nuno Monteiro, a família portuguesa, ao longo dos séculos XVI e XVII, começaria a buscar por status, patrimônio e poder, de modo que desenvolveu formas e artifícios para mantê-los e pensamos que isso se faz presente em trabalhos sobre o Brasil<sup>193</sup>. Para Muriel Nazzari, em suas pesquisas sobre o dote em São Paulo no século XVIII, “*as famílias proprietárias de terras constituíam elas mesmas, a estrutura da qual se realizavam as atividades econômicas*”<sup>194</sup>. O dote recebido pelo casamento, por exemplo, seria um artifício de extremo valor para o jovem casal adquirir seus próprios recursos.<sup>195</sup>

Segundo Débora Alves (2013), o casamento e as relações familiares tinham um peso social relevante para as pessoas, formando assim as famílias, que por sua vez eram vistas como “*verdadeiras unidades empresariais em que os diferentes membros simbolizavam a constituição familiar*”<sup>196</sup>. Nazzari afirma que os filhos poderiam representar o pai ou a mãe viúva, mas existem muitos casos de genros exercendo essa função de representante, fortalecendo essa relação de negócios entre os parentes pelo casamento ou por consanguinidade<sup>197</sup>. A região de Guarapiranga não seria diferente de São Paulo ou Portugal, afirma Alves (2013), pois “*através dos casamentos e das alianças matrimoniais formadas*

---

<sup>192</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006. p. 233

<sup>193</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Apud: ALVES, Débora Cristina. Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 48 - 49

<sup>194</sup> NAZZARI, Muriel. *Apud: ALVES, Débora Cristina. Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 48

<sup>195</sup> NAZZARI, Muriel. *Apud: ALVES, Débora Cristina. Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 48-49

<sup>196</sup> ALVES, Débora Cristina. *Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 50

<sup>197</sup> NAZZARI, Muriel. *Apud: ALVES, Débora Cristina. Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 50

*entre as famílias, grandes aquisições poderiam ser alcançadas, como poder econômico, social e político*”.<sup>198</sup>

Em seu trabalho sobre a mulher em São Paulo, Eni de Mesquita Samara (1989) direciona seus estudos aos documentos jurídicos e religiosos, referentes ao Brasil e a Portugal, que regularizam as questões referentes à família, nos levando a um ponto de extrema importância: o das atribuições e obrigações que cabem ao casal no casamento. Nas uniões legítimas, ao menos de modo aparente, o poder de decisão formal se concentrava nas mãos do marido como provedor e protetor dos filhos e da esposa.<sup>199</sup>

No Brasil e na sociedade portuguesa até o século XIX, o sexo desempenha interferência nas relações jurídicas. “*As funções de provedor e protetor garantiam a dominação masculina em um tipo de sociedade onde o poder de decisão estava na mão dos homens*”<sup>200</sup>. No casamento, a existência da divisão de poderes, concedia ao pai a autoridade legítima, que por sua vez também era estendida à mãe na ausência do marido. “*A esposa transformada em “cabeça do casal” por morte do marido deveria, no entanto, justificar juridicamente esse encargo*”.<sup>201</sup>

### **3.2 – Transmissão patrimonial e o papel das herdeiras.**

O casal, consumado devidamente dentro das normas da Igreja Católica, consagrados por uma união legítima, representavam a organização familiar, que segundo Lemos (2014), encerrava as funções básicas da vida, referente ao trabalho, lazer e reprodução social<sup>202</sup>. No entanto, a construção do patrimônio familiar nuclear estava diretamente ligada à vida do casal. Inicialmente, os pais doavam alguns bens para o início da vida do casal; posteriormente, o casal construía e adquiria bens e a transmissão do patrimônio após a morte de um dos cônjuges, era feita em nome desse casal<sup>203</sup>. Para Lemos (2014), o casal é o núcleo da vida em

---

<sup>198</sup> ALVES, Débora Cristina. *Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 50

<sup>199</sup> SAMARA, Eni Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 107

<sup>200</sup> *Ibidem*. p. 108

<sup>201</sup> *Ibidem*. p. 108

<sup>202</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014. p. 65

<sup>203</sup> *Ibidem*. p. 65

família, o qual dirigia suas estratégias e vontades que orientariam sua ação no meio em que vivem.<sup>204</sup>

Ao longo do capítulo, exploraremos alguns casos de família em seu processo de sucessão, trazendo a tona os modos de funcionamento e transmissões intergeracionais do patrimônio familiar, sempre observando os destinos finais dos bens dos herdeiros, especificamente mulheres viúvas e solteiras.

As estratégias sucessórias das famílias e as peculiaridades do direito sucessório definido pelas *Ordenações Filipinas*, segundo Lewin (2003), que por sua vez, singularizavam a condição de viúva e de filha solteira. A tradição legal do direito sucessório luso-brasileiro, corporificada nas Ordenações Filipinas e nas alterações subsequentes do “direito pátrio” a partir do período pombalino<sup>205</sup>, estruturou um sistema de sucessão e herança de “devolução divergente”, de transmissão de direitos entre gerações<sup>206</sup>. Em contraste com a tradição jurídica anglo-americana, para Jack Goody (1976), Joan Thirsk (1976) e Edward Thompson (1976)<sup>207</sup> este sistema é bilateral, reconhecendo os direitos de ambas às linhagens, masculina e feminina, atribuindo partes iguais independentemente de sexo, idade e mesmo da condição legítima do herdeiro.

Filhos “naturais”, quando assim reconhecidos, tinham os mesmos direitos que os filhos legítimos. Estavam excluídos da sucessão apenas os filhos adulterinos ou sacrílegos, ou seja, resultado de relações ilícitas ou descendentes de eclesiásticos. Escravos eram também impedidos de suceder, mas essa limitação podia ser contornada pela libertação em testamento. Este sistema promovia, teoricamente, a intensa redistribuição da propriedade entre as gerações e pessoas de condição diversa, dispersando o patrimônio familiar.

De acordo com as Ordenações Filipinas, os princípios gerais que presidiam a repartição e a transmissão de herança eram:

- 1) Todos os herdeiros legítimos têm direito à sua porção do patrimônio;
- 2) Dois terços da herança, deduzidas as dívidas, formam a porção que deve ser partilhada;
- 3) O terço restante, constitui a parte livre destinada a permitir os legados ou disposições, a título gratuito, do testador. Mas se este não dispuser abertamente

---

<sup>204</sup> *Ibidem.* p. 65

<sup>205</sup> LEWIN, L. *Surprise heirs: illegitimacy, patrimonial rights, and legal nationalism in Luso-Brazilian inheritance, 1750-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2003. 2 vols.

<sup>206</sup> GOODY, Jack; THIRSK, Joan.; THOMPSON, Edward P. *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

<sup>207</sup> *Ibidem.*

deste terço, na sua totalidade ou em parte, deve ser integrado no monte para a sua partilha. Se pelo contrário é atribuído a um dos herdeiros legítimos, este deverá recebê-lo além da sua legítima.

4) A legítima de cada um dos herdeiros é de tal modo garantida e sagrada que não deve ser onerada com encargos nem de modo nenhum substituída por dinheiro quando a herança se compõe de bens fundiários.

5) O cônjuge só herda se o defunto não deixar parentes até o décimo grau ou se, em disposição a última vontade, o testador tiver decidido de outro modo que não seja contrário à lei vigente.

7) A falta de descendentes legítimos sucedem em primeiro lugar, os ascendentes.

8) A falta de descendentes ou ascendentes sucedem os colaterais.

9) Os descendentes obrigatórios só podem ser deserdados mediante justa causa.<sup>208</sup>

Margarida Durães (1992) afirma que essas regras estavam restritas diretamente aos bens suscetíveis de partilha, como por exemplo, os bens móveis. Já os bens vinculados, como morgadio ou propriedade enfitêutica, possuem uma legislação específica. Assim, há dois conjuntos de regras, às quais, os camponeses minhotos tiveram que se adaptar.

De um lado, a obrigação e o caráter inviolável da legítima; do outro, a invisibilidade da propriedade aforada; por uma parte há herança que deve ser partilhada igualmente pelos herdeiros obrigatórios; por outro a sucessão única. Enquanto as regras de herança impunham a igualdade entre os herdeiros legítimos, ou quando muito, as vantagens de um deles, se for esse atribuído o “terço”, as regras de sucessão de uma exploração aforada impunham a transmissão a um único sucessor, já que ela não podia ser dividida.<sup>209</sup>

Na ausência de um testamento, repartia-se a “legítima” equitativamente entre os “herdeiros forçados” em uma ordem fixa de descendentes, ou, na sua falta, ascendentes determinados pelas Ordenações Filipinas, como nos lembra Lewin (2003)<sup>210</sup>. Na sucessão testamentária, os testadores podiam dispor livremente de uma fração limitada de seu patrimônio, ou seja, a “terça” de seu patrimônio líquido. No caso de indivíduos sem descendentes ou ascendentes diretos, o testamento poderia servir também para indicar um “herdeiro universal” entre os colaterais ou entre pessoas não reconhecidas como parentes, ou promover o reconhecimento de “filhos naturais”.

<sup>208</sup> DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, 1992, p. 183

<sup>209</sup> DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, 1992, p. 184

<sup>210</sup> LEWIN, L. *Surprise heirs: illegitimacy, patrimonial rights, and legal nationalism in Luso-Brazilian inheritance, 1750-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2003. 2 vols.

Para Bettina Bradbury (2011), ao contrário da tradição anglo-saxã, e de modo semelhante à parte do direito sucessório francês corporificado nos “costumes de Paris”<sup>211</sup>, os direitos da viúva e das filhas solteiras eram tratados em pé de igualdade pela tradição jurídica Luso-brasileira. A viúva recebia a “meia”, em preferência a outros parentes do finado, e a filha solteira recebia sua “legítima” em igualdade de condições com os outros herdeiros.

Ao menos potencialmente, estas estipulações legais geravam condições para ampla agência e controle da propriedade (e de suas vidas) por parte destas duas categorias, redefinindo as relações de gênero. De modo que não importavam quais fossem os resultados de redistribuição de recursos derivados dos processos sucessórios, viúvas e solteiras encontravam-se numa posição singular em uma sociedade de orientação eminentemente patriarcal. Sem herdeiros forçados, descendentes ou ascendentes, ambas podiam dispor livremente de sua propriedade, particularmente no momento último, na feitura de um testamento.

Sheila de Casto Faria (1998) nos apresenta um rico panorama das características e possibilidades dos inventários. Os inventários *post mortem* arrolam detalhadamente bens, objetos, ativos e passivos financeiros, e representam uma janela para a realidade da vida material e cotidiana dos homens e mulheres do período colonial e imperial. Evidentemente, os inventários, como toda fonte histórica, são marcados por vários tipos de *bias*: neles estão representadas as camadas mais ricas da sociedade, as elites, e sub-representadas as camadas que nada têm a legar. Do mesmo modo, por representar um balanço da riqueza material legada por um indivíduo ao fim da sua vida produtiva, os inventários podem oferecer uma imagem distorcida da concentração de riqueza de certo indivíduo ou grupo, ao registrar (potencialmente) o ponto limite de um ciclo doméstico de acumulação. Embora reais, estes problemas, podem ser mitigados pelo uso de séries temporais amplas e maciças destes documentos, bem como pela estratificação da amostra por grupos de riqueza. Conjuntos inventariais que permitem reconstruir uma longa série são particularmente interessantes para apreender os processos de mudança social.<sup>212</sup>

Os inventários (mais que os testamentos) são fontes particularmente adequadas para procedimentos de seriação histórica, pois, mesmo ao longo de séculos, apresentam uma estrutura básica de informações padrão que se repetem, embora com alguma variação. Neles estão presentes (quase sempre): nome, lugar e data de falecimento, a listagem dos herdeiros, o

---

<sup>211</sup>BRADBURY, Bettina. *Wife to Widow: Lives, Laws and Politics in Nineteenth-Century Montreal*. Toronto: UCB Press, 2011.

<sup>212</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

arrolamento dos bens e a determinação dos valores, a lista nominal dos débitos e créditos e a partilha. Mais raros são os registros com ascendência e origem<sup>213</sup>. Também acompanham os inventários: documentação anexa sobre discordâncias em determinadas avaliações, explicações sobre a venda de bens anteriores, dívidas e doações, processos judiciais contra o defunto, pedidos de antecipação da maioridade dos herdeiros e outros. O que torna estes autos documentos bastante complexos.<sup>214</sup>

Os processos de sucessão *post mortem* definidos pelo direito sucessório, entretanto, eram frequentemente articulados a sistemas sobrepostos de devolução intergeracional *inter vivos*, integrados por mecanismos como arranjos matrimoniais, dotes, doações e transações preferenciais entre parentes, decisivos na distribuição efetiva do patrimônio, reagrupando aquilo que a partilha havia dispersado, hierarquizando os herdeiros e estabelecendo padrões de sucessão preferencial. Filhas solteiras, frequentemente, se viam despossuídas nesse processo, e viúvas se viam submetidas à tutela de seus filhos ou cunhados.<sup>215</sup>

### **3.3 – Estudos de famílias.**

Os estudos de casos que vamos conhecer procuram explorar a trajetória de viúvas e solteiras moradoras do meio rural. Fator que possibilitou conhecer uma pequena variedade de famílias possuidoras de bens da região de Guarapiranga, que cruzava as fronteiras de seus campos de atividades, diversificavam sua produção, produzindo na terra e, possivelmente, comercializando.

#### **3.3.1 – Trajetória de transmissão patrimonial familiar da viúva Francisca Dias da Conceição.**

O primeiro estudo de caso de trajetórias familiares será o processo de transmissão patrimonial da viúva Francisca Dias da Conceição<sup>216</sup>. Moradora do Arraial de São José do

---

<sup>213</sup> *Ibidem.*

<sup>214</sup> *Ibidem.*

<sup>215</sup> *Ibidem.*

<sup>216</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Francisca Dias da Conceição, códice avulso.



Chopotó e filha de Francisco Dias Ramos<sup>217</sup> e Bernardina Maria da Conceição<sup>218</sup>, foi casada com Manoel da Silva Santos<sup>219</sup>.

Seu pai, Francisco Dias Ramos, faleceu no ano de 1796, era morador da Freguesia de São Manoel do Rio Pomba, deixando como herdeiros os seguintes: sua esposa, e inventariante, a Senhora Bernardina Maria da Conceição; e seus filhos Tereza de idade de 15 anos, Francisca de idade de 13 anos, João de idade de 12 anos, todos eles sendo filhos legítimos do casal.<sup>220</sup>

Em sua descrição de bens se faz presente o número de 07 escravos, que compõem grande parte do valor de seus bens, além de vacas, garrotes e cavalos. Em seus objetos pessoais estão arrolados ferramentas, roupas, móveis e pouquíssimos objetos de prata.<sup>221</sup>

No auto da partilha dos bens do inventariado temos um monte-mor no valor de 4:051\$400 (Quatro contos, cinquenta e um mil e quatrocentos reis), na meação a viúva recebeu 225\$700 (duzentos e vinte cinco mil e setecentos reis), e os herdeiros, incluindo Francisca Dias da Conceição, receberam cada um deles a quantia de 75\$233 (setenta e cinco mil e duzentos e trinta e três reis). Não foi distribuída a terça parte a gosto de sua vontade por não ter deixado testamento. Francisca Dias da Conceição, no ato da partilha, recebeu quantias referentes ao valor de um escravo, parte das ferramentas e móveis.<sup>222</sup>

A senhora Bernardina Maria da Conceição é deixada viúva e muda-se para o Arraial de Piranga, termo usado para a cidade de Mariana no período, e contrai segundas núpcias com o senhor José da Rosa. Bernardina acaba por falecer no dia 23 de setembro de 1804.<sup>223</sup>

Seus herdeiros do primeiro casamento arrolados no inventário eram: Tereza de idade de 23 anos, solteira e Francisca de idade de 21 anos casada com Manoel da Silva Santos. Os herdeiros do segundo casamento são: seu marido e inventariante José da Rosa e sua filha ainda criança Maria de idade de 7 anos.<sup>224</sup>

Na descrição de seus bens encontramos joias, objetos em ouro, fivelas de prata, tachos de cobre, ferramentas como enxadas, foices, machados, truquês, além de balanças, ferragens, roupas, pratos, talheres, móveis, livros, tecidos de algodão, rolos de fio, couro de vacas e novelos de cordas, entre os animais encontramos juntas de novilhas, bois e cavalos. Os

<sup>217</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Ramos, código 98. Auto 2047. Ano 1796

<sup>218</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

<sup>219</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Manoel da Silva Santos, código 265. Auto 481. Ano 1851

<sup>220</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Ramos, código 98. Auto 2047. Ano 1796

<sup>221</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Ramos, código 98. Auto 2047. Ano 1796

<sup>222</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Ramos, código 98. Auto 2047. Ano 1796

<sup>223</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

<sup>224</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

escravos também estão presentes no arrolamento de bens contabilizando uma escravaria de 06 cativos. Havia também créditos a receber.<sup>225</sup>

A totalidade dos bens de Dona Bernardina somava a quantia de 4:879\$824 (quatro contos oitocentos e setenta e nove mil oitocentos e vinte quatro reis). A quantia delegada a seu marido e meeiro José da Rosa foi de 2:439\$912 (dois contos quatrocentos e trinta e nove mil novecentos e doze reis). Cada herdeiro recebeu, no ato da partilha, a quantia de 146\$637 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e trinta e sete reis)<sup>226</sup>. Francisca Dias da Conceição recebeu entre os bens descritos, créditos, objetos de ouro, roupas, animais, ferramentas, utensílios, livros e pagamento referente à parte dos valores dos escravos.<sup>227</sup>

O marido de Francisca, Senhor Manoel da Silva Santos a deixou viúva no ano de 1851. Morador da Fazenda Ribeirão da Soledade, Distrito de São Jose do Chopotó, termo da Vila de Piranga na Freguesia de Guarapiranga<sup>228</sup>, deixou como herdeiros: sua esposa e inventariante Francisca Dias da Conceição; e seus filhos Ana Francisca de Jesus, casada com João Ferreira da Silva; Antônio Dias da Silva solteiro; Valentina Rosa de Jesus, casada com Antônio Caetano; Maria Francisca de Jesus, casada com Manoel Martins de Melo; Josefa da Rocha, solteira; Custódio da Silva, falecido, representado por seus filhos (Francisco José da Silva e Maria Francisca de Jesus, casada com Francisco Inácio Pereira); João da Silva Santos, solteiro; e Vicente Francisco da Silva, também na condição de solteiro.<sup>229</sup>

Na descrição dos bens de seu marido foram vistos e avaliados o número de 15 escravos. Dois desses escravos foram dotados a duas filhas de Manoel: uma escrava chamada Jesebel Crioula de dez anos de idade a Maria Francisca de Jesus casada com Manoel Martins, e uma escrava chamada Joana Crioula de 27 anos a Valentina Rosa de Jesus casada com Antônio Caetano. Constam meio aos bens terras de cultivo, celeiros de capim, moinho, carros de madeira, tear, ferramentas, cancelas, utensílios domésticos e armas.<sup>230</sup>

O valor total da descrição de bens do casal somam 7:248\$920 (sete contos duzentos e quarenta e oito mil novecentos e vinte reis), sendo a meação da viúva no valor de 3:624\$460 (três contos seiscentos e vinte quatro mil quatrocentos e sessenta reis). A cada herdeiro foi arrolada a quantia de 402\$717 (quatrocentos e dois mil setecentos e dezessete reis). Francisca

<sup>225</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

<sup>226</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

<sup>227</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Bernardina Maria da Conceição, código 69. Auto 1476. Ano 1804

<sup>228</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Manoel da Silva Santos, código 265. Auto 481. Ano 1851

<sup>229</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Manoel da Silva Santos, código 265. Auto 481. Ano 1851

<sup>230</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Manoel da Silva Santos, código 265. Auto 481. Ano 1851

Dias da Conceição recebeu no processo de meação dos bens valores referente a sete escravos, terras de plantio, teares, novelos de fios de algodão, ferramentas e utensílios.<sup>231</sup>

A Senhora Francisca Dias da Conceição, natural da capela de Nossa Senhora da Glória, município da Vila de Queluz, viúva de Manoel da Silva Santos, continuou a morar por mais 18 anos na fazenda do Bom Sucesso no Arraial do São José do Chopotó. Em uma pesquisa sobre seus bens encontramos Francisca arrolada no Registro Paroquial de Terras no ano de 1856 sendo proprietária de 25 alqueires de terras.<sup>232</sup>

A viúva faleceu no ano de 1869, deixando por herdeiros: seus filhos Vicente Francisco da Silva, casado; João Dias da Silva, casado; Dona Leonor Rosa de Jesus, casada com Pedro José da Rocha; Dona Valentina Dias da Silva, casada com Antônio Caetano da Silva; Dona Maria Francisca da Silva, casada com Manoel Martins de Melo; Dona Josefa Francisca da Silva, solteira, 46 anos de idade; Dona Maria Francisca da Silva, viúva; Dona Ana Francisca da Silva, viúva; Antônio Dias da Silva, falecido (representado por seus filhos: Francisca Flausina da Silva, casada com Ivo Lourenço da Silva; Maria Rosa da Silva, casada com João Gregório do Nascimento; José Antônio da Silva, solteiro com 25 anos; Antônio da Silva Santos, solteiro com 23 anos; Manoel Ancieto da Silva, solteiro com 16 anos). Custódio Dias da Silva, falecido representado por seus filhos (Francisco Jose da Silva, solteiro com 22 anos, Maria Francisca de Jesus, casada com Francisco Inácio Pereira).<sup>233</sup>

Na descrição de seus bens foram deixados roupas, tacho de cobre, instrumentos de cozinha, tear, caixas de guarnição, ferramentas, móveis, portas e janelas, um número de 12 escravos, 07 alqueires de terras de cultivo e um moinho. Totalizando um monte-mor no valor de 6:835\$970 (seis contos oitocentos e trinta e cinco mil novecentos e setenta reis).<sup>234</sup>

Teve por seus testamenteiros Josefa e Vicente ambos seus filhos, e Fortunato Coelho. Em seu testamento, a viúva Francisca Dias da Conceição, declara que por fragilidade humana teve uma filha no estado de solteira, a qual também entrará na herança de sua meação com igualdade aos mais. Declara que foi Irmã da Ordem Terceira de São Francisco e liberta em testamento a escrava Rita pelos bons serviços, após a sua morte.<sup>235</sup>

<sup>231</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Manoel da Silva Santos, código 265. Auto 481. Ano 1851

<sup>232</sup> APM: Registro Paroquial de Terras, Piranga, 1855-56

<sup>233</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Francisca Dias da Conceição, código avulso.

<sup>234</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Francisca Dias da Conceição, código avulso.

<sup>235</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Francisca Dias da Conceição, código avulso.

### 3.3.2 – *Trajétoria de transmissão patrimonial familiar da Viúva Ana Maria Joaquina da Purificação.*

O segundo estudo de caso será sobre a trajetória familiar da viúva Ana Maria Joaquina da Purificação<sup>236</sup>, moradora do distrito de Calambau, filha legítima de Antônio Lopes Francisco<sup>237</sup> e Ana Maria Joaquina<sup>238</sup> e foi casada com Bento José Pereira<sup>239</sup>.

Seu pai Antônio Lopes Francisco, natural de Santa Marinha da Vila Nova do Porto, filho legítimo de Antônio Lopes e de Custodia Francisca, era morador da Paragem de Catas Altas do Rio Abaixo, Calambau, na freguesia de Guarapiranga. Foi casado em primeiro matrimônio com Maria Soares Lopes e em segundas núpcias com Ana Maria Joaquina.<sup>240</sup>

Antônio Lopes faleceu no dia 19 de fevereiro do ano de 1781, deixando por seus herdeiros sua esposa e inventariante Ana Maria Joaquina e seus filhos do segundo casamento: Ana Maria Joaquina da Purificação, de idade de 26 anos, solteira; José Antônio Lopes de 35 anos; Antônio José da Silva 35 anos, casado com Maria Ribeiro; Feliciano José da Silva 30 anos; Raymundo Lopes da Silva de 29 anos; Maria da Silva de 25 anos; Maria Liberata de 22 anos; Francisco de 15 anos; e Genoveva de 11 anos. E a filha do primeiro matrimônio Igenes Maria Lopes já falecida, foi casada em primeiras núpcias com José da Silva, já falecido, e está representada por seus filhos: Luisa Maria de Alves casada com Domingos de Alves; e Angélica Maria da Silva casada com José Gomes Barroso. Igenes se casou novamente com Antônio Fonseca Faria, e está sendo representada pelos filhos do segundo matrimônio, Padre Antônio José da Fonseca de 22 anos, Francisco Fonseca de 17 anos, João de Fonseca de 14 anos, Anna da Fonseca de 9 anos.<sup>241</sup>

O inventário de Antônio Lopes está muito desgastado pela ação do tempo. Motivo que nos fez perder na qualidade da descrição de bens do inventariado, mas consta que o dito deixou alqueires de terras de cultivo, terras minerais e escravos. Totalizando um monte-mor no valor de 3:183\$000. A viúva em meação recebeu a quantia de 1:591\$500, e cada herdeiro a quantia de 106\$100 (cento e seis mil e cem reis). Ana Maria Joaquina, recebeu valores referentes a escravos e terras.<sup>242</sup>

<sup>236</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Ana Maria Joaquina da Purificação, código A006. Auto 75. Ano 1841.

<sup>237</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>238</sup> Inventário não localizado.

<sup>239</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Capitão Mor Bento José Pereira, código 69. Auto 1466. Ano 1817.

<sup>240</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>241</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>242</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

Em seu inventário os louvados afirmam que a fazenda e bens foram adquiridos e não herdados. No testamento Antônio Lopes, declara a venda antecipada de seus bens a um dos herdeiros José Antônio Lopes contendo 22 escravos e declara o pagamento de dote a uma de suas herdeiras não identificada.<sup>243</sup>

Dona Ana Maria contraiu casamento com o Capitão Mor Bento José Pereira, morador da Fazenda do Sítio, Distrito de Calambau, Termo de Mariana. O capitão, filho legítimo de Domingos Francisco Pereira Machado e Antônia Maria Silva tem por falecimento o ano de 1817 e deixa declarado em testamento como sua única herdeira sua esposa e inventariante Ana Maria Joaquina da Purificação.<sup>244</sup>

Em sua declaração de bens o capitão deixa uma significativa quantia em dinheiro, equipamentos de montaria em prata, utensílios doméstico em prata, selas, ferramentas, armas, balanças, tacho de cobre, móveis, tear, roda de fiar, oratório com imagens de santos católicos. Objetos e rolos de cobre, caixas de provisões com feijão e outros alimentos, canoa, roupas de cama, banho e vestuário, fardas. Entre os animais temos: juntas de bois, cavalos, mulas e porcos; uma escravaria composta de 11 cativos; alqueires de terras de cultivo contendo roças de milho, canavial, arrozal e roça de feijão; fazenda com benfeitorias como casas cobertas com telha, moinho coberto, paiol coberto, e algumas dívidas.<sup>245</sup>

Descontando as dívidas o capitão deixa um monte-mor na quantia de 2:449\$150 (dois contos quatrocentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta reis). A esposa recebeu a meação na quantia de 1:224\$575 (um conto duzentos e vinte quatro mil quinhentos e setenta e cinco reis), em pagamentos por escravos, fazenda, animais, roças, benfeitorias e utensílios. E como consta em seu testamento, parte de seus bens foram doados à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.<sup>246</sup>

A viúva do Capitão, Dona Ana Maria Joaquina da Purificação, continuou vivendo por mais 24 anos na Fazenda do Sítio, Distrito de Calambau e veio a falecer no ano de 1841. Seu inventariante foi o Tenente Camilo José Moreira. Como não teve filhos, Dona Maria instituiu sua irmã em testamento Genoveva Jacinta Rosa de 70 anos sua única herdeira.<sup>247</sup>

Na descrição de bens de Dona Ana Maria encontramos arrolados os seguintes bens: terras de cultivo, ferramentas, móveis, balanças, objetos de prata, paiol com alimentos, casa

<sup>243</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>244</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>245</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>246</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Francisco, código 08. Auto 321. Ano 1781.

<sup>247</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Ana Maria Joaquina da Purificação, código A006. Auto 75. Ano 1841.

coberta, sete (07) cativos e algumas dívidas. Totalizando um valor de 2:848\$560 (dois contos oitocentos e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta reis).<sup>248</sup>

Em seu testamento teve como testamenteiros Domingos de Moura e Silva, Tenente Camilo José de Moura e João Fernandes Lana. Dona Ana Maria declara-se irmã do Rosário do Calambau, da Conceição, do Santíssimo e do Carmo. Deixa legado em testamento o valor de 50\$000 à sobrinha Angélica, casada com Joao Fernandes Lana, legado de 20\$000 a Rita Maria de Jesus, filha de Manoel Soares Valente, legado de 12\$000 cada às sobrinhas, filhas do Capitão Antônio Martins Pacheco e da finada Inês Maria da Silva, Maria Jacinta e Luísa, legado de 12\$000 a cada uma de suas sobrinhas filhas do finado Joaquim de Moura. Deixa como legado à cativa Rita crioula, quartada, por 120\$000 em 4 anos.<sup>249</sup>

### ***3.3.3 - Trajetória de transmissão patrimonial familiar da solteira Maria Eugênia do Nascimento.***

O terceiro estudo de caso que faremos se trata da trajetória familiar de Maria Eugênia do Nascimento<sup>250</sup>, que viveu sempre na condição de solteira na Freguesia de Guarapiranga. Filha legítima do Capitão José de Oliveira Ribeiro<sup>251</sup> de Domingas Pires Ribeiro.<sup>252</sup>

Seu pai o Capitão José de Oliveira Ribeiro, natural da Freguesia de São Bartolomeu de São José Arcebispado de Braga, era filho legítimo de Manoel Oliveira e Osoria de Oliveira. Residente no Córrego de S. Domingos, Boa Esperança, Aplicação da Espera, freguesia de Itaverava, faleceu no dia 25 de junho de 1796.<sup>253</sup>

Deixando por herdeiros sua esposa e inventariante, Domingas Pires Ribeiro, seus filhos Manoel José de Oliveira de 34 anos, Mariana de 30 anos, casada com Inácio Jaques Pacheco (que receberam como dote pelo casamento a escrava Maria crioula com seus filhos José, Quintino, Feliciano e Simplício, no valor 174\$000 (cento e setenta e quatro mil reis)), a filha Maria Eugênia do Nascimento de 27 anos, Joana Maria de Oliveira de 26 anos, casada com José Antônio Pacheco e José de Oliveira Ribeiro de 25 anos.<sup>254</sup>

O Capitão deixa uma quantia relevante em dinheiro, muitos objetos de prata, objetos de ouro, objetos em cobre, objetos em bronze, tachos de cobre, móveis, ferramentas e ferragens; um número de 37 escravos de diferentes nações e crioulos; dentre os animais

<sup>248</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Ana Maria Joaquina da Purificação, código A006. Auto 75. Ano 1841.

<sup>249</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Ana Maria Joaquina da Purificação, código A006. Auto 75. Ano 1841.

<sup>250</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Maria Eugênia do Nascimento, código A086. Auto 512. Ano 1844.

<sup>251</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de José de Oliveira Ribeiro, código 134. Auto 2791. Ano 1796.

<sup>252</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Domingas Pires Ribeiro, código 50. Auto 1142. Ano 1827.

<sup>253</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de José de Oliveira Ribeiro, código 134. Auto 2791. Ano 1796.

<sup>254</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de José de Oliveira Ribeiro, código 134. Auto 2791. Ano 1796.

encontramos vacas, juntas de bois, cavalos, com selas e cabrestos; barris de ferro, 200 alqueires de terras de cultivo e minerais, moradas de casas e benfeitorias, muitos créditos a receber e algumas dívidas.<sup>255</sup>

Os bens foram vistos e avaliados no valor de 10:744\$184 (dez contos setecentos e quarenta e quatro mil cento e oitenta e quatro reis). A meação da viúva no valor de 5:372\$092 (cinco contos trezentos e setenta e dois mil e noventa dois reis). Para cada herdeiro ficou reservado à quantia de 727\$874 (setecentos e vinte e sete mil oitocentos e setenta e quatro reis). Maria Eugênia do Nascimento recebeu sua herança no valor de escravos, terras, casas, e objetos de ouro.<sup>256</sup>

A viúva Dona Domingas Pires Ribeiro, mãe de Maria Eugênia, natural de Antônio Dias, Vila Rica, moradora do Córrego de S. Domingos, Boa Esperança, Aplicação da Espera, freguesia de Itaverava, faleceu no ano de 1827, tendo como seu inventariante o Capitão Mor José de Oliveira Ribeiro.<sup>257</sup>

Seus herdeiros são seus quatro filhos: Mariana Joaquina Oliveira, casada com Inácio Jacques Pacheco; Joana Maria de Oliveira, casada com José Antônio Pacheco; Maria Eugênia do Nascimento com 46 anos, solteira; e o Capitão José de Oliveira Ribeiro de 55 anos.<sup>258</sup>

Em sua declaração de bens estão arrolados os seguintes itens: objetos de prata, joias, alambique, 2 tachos de cobre, objetos de ouro, forno, caixa de provisão, objetos de ferro, ferramentas, balança de ouro, balança maior, objetos de estanho, objetos de bronze, móveis, cerca de 21 escravos, fazenda com casa de vivenda, engenho de bois, moinho, monjolo, senzala e outras feitorias. Terras de cultura e minerais, mata virgem que fará 2 sesmarias incompletas.<sup>259</sup>

Em seu testamento declara pertencer as seguintes irmandades: Terra Santa de Jerusalém; Senhora dos Prazeres de Lavras Novas; e Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Vila Rica. Deixa aos netos e afilhados Francisco, Cândida e Domitila 30\$000 cada. Deixa às expostas em sua casa, Balbina e Francisca, 30\$000. Deixa aos netos, filhos de Joana: Lauriana Luciano e Claudino, Maria, Felicidade, José, Antônio, doze oitavas a cada um. Deixa aos netos filhos de Mariana: Fortunato, Claudiana, Simplicia, Ana, Joaquim, e Cândida, doze oitavas a cada. E a terça aos filhos José e Maria.<sup>260</sup>

<sup>255</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de José de Oliveira Ribeiro, código 134. Auto 2791. Ano 1796.

<sup>256</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de José de Oliveira Ribeiro, código 134. Auto 2791. Ano 1796.

<sup>257</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Domingas Pires Ribeiro, código 50. Auto 1142. Ano 1827.

<sup>258</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Domingas Pires Ribeiro, código 50. Auto 1142. Ano 1827.

<sup>259</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Domingas Pires Ribeiro, código 50. Auto 1142. Ano 1827.

<sup>260</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Domingas Pires Ribeiro, código 50. Auto 1142. Ano 1827.

Após a morte de sua mãe, Maria Eugênia do Nascimento, natural de Catas Altas da Noruega, continuou vivendo na fazenda no Córrego de S. Domingos, por mais 17 anos. Acabou por falecer no ano de 1844, tendo como sua inventariante Lauriana Maria do Espírito Santo.<sup>261</sup>

Como sempre viveu na condição de solteira não deixou herdeiros legítimos, mas declara em seu testamento como sua herdeira sua afilhada e sobrinha Lauriana Maria do Espírito Santo, filha de seu irmão José Antônio Ribeiro. Declara que é Irmã da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Deixa para sua afilhada Constância Maria de Brito filha legítima de Joaquim Brito e de Bella Rosa de Jesus uma escrava chamada Maria Crioula, e terras avaliadas em 350\$000. Deixa o exposto Inocência José dos Reis ficar na fazenda com a quantia de 50\$000. Deixa ao afilhado Antônio filho de Valenciano Freire Pereira a quantia de 6\$000. Deixa para a afilhada Cândida filha de Manoel Alves Bacelar a quantia de 10\$000. Deixa para Joaquina Serafina Aura e Carlota, filhas de Balbéria Rosa de Jesus a quantia de 5\$000 a cada uma. Deixa a Maria Camila e Joana Áurea Silveira filhas de Valeriano Freire Pereira a quantia de 5\$000 a cada uma. Deixa para o sobrinho Antônio Joaquim de Oliveira a quantia de 6\$000. Deixa para o sobrinho Francisco José de Oliveira a quantia de 6\$000. Para a afilhada Maria Francisca deixa a quantia de 4\$000. Deixa para Antônio da Villa a quantia de 4\$000 em pagamento de dívida.<sup>262</sup>

Dentre seus bens estão objetos de ouro, móveis, novilhos, porcos, um número de nova (09) escravos, casa, senzala, moinho, terras de cultivo e plantações de milho. Vistos e avaliados no valor de 3:587.200 (três contos quinhentos e oitenta e sete mil e duzentos reis).<sup>263</sup>

### ***3.3.4 - Trajetória de transmissão patrimonial familiar da solteira Clara Maria Teodora.***

O quarto estudo apresentado, será o estudo da trajetória da família de Clara Maria Teodora<sup>264</sup>, filha legítima de Gabriel Barbosa Coura<sup>265</sup> e Maria Vitória de São José<sup>266</sup>.

Seu pai Gabriel Barbosa Coura, natural da Freguesia de São Miguel de Parreiras, conselho de Coura, arcebispado de Braga. Filho legítimo de [?]<sup>267</sup> Barbosa e Benta Fernandes.

<sup>261</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Maria Eugênia do Nascimento, código A086. Auto 512. Ano 1844.

<sup>262</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Maria Eugênia do Nascimento, código A086. Auto 512. Ano 1844.

<sup>263</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Maria Eugênia do Nascimento, código A086. Auto 512. Ano 1844.

<sup>264</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Clara Maria Teodora, código A208. Auto 586. Ano 1854.

<sup>265</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Gabriel Barbosa Coura, código 118. Auto 2445. Ano 1776.

<sup>266</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Maria Vitória de São José, código 78. Auto 1661. Ano 1792.



Estabeleceu-se nas terras de Pirapetinga na Freguesia de Guarapiranga e veio a falecer no ano de 1776.<sup>268</sup>

Deixa por seus herdeiros sua esposa e inventariante, Maria Vitória de São José, e seus filhos legítimos Maria Joana de 19 anos, Ana Francisca de 17 anos, Clara Maria de 15 anos, Sebastião Barbosa de 14 anos e Antônio Barbosa de 9 anos de idade.<sup>269</sup>

Entre seus bens arrolados temos: objetos de prata, objetos de cobre, móveis, roupas; casas no Arraial de Piranga; sítio com casa de vivenda, alambique, moinho, monjolo; cerca de 57 cativos; e algumas dívidas. Seus bens foram vistos e avaliados no valor de 5:580\$330 (cinco contos quinhentos e oitenta mil trezentos e trinta reis). A viúva recebeu a meação no valor de 2:790\$165 (dois contos setecentos e noventa mil cento e sessenta e cinco reis) e os herdeiros receberam a quantia de 372\$022 (trezentos e vinte dois mil e vinte dois reis). Clara Maria Teodora recebeu seu pagamento como herdeira em valores de escravos, casa, benfeitorias, objetos da casa como móveis e ferramentas, e objetos de prata e cobre.<sup>270</sup>

Em seu testamento Gabriel declara que é Irmão da Ordem Terceira do Carmo e de todas as irmandades da freguesia. De sua terça deixa 30\$000 para sua irmã Ana Maria, moradora em sua freguesia de nascimento.<sup>271</sup>

A viúva de Gabriel a Senhora Maria Vitória de São José permaneceu como moradora e gestora dos bens da família nas terras de Pirapetinga no arraial de Piranga, na Freguesia de Guarapiranga até o ano de 1792, falecendo no dia 15 de outubro daquele ano.<sup>272</sup>

Tendo como seus herdeiros, seus filhos: Maria Joana de 35 anos, casada com Antônio Ferreira; Ana Francisca Felizarda de 33 anos, casada com o Tenente Simão Ferreira da Silva; Clara Maria Teodora de 31 anos; Sebastião Barbosa de 30 anos; e seu inventariante Antônio Barbosa de 26 anos.<sup>273</sup>

Sua descrição de bens é muito detalhada, onde encontramos: objetos de prata, louça, objetos de estanho, ferragens, balanças, almocafre de bronze, candeeiro, tacho de cobre, ferramentas de ferro, armas, móveis, tecidos, roupas de banho, cama e vestuário, objetos pessoais como leques e terços, canoa, caixas de provisão, rolos de cobre, imagens de santos, um número de 34 cativos, juntas de bois, garrotes, porcos, cavalos, carroças, selas, couro e

---

<sup>267</sup> Nome não identificado.

<sup>268</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Gabriel Barbosa Coura, código 118. Auto 2445. Ano 1776.

<sup>269</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Gabriel Barbosa Coura, código 118. Auto 2445. Ano 1776.

<sup>270</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Gabriel Barbosa Coura, código 118. Auto 2445. Ano 1776.

<sup>271</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Gabriel Barbosa Coura, código 118. Auto 2445. Ano 1776.

<sup>272</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Maria Vitória de São José, código 78. Auto 1661. Ano 1792.

<sup>273</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Maria Vitória de São José, código 78. Auto 1661. Ano 1792.

cordas, terras de cultivo e minerais, matas virgens, engenho, alambique, casas de morada de sobrado no arraial de Piranga e dívidas.<sup>274</sup>

Seu patrimônio foi avaliado em 6:032\$761 (seis contos trinta e dois mil setecentos e sessenta e um mil reis), suas dívidas eram de 3:461\$047 (três contos quatrocentos e sessenta e um mil e quarenta e sete reis) restando o valor líquido de 2:571\$714 (dois contos quinhentos e setenta e um mil setecentos e quatorze reis). A cada herdeiro foi destinado o valor de 514\$342 (quinhentos e quatorze mil trezentos e quarenta e dois). Clara Maria Teodora recebeu sua parte em valores de escravos, terras, casa, engenho, matas virgens e objetos da casa.<sup>275</sup>

Clara Maria Teodora deixou as terras de Pirapetinga para se estabelecer na vila de Piranga, na freguesia de Guarapiranga. Após a morte de sua mãe Clara Maria vive mais 62 anos e veio a falecer no ano de 1854 com 93 anos de idade.<sup>276</sup>

Em sua descrição de bens encontramos 06 escravos, seus bens de maior valor e algumas dívidas. Seus bens foram vistos e avaliados na quantia de 3:507\$200 (três contos quinhentos e sete mil e duzentos reis).<sup>277</sup>

Como sempre viveu na condição de solteira e não possuiu herdeiros legítimos a inventariada deixa por seus herdeiros em testamento: Ana Francisca Clara da Encarnação, sua exposta de 63 anos de idade, a ela deixa sua metade da herança e a terça parte de seus bens. E ao exposto Manoel Barbosa de 75 deixa a outra metade dos bens<sup>278</sup>. Declara em testamento que é Irma Terceira da Irmandade de São Francisco e deixa forra a escrava Maria Benguela, pelos seus bons serviços ao longo dos anos.<sup>279</sup>

### ***3.4 – Vivências e materialidade nas histórias de famílias em Guarapiranga.***

Após a leitura dos quatro estudos de casos referentes a famílias moradoras da Freguesia de Guarapiranga, três argumentos se fazem essenciais para a análise dessas descrições, como: a imigração portuguesa, a diversidade entre as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias e as vontades das herdeiras com relação à disposição do patrimônio.

<sup>274</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Maria Vitória de São José, código 78. Auto 1661. Ano 1792.

<sup>275</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Maria Vitória de São José, código 78. Auto 1661. Ano 1792.

<sup>276</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Clara Maria Teodora, código A208. Auto 586. Ano 1854.

<sup>277</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Clara Maria Teodora, código A208. Auto 586. Ano 1854.

<sup>278</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Clara Maria Teodora, código A208. Auto 586. Ano 1854.

<sup>279</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Clara Maria Teodora, código A208. Auto 586. Ano 1854.

Guarapiranga, entre os séculos XVIII e XIX, também contribuiu no processo de mobilidade social concretizado pelo processo da imigração, ou seja, a presença massiva de portugueses tanto nas regiões mineradoras quanto nas de transição<sup>280</sup>. Caroline Brettel diz que o intenso fenômeno de imigração de portugueses da região norte de Portugal, se deu pela busca de melhores condições de vida e trabalho. Em muitos casos esperavam a oportunidade de voltar para suas terras, porém não voltaram, ficaram no Brasil e constituíram laços familiares e sociais.<sup>281</sup>

Débora Alves (2013) apresenta uma amostra de inventários referente ao número de portugueses e brasileiros testados na região de Guarapiranga. Em uma análise para o período entre 1715 a 1790. Em um total de 77 testamentos, em torno de 69% eram de homens portugueses, sendo a maioria pertencente à região Norte de Portugal.<sup>282</sup>

Em nossos estudos de caso, apresentados neste capítulo, observamos a presença de três imigrantes portugueses, possuidores de relevantes posses na freguesia. Temos o Senhor Antônio Lopes Francisco, natural de Santa Marinha da Vila Nova do Porto, o Capitão José de Oliveira Ribeiro, natural da Freguesia de São Bartolomeu de São José Arcebispado de Braga e Gabriel Barbosa Coura, natural da Freguesia de São Miguel de Parreiras, conselho de Coura, arcebispado de Braga. Para Gusthavo Lemos (2014) os imigrantes portugueses:

Levaram a cabo a atividade extrativista, puderam dar início a uma agricultura mercantil especializada na produção da cana-de-açúcar. Na reprodução de sua existência social, a família em questão replicava padrões de organização sócio-demográfica presente na geração precedente, cuja conspícua marca era a presença de um português, não em posições secundárias no núcleo familiar, mas constituindo a sua célula central.<sup>283</sup>

Os três homens se estabeleceram na região de Guarapiranga e puderam contribuir para a configuração da elite rural da região, como também foram peças fundamentais na formação das famílias, da economia e do processo de transmissão intergeracional de bens.

Com relação ao segundo argumento em destaque, observamos através dos estudos de casos a composição de domicílios com uma unidade produtiva muito diversificada. Diversas

---

<sup>280</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014. p. 72

<sup>281</sup> BRETTEL, Caroline. *Apud: ALVES, Débora Cristina. Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. p. 60

<sup>282</sup> *Ibidem*. p. 61

<sup>283</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014. p. 80

atividades econômicas eram realizadas ao longo das gerações, as quais podem ser ilustradas através da distribuição de bens pelos inventários. Segundo Rodarte (2008), a partir do século XVIII, as primeiras sesmarias passaram a ser reconhecidas, isto é, as propriedades rurais produtoras de cana-de-açúcar (para a produção de açúcar, cachaça e rapadura), milho e criação de animais. Marcando-se, assim, a ocupação do território mineiro além da busca por riquezas minerais.<sup>284</sup>

As viúvas Francisca Dias da Conceição e Ana Maria Joaquina da Purificação, as solteiras Maria Eugênia do Nascimento e Clara Maria Teodora, apresentaram juntamente com suas famílias uma diversificação das atividades produtivas que realizavam no interior da freguesia. Atividades como cultivo de alimentos, mineração, criação de animais, produção de tecidos, manutenção de um plantel de escravos considerável para cada período retratado e administrando seu patrimônio e seus domicílios. A unidade não produzia de tudo, porém podemos pensar que o que faltava era comprado no momento de necessidade e o que era produzido nas unidades poderiam ser vendidos.<sup>285</sup>

Estes estudos de caso nos mostraram que mesmo sem a presença de um marido, ou a tutela de um pai, irmão ou filhos mais velhos, nossas mulheres se mostram atuantes em seu papel de emancipação social e econômica na freguesia, podendo fazer livremente suas escolhas. Poderiam ter se casado novamente ou pela primeira vez, mas devido a condições e necessidade próprias não o fizeram. Desempenharam seu papel de chefe de família, administradoras de seus lares e de suas vidas sem a interferência da figura masculina.<sup>286</sup>

Por fim, o terceiro argumento, com relação ao nosso estudo de caso, destaca o papel e a vontade das herdeiras frente à distribuição patrimonial. Para Margarida Durães (2002), os solteiros produziam seus testamentos, pois possuíam um patrimônio do qual era preciso se dispor. Visto que não tinham herdeiros legítimos ou obrigatórios, o testamento seria uma maneira de dispor de seus bens e uma alternativa para cuidar da salvação de sua alma, uma forma de desapego às coisas materiais. Os viúvos faziam seus testamentos muitas vezes para organizarem sua casa e evitarem conflitos entre os herdeiros. As viúvas tinham a

---

<sup>284</sup> RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 49 e 54

<sup>285</sup> MENESES, José N. Coelho, Dona Anna Perpétua: mulher, matrimônio e família no Tejuco (séculos XVIII e XIX). In: LIBBY, Douglas et all. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. 1º ed. Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015. p. 345

<sup>286</sup> Ibidem. p. 345

responsabilidade de manter os papéis sociais perante os agregados da família, acrescentando positivamente em seu prestígio social e no seu papel como chefe de família.<sup>287</sup>

Durães (2002) diz que a mulher testadora tinha um grande papel no ato de testar:

Por isso, não admira que como proprietária, gestoras e administradoras dos rendimentos e do agregado doméstico, as mulheres fossem adeptas do testamento. Essa escritura permitia-lhes proceder a uma repartição justa e, tanto quanto possível equitativa do patrimônio ao mesmo tempo que lhes possibilitava a reprodução do sistema sócio-econômico e cultural do qual elas eram as protagonistas.<sup>288</sup>

Em nossos quatro estudos anteriores, percebemos a liberdade de nossas mulheres em dispor de seu patrimônio em um testamento, deixando dinheiro para igrejas e ordens terceiras a procura de garantirem a salvação de sua alma. Havendo caso de reconhecimento de filhos ilegítimos e dando-lhes o direito de igualdade perante os outros herdeiros. Nossa mulheres deixavam dinheiro e escravos para seus sobrinhos e afilhados, gratificando o carinho e os serviços prestados na doença. Em agradecimento a escravos no trabalho feito por longos anos, estes recebiam sua liberdade.

### ***3.5 – Estratégias familiares sob a distribuição patrimonial em Guarapiranga – o exemplo da família Sande.***

A unidade patrimonial de uma família é composta “*por certos padrões e normas que agruparam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica*”<sup>289</sup>. Há uma preocupação em limitar o matrimônio, com relação a diferença de cor, desigualdade do nascimento e honra à riqueza da família<sup>290</sup>. Constitui uma estratégia de sobrevivência para a família que busca “*manter seu lugar na hierarquia econômica e social, levada a efeito pela existência de determinadas condições materiais e pela educação familiar*”.<sup>291</sup>

Segundo o trabalho de Eny Samara (1989), em São Paulo no século XIX há uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social. Havendo um grande número de

<sup>287</sup> DURÃES, Margarida. *Qualidade de vida e sobrevivência econômica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)*. Braga. 2002. p. 129

<sup>288</sup> *Ibidem*. p. 143

<sup>289</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. p. 87

<sup>290</sup> *Idem*.

<sup>291</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992 p. 07

celibatários vivendo com seus filhos ilegítimos, pois o casamento era realizado em função da posição socioeconômica e de origem, defendendo o patrimônio para manter o prestígio social da elite branca.<sup>292</sup>

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, e a intensificação da vida urbana, a nossa sociedade ainda estava impregnada pelos valores rurais predominantes na colônia. Mesmo com a independência do Brasil ainda se conservou essas características do modo de vida rural, por ser um país que era sustentado pela policultura.<sup>293</sup>

Fora desse círculo também existiam casamentos com estrangeiros, por vezes motivados por alguma aliança, e com indivíduos de outras classes sociais, porém o casamento deveria ser consentido pelo pai, a perigo dos filhos serem deserdados.<sup>294</sup>

As estratégias de preservação da unidade patrimonial eram variadas. Desavenças poderiam existir entre genros e sogros após o casamento com suas filhas, porém havia genros que se tornavam responsáveis pelo patrimônio da família quando o sogro viesse a falecer. Muitos casos de pedidos de dispensas matrimoniais por afinidade ou consanguinidade eram práticas comuns para preservar o patrimônio. Muitos casamentos nem chegavam a acontecer devido às dispensas matrimoniais não serem aceitas, delegando muitos a viverem em situação de solteiros. Em muitos casos, o amor não ocupa um lugar de destaque na sociedade.<sup>295</sup>

Por meio da família Sande, observamos como a introdução do português na família trazia certo prestígio a seus membros através do casamento, mostrando como essa família assumiu um papel de centralidade em Guarapiranga. Analisando sua trajetória encontramos a presença de diferentes estruturas familiares, domicílios chefiados por mulheres viúvas e solteiras ao longo das gerações, contrapondo-se ao modelo família patriarcal presente em Minas Gerais, no século XIX, e o seu papel como suporte para as marcantes transformações sociais e econômicas proporcionados pela expansão agrária na região de Guarapiranga. No decorrer desta pesquisa analisamos o quanto são importantes às relações estabelecidas entre membros de uma mesma família para a preservação do patrimônio, relacionado a terras e/ou escravos dentre outros bens; além da importância do papel das viúvas e solteiras na condução de suas propriedades mesmo antes ou depois da abertura dos inventários.

Observemos a trajetória da família Sande:

---

<sup>292</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. p. 87 -88

<sup>293</sup> *Ibidem*. p. 88

<sup>294</sup> *Idem*.

<sup>295</sup> SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. p. 96-100

Quando o Capitão Antônio Gomes Sande, natural de São Nicolau, cabeceiras do Basto, região norte de Portugal, fez seu testamento, em 1806, era um dos homens mais ricos da freguesia de Guarapiranga por ter erigido um patrimônio relevante. Morador na fazenda Pirapetinga, com duas sesmarias de extensão, ermida própria e engenho movido à água, terras e águas minerais, possuía também casas de sobrado no largo do Arraial de Piranga, bem como um plantel de 57 escravos, totalizando um monte-mor de 14:570\$959 ( Quatorze contos e quinhentos e setenta mil e novecentos e cinquenta e nove réis).<sup>296</sup>

Pouco antes, na listagem nominativa de 1804, aparecia como o segundo maior proprietário de escravos da freguesia, com 58 escravos. Ao morrer, seus filhos eram ainda menores e solteiros, com idades entre 09 e 16 anos. O Capitão deixou a terça à sua esposa, também sua testamenteira e tutora dos filhos, delegando a ela a tarefa de gerir a casa e o patrimônio, além de organizar as estratégias matrimoniais e o processo sucessório.<sup>297</sup>

O Cirurgião Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros<sup>298</sup> casou-se em primeiro matrimônio com a filha de Antônio Gomes Oliveira Sande, senhora Francisca Cândida Sande de Barros<sup>299</sup>. O casal teve três filhas e dois filhos, mas Francisca Cândida faleceu precocemente, em 1819 aos 20 anos de idade, provavelmente em um parto, pois o filho mais jovem tinha apenas oito meses quando se fez seu inventário. A morte precoce de sua consorte conduziu a família a uma solução de religamento no interior da família: o viúvo casou-se novamente com uma das irmãs mais novas de sua esposa, Teresa Altina Sande de Barros, em algum momento entre 1820 e 1825. Deste segundo casamento nascem mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento, produzindo uma extensa parentela moradora da fazenda aguardenteira da Pirapetinga de Antônio Gomes Sande. Antonio Pedro buscou expandir os negócios de sua família comprando terras em Barbacena e adquirindo as terras de outros familiares.<sup>300</sup>

Inventariado em 1839, o Cirurgião Mor Antônio Pedro<sup>301</sup>, sua 2ª esposa a viúva Dona Teresa Altina Sande de Barros, moradora na Fazenda Pirapetinga, na Freguesia de Guarapiranga, é nomeada inventariante. Na partilha dos bens coube a Dona Teresa Altina a meação dos bens e o pagamento a terça, já que era a testamenteira de seu marido.<sup>302</sup>

<sup>296</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Gomes Sande Códice: A025, auto: 645, ano: 1807

<sup>297</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Gomes Sande Códice: A025, auto: 645, ano: 1807

<sup>298</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Pedro Vidigal de Barros, códice 18, auto 512, Ano 1839.

<sup>299</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisca Cândida de Oliveira Sande. Códice: A097, auto: 2032, ano: 1820.

<sup>300</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Pedro Vidigal de Barros, códice 18, auto 512, Ano 1839.

<sup>301</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Pedro Vidigal de Barros, códice 18, auto 512, Ano 1839.

<sup>302</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Antônio Pedro Vidigal de Barros, códice 18, auto 512, Ano 1839.

Na Lista Nominativa de 1831, no primeiro quarteirão e fogo dos 56 membros registrados, temos como chefe de domicílio o Cirurgião Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros cuja ocupação era de juiz de paz, lavrador e negociante e tinha 44 escravos, número este expressivo para a média da Freguesia de Guarapiranga.

Outro caso interessante, nesta mesma família, trata-se de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus<sup>303</sup>, moradora na mesma Fazenda Pirapetinga, que foi inventariada em 1833. Era viúva do Capitão Antônio Gomes de Oliveira Sande, do qual matrimônio teve três filhos legítimos. O inventariante de Dona Francisca foi seu genro, o já citado, Capitão Antônio Pedro Vidigal de Barros. Neste período, Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, primeira esposa do Capitão Antônio Pedro e filha de D. Francisca, havia falecido antes de sua mãe. Assim, na relação de herdeiros aparece o Capitão Antônio Pedro e os seus cinco filhos (Maria, Teresa, Antônia, Francisco e Joaquim); o Padre Antônio Gomes de Oliveira Sande; e Dona Teresa Altina de Oliveira Sande, que era a segunda esposa do Capitão Antônio Pedro, nesta época, casados recentemente, pois ainda não tinham filhos.

Na partilha dos bens da viúva Dona Francisca, seu genro Antônio Pedro Vidigal de Barros recebeu toda a quantia referente à legítima de sua primeira mulher (D. Francisca Cândida) e da segunda mulher D. Teresa Altina, reagrupando os bens que a partilha poderia dispersar. Dentre os bens arrolados no inventário de sua sogra estavam: objetos, animais, propriedades urbana (Casa no Arraial de Piranga) e rural (Fazenda de terras de cultura com capoeira e matas virgens compondo duas Sesmarias, porções de terras e vários canaviais), e também créditos. Além de um extenso plantel de escravos composto por 55 indivíduos cujo valor era de aproximadamente 17:600\$000 (dezessete contos e seiscentos mil réis). Portanto, podemos presumir que esta viúva tinha um pecúlio representativo na região de Guarapiranga.

Outro caso nesta família refere-se à viúva inventariante de João Pedro Vidigal de Barros<sup>304</sup>, Dona Maria José Carneiro Vidigal, segunda núpcias, que apresentou aos louvados os seguintes bens de seu esposo: partes na casa de vivenda da Fazenda do Sobrado; a parte do moinho; as partes no paiol; as partes da senzala; as partes no engenho tudo listado da mesma fazenda; partes da casa do Arraial do Calambau; e parte das benfeitorias da Fazenda do Pirapetinga, benfeitorias da Fazenda [Casa?] Nova, partes da benfeitoria da Fazenda Cachoeirinha. Aproximadamente 101 alqueires de terras, além de 25 escravos e crédito. Totalizando um monte-mor aproximado de 29:311\$661 (Vinte nove contos, trezentos e onze

---

<sup>303</sup> ACSM: Inventário *post-mortem* de Francisca Clara Umbelina de Jesus, códice 151, auto 3174. Ano 1833

<sup>304</sup> AFP: Inventário *post-mortem* João Pedro Vidigal de Barros, códice A056. Auto 332. Ano 1877



mil e seiscentos e sessenta e um réis). Dona Maria José de Carneiro registrou suas terras em 1855 e declarou possuir 90 alqueires de terras em Calambau.<sup>305</sup>

João Pedro Vidigal de Barros foi possuidor do título de Coronel, inventariado em 1877 na Fazenda Catas Altas, Freguesia de Santo Antônio do Calambau tendo como herdeiros os filhos do primeiro matrimônio com a Dona Olímpia e filhos do segundo matrimônio.<sup>306</sup>

Com relação à sua mãe, Dona Teresa Altina Sande de Barros<sup>307</sup> foi inventariada em 1885, isto é, 46 anos após a morte de seu pai Antônio Pedro Vidigal de Barros. Entretanto, neste período, João Pedro Vidigal de Barros veio a falecer, sendo inventariado em 1877, 38 anos após a morte de seu pai e 08 anos antes da morte de sua mãe.

A viúva Dona Teresa Altina, inventariada em 1885 na Fazenda Pirapetinga, teve como seu inventariante o Tenente José Pedro de Araújo Vasconcelos esposo de sua neta Maria Teresa herdeira da terça. A viúva teve sete filhos com o Cirurgião Mor, mas na data de seu falecimento apenas três estavam vivos, além de seus netos, filhos dos filhos que tinham falecido. No testamento de Dona Teresa Altina, feito em 1884, pelo Reverendo Vigário José Soares Telles do Vale era descrito que apenas três de seus filhos (Fortunato, Maria e Ana) estavam vivos naquela data. Declarou, ainda, deixar a sua neta a terça de todos os bens móveis e imóveis devido à gratidão pela companhia e zelo<sup>308</sup>. Tereza Altina não aparece na relação dos Registros Paroquiais de Terras.

A descrição de seus bens móveis continha: utensílios domésticos; mobília; ferramentas; peças em ouro e prata; animais como vacas, bois e porcos; um plantel composto por 13 escravos; e como bens de raiz e demais benfeitorias uma casa de vivenda, paiol, moinho, senzala nova, chiqueiro. Extensa propriedade de terras como: Terras da Fazenda Pirapetinga calculadas em 600 alqueires (440 de Teresa e o restante dos herdeiros); terras do Mata Onça 102 alqueires e quarta; terras da Fazenda Real 20 alqueires; terras e casas que foram de José Gonçalves Clemente e Francisco dos Reis na Fazenda de [Simão?] Nicolau por preço de compra de 650\$000 (Seiscentos e cinquenta mil réis); mantimentos: arrozal, cafezal, 35 carros de milho, 50 alqueires de terras de cultura na Fazenda do Seringa. Totalizando seu monte-mor o valor de 36:394\$936 (Trinta e seis contos, trezentos e noventa e quatro mil e novecentos e trinta e seis réis).

---

<sup>305</sup> APM, Registro Paroquial de Terras, Piranga, 1855-56.

<sup>306</sup> AFP: Inventário *post-mortem* João Pedro Vidigal de Barros, código A056. Auto 332. Ano 1877

<sup>307</sup> AFP, Inventário *post-mortem* de Teresa Altina Sande de Barros, código A0291, auto 322. Ano 1885.

<sup>308</sup> AFP, Inventário *post-mortem* de Teresa Altina Sande de Barros, código A0291, auto 322. Ano 1885.

Dona Antônia Cândida de Jesus Vidigal<sup>309</sup>, solteira, moradora na Fazenda Boa Vista no distrito de Calambau, filha legítima dos falecidos Antônio Pedro Vidigal de Barros e Dona Francisca Cândida Sande de Barros teve por inventariante seu irmão Comandante Superior Joaquim Pedro Vidigal de Barros. Tendo como herdeiros seus irmãos e respectivos esposos. Os bens arrolados em seu inventário: 60 alqueires de mantimentos, canavial e dinheiro, um plantel de 26 cativos, partes da Fazenda Pirapetinga, parte das benfeitorias da Fazenda do Seringa com casa de vivenda de sobrado coberto de telhas, senzala, paiol, engenho, chiqueiros, moinho, cercas; também lavras do vieiro totalizando uma quantia de 14:626\$881 (Quatorze contos, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e um réis).

Dessa forma, exemplificamos com a família Sande, uma família que compunha a elite de Guarapiranga utilizou estratégias para manter a validade do patrimônio familiar. Vimos que as posses desta família, mesmo quando direcionados pelas matriarcas mantiveram a validade e prosperidade, e permanecem em destaque no decorrer do século XIX, tomando-os padrão de riqueza que vai se reconfigurando e busca manter a integridade do patrimônio familiar.

Portanto, ao estudarmos as famílias constituídas no Brasil devemos rever o termo família patriarcal, destacado no início da dissertação, pois este conceito assumiu de acordo com as especificidades de cada região formas variadas, tendo em vista variações no papel de homens e mulheres no gerenciamento familiar; visto que demonstramos as diferenças ou semelhanças de trajetórias de diferentes famílias que tiveram mulheres viúvas e solteiras em destaque na chefia de domicílios. Destacamos suas possibilidades de acesso e disposição à propriedade de terra e escravos, e qual sua atuação no seio de suas famílias.

---

<sup>309</sup> AFP: Inventário *post-mortem* de Antônia Cândida de Jesus Vidigal, códice avulso. Ano 1854.

## Considerações finais

Neste trabalho buscou-se analisar a ingerência de mulheres viúvas e solteiras entre o circuito social e econômico na freguesia de Guarapiranga em Minas Gerais ao longo do século XIX. Apresentamos como as mulheres viúvas e solteiras estiveram presentes na freguesia como chefes de família, impulsionando o mercado produtor da região, que apesar de apresentar uma economia modesta se destacou muito durante o século XIX; seu papel no seio de suas famílias; o acesso a mão de obra escrava e a propriedade.

A dissertação apresentou três capítulos. O primeiro intitulado “*Mulheres chefes de família: caminhos teóricos e metodológicos*”. Nessa primeira parte fizemos um ensaio historiográfico a cerca da contribuição da História Social, História Demográfica e da “Micro História” para o desenvolvimento de novos temas e análises que contribuíram para a diversificação dos temas e objetivos da História ao longo do século XX. Pensamos sobre as transformações no cenário de nosso planeta para a segunda metade do século XX, como a presença atuante e crescente da mulher na vida pública fato que faz nascer à necessidade de uma quebra de paradigmas e a mudanças de olhar do pesquisador para novos temas, a viabilidade para novas fontes, testemunhos e métodos, como para as pesquisas de gênero, importantes tanto a Historiografia quanto para as outras Ciências Humanas. E como a História da Família e da Mulher veio se destacando nessa busca por novas temáticas.

Destacamos também, alguns elementos sobre a presença de mulheres viúvas e solteiras dentro da freguesia de Guarapiranga, analisando o papel da chefia de domicílios femininos de mulheres viúvas e solteiras na região junto a Historiografia. Apresentamos nossas fontes de pesquisa e como utilizamo-las para destacar o papel social que mulheres viúvas e solteiras tiveram na freguesia. Reforçamos a importância das análises sobre os Recenseamentos Nominativos dos anos de 1831 e 1832 para estudarmos a composição populacional e suas características para a Freguesia de Guarapiranga, referente a 11 arraiais, sendo eles: Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Vimos à importância dos inventários e testamentos *post mortem* para analisarmos os meios de sucessão e herança, acesso e disposição do patrimônio e a riqueza material de nossas mulheres viúvas e solteiras, contemplando também o quadro de transmissão patrimonial, transformação econômica, populacional e do trabalho na região de Guarapiranga em Minas Gerais. E por fim apresentamos alguns estudos de casos que puderam demonstrar a riqueza material que os inventários e testamentos podem nos apresentar.

O segundo capítulo “*O lugar social de Viúvas e Solteiras na Freguesia de Guarapiranga.*” Destacamos algumas características de nossa unidade de análise, a freguesia de Guarapiranga, região de fronteira agrícola que veio a ter um relevante destaque após o auge da economia mineradora. Destacamos sua localização, seu processo de povoamento e sua economia, observando o papel desempenhado pela freguesia para o desenvolvimento de atividades produtivas que atendiam as necessidades do mercado interno. Analisamos as características populacionais e econômicas da Freguesia de Guarapiranga para o período em destaque, para traçarmos o perfil da população Guarapiranguense. Uma sociedade composta por pessoas livres e cativas, utilizando as Listas Nominativas para os anos de 1831-32 referente aos 11 (onze) arraiais da freguesia, considerando a variável gênero e classificação social. Destacamos também, o lugar social de mulheres Viúvas e Solteiras chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga. Observando primeiramente o estado conjugal do chefe de domicílio conforme o sexo na Freguesia de Guarapiranga, para os anos de 1831-32.

Os onze Arrais da Freguesia de Guarapiranga se apresentam em um número de 1661 domicílios. Apesar de os domicílios em Guarapiranga serem a maioria de chefia masculina, em um total de 68%, esses homens são em sua maioria casados, apresentando-se em 80% dos 1128 domicílios de chefia masculina. As mulheres se apresentam em um número de 533 domicílios, no entanto assumiam a chefia dos domicílios majoritariamente em duas circunstâncias: sendo elas viúvas, quando os maridos faleciam, em um número de 33% (196) e solteiras, quando não contraíam matrimônio, em um número de 56% (296). A maioria de mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílios eram mulheres de cor, fator que criou uma hierarquia social baseada pela cor, com relação à posse de cativos, pois a maioria de proprietárias eram mulheres brancas.

A freguesia se encontra em um mundo onde prevalecem os núcleos familiares, por isso é de tamanha importância conhecer a organização familiar desses domicílios em Guarapiranga. Temos que a maioria dos domicílios femininos eram compostos por 3 a 5 pessoas. Muitos domicílios contavam com a presença de filhos, escravos e até mesmo agregados.

Destacamos também as diversas especialidades que mulheres viúvas e solteiras chefes de domicílio desempenharam dentro de seus lares, contribuindo para a desmistificação de que o trabalho era delegado somente aos escravos e as mulheres de cor. Dentre as ocupações que mais aparecem destacamos as seguintes atividades exercidas por essas viúvas temos: Agricultora; produtora de engenho; roceira (podemos definir o termo roceiro, como indivíduo que praticava atividades agropecuárias); fiadeira, tecedeira, costureira (três atividades

relacionadas à produção têxtil); mineira (atividades de mineração), lavadeira; cozinheira; parteira; negociantes e mulheres que vivem de esmolas.

Analisamos juntamente as Listas Nominativas, como se deu o acesso à mão de obra cativa dentro dos domicílios chefiados por mulheres viúvas e solteiras, e como esses fatores as distinguiam socialmente. Pensar como a mão-de-obra cativa estava distribuída pelos arraiais da freguesia e como contribuiu para o desenvolvimento econômico da região. Posteriormente destacamos a atuação econômica de homens e mulheres proprietários de terra na freguesia, mostrando que não somente atividades de mineração garantiram a sobrevivência da capitania de Minas Gerais no período, mas também de atividades relacionadas à produção de alimentos e a criação de animais, responsável pelo aumento populacional na região.

No terceiro e último capítulo “*Transformações no mundo rural: a trajetória de famílias na Freguesia de Guarapiranga*”. Analisamos que Minas Gerais é composta por uma sociedade que primava as uniões ilegítimas, mas motivada pela Igreja e pelo Estado português pelas uniões legítimas. Uniões que dividiam as obrigações do casal, embora desiguais por colocar o poder nas mãos masculinas sustentando-se pela lei, porém na ausência do marido a mulher poderia ser nomeada a Chefe de seu domicílio. Para manter a unidade do patrimônio da família as uniões eram primadas pela origem e posição social dos cônjuges, evitavam-se uniões desiguais com relação à riqueza e a cor. Com o estabelecimento das normas e estratégias sucessórias definidas pelas *Ordenações Filipinas*, pela transmissão do patrimônio por gerações, tem que o direito das Viúvas e filhas Solteiras era tratado igualmente aos direitos dos herdeiros homens, que aparece discriminadas na feitura de um inventário e/ou um testamento.

Considerando essas questões analisamos a trajetória de quatro famílias, das herdeiras viúvas: Francisca Dias da Conceição e Maria Joaquina da Conceição e das herdeiras solteiras: Maria Eugênia do Nascimento e Clara Maria Teodora, todas residentes na freguesia de Guarapiranga, entretanto podemos observar nessas trajetórias elementos essenciais: a presença da imigração portuguesa na região, no qual muitos portugueses tiveram acesso a mercês, cargos de destaque e acesso a produção mineradora, agropecuária e comercial, conseguindo postos e posições muitas vezes não alcançadas em Portugal. Muitas vezes arranjavam ótimos casamentos a suas filhas obtendo vantajosas redes familiares sociais, políticas e econômicas; como também a diversidade entre as atividades econômicas, o acesso a terra e à mão de obra cativa e o papel que mulheres viúvas e solteiras desempenharam dentro de suas famílias por exercerem a função de gestora de consideráveis bens; e por fim as

vontades das herdeiras com relação a distribuição de seu patrimônio na feitura de um testamento.

Por fim a análise da trajetória da família Sande, uma família de grandes posses na e centralidade na Freguesia de Guarapiranga, em específico, moradores da Fazenda Pirapetinga em Piranga, que primaram por manter a unidade do patrimônio da família. Observando essa genealogia podemos ver como as herdeiras viúvas Dona Tereza Altina Sande de Barros e Francisca Clara Umbelina de Jesus e a herdeira solteira Antônia Cândida de Jesus Vidigal, tiveram acesso à disposição de grandes patrimônios, como terras, casas e um relevante número de escravos, por meio de herança e trabalho.

Entretanto, analisando a composição dos domicílios de Guarapiranga e unindo-as aos estudos das trajetórias familiares desta região, consideramos que os objetivos da dissertação que se apresentou foram supostamente alcançados ao longo de seus capítulos. Por fim encontramos diferentes estruturas familiares presentes em Guarapiranga ao longo do século XIX. Afirmamos que na Freguesia mulheres viúvas e solteiras tiveram seu espaço e contribuíram muito com o desenvolvimento da região, fazendo alianças e desenvolvendo atividades econômicas e possivelmente comerciais a partir da gestão de seus domicílios.

## Fontes

### 1. Acervo digital do Arquivo Publico Mineiro.

APM, Registro Paroquial de Terras, Piranga, 1855-56. Disponíveis no site do Arquivo Publico Mineiro: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> . Transcritos pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança” da Universidade Federal de Viçosa, pelo departamento de História.

### 2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais - Acervo digital Poplin Minas 1830.

Recenciamento Nominativo de 1831-32, para os arraiais de Bacalhau, Brás Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga e Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Transcrito pelo grupo de pesquisa “Redes Sociais, sucessão e herança” da Universidade Federal de Viçosa, pelo departamento de História.

### 3. Inventários e Testamentos *post mortem*.

#### Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM).

Gabriel Barbosa Coura 1776	Caetano Delgado Da Silva (Capitão Mor) 1803
Antônio Lopes Francisco 1781	Bernardina Maria Da Conceição 1804
Flavia Luiza De Miranda 1789	José Alves Moreira (Alferes) 1804
Maria Vitória De São José 1792	Custódio Fernandes Dos Santos 1805
Francisco Dias Ramos 1796	Quitéria Pires Farinho 1805
José De Oliveira Ribeiro 1796	Antônio Pinto Monteiro 1805
Francisco Ferreira De Carvalho 1801	Antônio Gomes Sande 1807
Antônio Da Silva Herdeiro (Capitão Mor) 1802	Domingos Teixeira Barbosa 1807
Domingos Soares Valente 1802	Manoel Pereira Coelho 1808
Joana Da Rocha 1803	Antônio Dias Menezes 1808
Manoel Ferreira Rodrigues 1803	Custódio Ribeiro De Queiroz 1809

Josefa Luiza Do Sacramento 1809	Francisca Cândida De Oliveira Sande 1820.
João Francisco De Abreu 1810	Domingas Pires Ribeiro 1827
Domingos Da Costa 1810	Ana Rosa De Pereira Queiróz 1832
Maria Lima 1810	José Luiz De Brito 1835
Rosa Maria Ferreira 1810	Antônio Pedro Vidigal De Barros 1839
Úrsula Maria De São José 1810	José Valeriano Gomes 1841
Luiza Pires Farinho 1811	Marcelino Francisco Braga 1845
João Vieira Correa 1811	Antônia Cândida De Jesus Vidigal 1854
Antônio José Peixoto 1811	Manoel Ramos Da Silva 1858
Catarina Maria Do Nascimento 1813	Antônio Cirino Gomes 1864
Inácia Maria Ferreira 1814	Felisberto Gonçalves Carneiro 1865
Ana Maria De Jesus Ferreira 1814	Antônio Ribeiro Ramos 1872
Manoel Valente Lopes 1815	João Pedro Vidigal De Barros 1877
Ana Francisca De Oliveira 1816	Teresa Altina Sande De Barros 1885.
Bento José Pereira (Capitão Mor) 1817	

#### **Arquivo do Fórum de Piranga (AFP).**

Rosa Maria De Jesus 1806	Maria Do Carmo E Freitas 1844
Maria Felícia De Jesus 1815	Maria Custodia Moreira De Castro 1845
Jose Pereira De Souza 1829	Angélica Maria De Jesus 1845
Antônio Pereira De Magalhães (Tenente) 1832	Antônio De Souza Pinto 1846
Antônio Pacheco De Medeiros 1836	Antônio Jose Pereira 1846
Antônio Martins Gesteira (Tenente) 1836	Ana Rosa De São José 1847
Maria Rosa De Jesus 1840	Maria Vieira De Jesus 1847
Ana Maria Joaquina Da Purificação 1841	Maria Francisca Da Silva 1847
Ana Dorotéia Da Conceição 1842	Padre Francisco Vidigal De Barros 1847
Ana Maria Barbosa 1842	Coronel João José De Oliveira Pereira (Tenente) 1847
Antônio Teixeira Guimarães 1842	Lina Rosa Teixeira 1848
João Alves 1842	Maria Da Costa E Castro 1848
Custódia Maria De Souza 1843	Maria Clara Da Lucena 1849
Maria Eugenia Do Nascimento 1844	Antônio Nogueira De Pinho 1850
Maria Ferreira Da Silva 1844	Antônio Barbosa Veloso 1850



Felicidade Perpétua Do Nascimento 1850  
Ana Eufrásia Da Cunha 1850  
Ana Joaquina De Jesus 1850  
Clara Rosa Da Silva 1850  
Manoel Da Silva Santos 1851  
Manoel Cardoso Dias 1851  
Manoel Da Silva Santos 1852  
Rosa Maria Lopes 1852  
Rosa Rodrigues 1852  
Clara Rosa Gonçalves 1852  
Maria Gonçalves Vieira Leal 1854  
Rosa Angélica 1854  
Clara Maria Teodora 1854  
Antônia Cândida De Jesus Vidigal 1854  
Clara Maria Teodora 1854  
Antônio Jose Carneiro De Miranda 1855  
Joana Francisca De Oliveira 1856  
Rosa Maria De Souza 1856  
Clara Maria Violenta 1856  
Rita Soares De Almeida 1857  
Ana Rosa Alves Da Cruz 1858  
Francisca De Paula Pena E Castro 1858  
Francisca Altina De Paula Freitas 1858  
Maria Genoveva Alves De Oliveira 1859  
Tereza Florinda De São Jose 1859  
Maria Cândida Nazareth 1859  
Jose Antônio Barreto 1856  
Maria Joaquina Alves 1860  
Jose De Araújo Ribeiro Vasconcelos 1861  
Jose Gonçalves Couto (Alferes) 1861  
Sebastiana Maria De Jesus 1861  
Francisca Clara De Santa Rosa 1861  
Flavia Domitildes De São José 1862  
Ana Brígida De Jesus 1862  
Rosa Maria De Souza 1865  
Francisca Januária De Paula Carneiro 1865  
Antônia Maria De Jesus 1867  
Maria Lucia Da Conceição 1868  
Francisca Dias Da Conceição 1869  
Maria Prudência De São Jose 1870  
Alexandra Lina De Araújo 1870  
Felícia Rosa De Almeida 1872  
João Cabral Ribeiro 1872  
Francisco Antônio De Oliveira 1872  
Rita Carneiro Miranda 1873  
Maria Joana De Santa Rita 1873  
Maria Francisca De Paula 1873  
Ana Claudina Fernandes De Souza 1873  
Maria Rosa De Jesus 1873  
João Batista Pereira 1874  
Maria Cypriana Do Nascimento 1876  
Carlota Maria Da Anunciação 1876  
Tereza De Jesus Carneiro 1877  
João Inácio Da Silva Araújo 1878  
Maria Cândida De Magalhães 1879  
Cândida Vindelina Da Encarnação 1879

## Referências bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: *Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Org: AGUIAR, Neuma – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997
- ALVES, Débora Cristina. *Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime – (Guarapiranga 1715 a 1790)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.
- ALVES, Romilda Oliveira. *Mulheres Solteiras Chefes de Domicílio: Mariana C. 1807-C 1822*. Universidade Federal de Ouro Preto, ICHS, 2006.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Apud: SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014
- ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- BARBOSA, Waldemar. *Dic. Geográfico e Histórico de MG*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995.
- BOTELHO, T. R. *História demográfica e História Social: convergências e perspectivas*. Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004.
- BRADBURY, Bettina. *Wife to Widow: Lives, Laws and Politics in Nineteenth-Century Montreal*. Toronto: UCB Press, 2011.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade ( São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado - UFF, Niterói, 2002.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais – Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

- CHARTIER, Roger - A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas – in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, nº 13, 1994.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Foi apresentado no GT População e História, no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1998.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 66, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/16/alexandre\\_mendes.pdf](http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/16/alexandre_mendes.pdf)
- DURÃES, Margarida. *Qualidade de vida e sobrevivência econômica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)*. Braga. 2002.
- DURÃES, M.; FAUVE-CHAMOUX, A.; Ferrer, L.; Kok, J. (eds.). *The Transmission of Well-Being: Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Berlin: Peter Lang, 2010. p. 413-446.
- DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e do estatuto social.” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 10(3):125-141, 1992.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.
- FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fatima (orgs). *Na trama das redes – política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2010.
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. Marriage, Widowhood, and Divorce. In: Kertzer, D. & Barbagli, M. (ed.). *Family Life in Early Modern Times, 1500-1789*. New Haven: Yale University Press, 2001
- GOMES, Debora Casaes. *As Chefes de Domicílios: viuvez, economia e condição feminina em Mariana no século XIX*. Monografia de bacharelado. Mariana, UFOP, 2003
- SOARES, Jane de Jesus. *Mulheres chefes de família: família, maternidade e cor na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/ Mestrado da UEFS. Feira de Santana, 2009.
- GRAÇA FILHO, A. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: *História de Minas Gerais: a província de Minas*. Org: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA Luiz Carlos. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2014.
- GOUVÊA, Maria de Fatima Silva. *A História Política no Campo da História Cultural*. Revista Regional de História - UEPG, vol. 3, no. 1, 1998.

- GOODY, Jack; THIRSK, Joan.; THOMPSON, Edward P. *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- GUIMARÃES, Calos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. *Agricultura e mineração no século XVIII*. In: RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LE MOS, Gustavo. *Minas da Terra – Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, minas gerais, 1800-1856*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2014.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 1992.
- LEWIN, L. *Surprise heirs: illegitimacy, patrimonial rights, and legal nationalism in Luso-Brazilian inheritance, 1750-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2003. 2 vols.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas et al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. 1º ed. Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015.
- LIMA, Lana L. da Gama. *Penitentes e Solicitantes: Gênero, etnia e poder no Brasil colonial*. In: NADER, M. B et al. *História Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.
- LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos poderes locais no sertão das minas setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006.
- MUAZE, Mariana. *Por uma micro-história da família*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011
- NADALIN, Sérgio Odilon e MARCÍLIO, Maria Luiza. (orgs). *Congresso sobre a história da população da América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de dados, 1990.
- OLIVEIRA, Luís. *Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa*. Anais do I colóquio de LAHES, Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. p.02. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0609.pdf>.
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html>. Acessado em: 19/10/2011.

- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais*. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 169, jan./jun. 2010
- PINSKY, Carla B (org). *Fontes históricas*. 2 edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – A província de Minas. Vol 1 e 2*. Belo Horizonte, Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.
- RESENDE, Maria Eugenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SAMARA, Eny de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eny de Mesquita. *Senhoras do açúcar: riqueza e vida material em Itu (1780 - 1830)*. In: NADER, M. B *et al.* (orgs). *História Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.
- SILVA, G. V. da, NADER, M. B. FRANCO, S. P. (orgs). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006.
- SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 2014
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1948.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres brancas no fim do período colonial*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, jan. 2008. Disponível em: <http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763>
- SCOTT, Ana Silvia. “Descobrimo” as Famílias no Passado brasileiro: Uma reflexão historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia. *et al.* (Orgs) *História da Família no Brasil Meridional: Temas e perspectivas*. São Leopoldo. Oikos; Editora Unisinos, 2014.
- VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.